



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E  
TECNOLÓGICA

**CONDICIONANTES DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL  
DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO  
ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP**

**VERA LÚCIA PETRUCCI**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**CAMPINAS - SÃO PAULO**

DEZEMBRO DE 1993

P449c

21280/BC



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E  
TECNOLÓGICA

**CONDICIONANTES DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL  
DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO  
ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP**

**VERA LÚCIA [PETRUCCI 449]**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências  
como requisito parcial para obtenção de título de  
Mestre em Política Científica e Tecnológica

*2007/2 Steini*  
**Orientadora: Dra. LÉA MARIA [VELHO<sup>t</sup> - UNICAMP]**

Este exemplar corresponde <sup>72</sup> a  
redação final da tese defendida  
por Vera Lúcia Petrucci  
e aprovada pela Comissão Julgadora  
em 24/01/94

[Assinatura]  
ORIENTADOR

**CAMPINAS - SÃO PAULO**

**DEZEMBRO DE 1993**



|        |                                         |
|--------|-----------------------------------------|
| DE     | 60                                      |
| AMADA: | UNICAMP                                 |
|        | 49                                      |
| Ex.    |                                         |
| BC/    | 27280                                   |
|        | 286/94                                  |
|        | D <input checked="" type="checkbox"/> X |
|        | CR\$ 800,00                             |
|        | 29/03/94                                |

-00054789-1

PETRUCCI, Vera Lúcia.

Condicionantes da trajetória institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP / Vera Lúcia Petrucci ; orientador: L. Maria Velho . - Brasília : [ s . n ], 1993.

- 149 p. , tabelas. (Dissertação de Mestrado)

Inclui Bibliografia

I. VELHO, Léa Maria II. Título.

CDU: 061.61



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E  
TECNOLÓGICA

**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:** CONDICIONANTES DA TRAJETÓRIA  
INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO - FAPESP

**AUTOR:** VERA LÚCIA PETRUCCI

**ORIENTADORA:** LÉA MARIA VELHO

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**PRESIDENTE:** LÉA MARIA VELHO

**EXAMINADORES:** AMILCAR O. HERRERA  
MARIA CARLOTA DE SOUZA PAULA

CAMPINAS, 24 DE janeiro

DE 1994

Para Henrique

e

Bárbara Heliodora

pelo amor e pela força que me deram  
para realizar este trabalho, tendo  
suportado uma ausência querida por  
um tempo significativo.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer inicialmente à Dra. Léa M. L. Velho, orientadora e amiga. Sua orientação competente e segura, suas importantes contribuições e parceria, disponibilidade e incentivo permanentes, aliados à confiança depositada neste trabalho foram fatores fundamentais para que eu o finalizasse.

Aos dirigentes da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, Dr. Alberto Carvalho da Silva e Dr. Flávio Fava de Moraes, pelo interesse, disponibilidade e pelo acesso ao material de pesquisa na Fundação, sem o qual este trabalho teria sido prejudicado.

Aos professores Amilcar O. Herrera e Jorge Tápia pelas observações valiosas apresentadas na qualificação deste trabalho.

A todos os pesquisadores por mim entrevistados, que não pouparam informações.

À Irene Nardini, pela leitura atenta da versão final deste trabalho e correção gramatical e pela amizade sem limite nas horas difíceis.

À Ines, Rita Claudia, Cristina, e Marília, que me deram um apoio que só é encontrado nos verdadeiros amigos.

Ao José Roberto pela amizade e apoio na elaboração dos quadros.

À Fundação Escola Nacional de Administração Pública- ENAP, em especial ao seu presidente Og Roberto Dória e aos meus colegas Milton e Pato pelo apoio na fase final e na editoração deste trabalho.

Finalmente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que me possibilitou a realização deste trabalho.

Dezembro, 1993



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E  
TECNOLÓGICA

RESUMO

**CONDICIONANTES DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL  
DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO  
ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP**

**VERA LÚCIA PETRUCCI**

Esta dissertação analisa a trajetória institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, situando-a no contexto sócio-político e identificando os principais atores responsáveis pela sua criação, implementação e manutenção. Procura entender os determinantes e características da atuação desta instituição nos seus trinta anos de existência em que se consolidou como uma das mais importantes agências de fomento à pesquisa do país. Destaque é feito ao papel desempenhado pela comunidade científica paulista que, ao longo de todo esse tempo e sob as mais variadas situações políticas, conseguiu estabelecer, manter e reafirmar os dispositivos legais que garantem a autonomia administrativa e financeira desta instituição. Como consequência, conseguiu também direcionar a política da atuação da Fundação e estabelecer procedimentos decisórios e operacionais centrados no critério da excelência científica. A dissertação termina num momento em que a FAPESP, mais uma vez, defronta-se com fatos que podem forçá-la a uma revisão de rumo. Após traçar os contornos deste novo cenário, são feitas algumas considerações sobre a atuação futura da Fundação.





UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA CIENTÍFICA E  
TECNOLÓGICA

ABSTRACT

**CONDICIONANTES DA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL  
DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO  
ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP**

**VERA LÚCIA PETRUCCI**

This dissertation analyses the institutional trajectory of the Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) - one of the main research funding agencies in Brazil. It attempts to identify the main actors in the establishment, implementation and maintenance of the institution as well as the determinants and features of its function. Emphasis is put on the role played by the local research community who, over more than thirty years and under diverse socio-political conditions, succeeded in designing and reassuring the institution's financial and administrative autonomy. By doing this the scientists were also able to take the lead of the institution's policy as well as to establish decision-making and operational mechanisms centred on academic excellence. When this study came to the end, FAPESP was again at the crossroads and may be forced to review its course of action. A new scenario is tentatively built in which the future of the institution is considered.

# ÍNDICE

Página

|                  |   |
|------------------|---|
| INTRODUÇÃO ..... | 1 |
|------------------|---|

|                                         |    |
|-----------------------------------------|----|
| CAPÍTULO I - TRAJETÓRIA DA FAPESP ..... | 17 |
|-----------------------------------------|----|

|                          |    |
|--------------------------|----|
| I.1 - Antecedentes ..... | 17 |
|--------------------------|----|

|                                               |    |
|-----------------------------------------------|----|
| I.2 - Constituinte de 1947 - As origens ..... | 19 |
|-----------------------------------------------|----|

|                                                |    |
|------------------------------------------------|----|
| I.2.1 - O Documento "Ciência e Pesquisa" ..... | 22 |
|------------------------------------------------|----|

|                                                |    |
|------------------------------------------------|----|
| I.2.2 - Da Constituinte de 1947 até 1960 ..... | 31 |
|------------------------------------------------|----|

|                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------|----|
| I.3 - Criação e Implantação da FAPESP na década de 60 ..... | 37 |
|-------------------------------------------------------------|----|

|                                 |    |
|---------------------------------|----|
| I.4. - Constituinte de 89 ..... | 51 |
|---------------------------------|----|

|                                                                             |    |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS E DETERMINANTES DA<br>ATUAÇÃO DA FAPESP ..... | 63 |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|

|                                  |    |
|----------------------------------|----|
| II.1 - Política de Atuação ..... | 64 |
|----------------------------------|----|

|                                 |    |
|---------------------------------|----|
| II.2 - Processo Decisório ..... | 83 |
|---------------------------------|----|

|                                        |     |
|----------------------------------------|-----|
| II.2.1 - Mecanismos Operacionais ..... | 104 |
|----------------------------------------|-----|

|                                                                         |            |
|-------------------------------------------------------------------------|------------|
| II.2.2.- Procedimentos de Análise.....                                  | 107        |
| II.3. - Gestão de Recursos - Autonomia Financeira e Administrativa..... | 117        |
| <b>CAPÍTULO III - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                         | <b>129</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>                                                | <b>141</b> |
| <b>ANEXO .....</b>                                                      | <b>150</b> |

## INTRODUÇÃO

Remontam ao século XVII as primeiras iniciativas no sentido de buscar uma vinculação entre a atividade científica - a ciência - e os interesses governamentais - o Estado.

Na Grã-Bretanha, França e nos Estados Unidos estas iniciativas se expressaram através da criação de instituições que se dirigiram não só ao estímulo da investigação científica por parte do Estado, como de sua aplicação, com objetivos de caráter social e do avanço da ciência propriamente dita.<sup>1</sup>

Foram, entretanto, as duas grandes guerras mundiais os fatores determinantes na institucionalização da política científica, com a formalização de organismos e de mecanismos voltados para o desenvolvimento da pesquisa científica e para a aplicação de seus resultados. Ressalta-se que, embora determinantes, não foram as grandes guerras mundiais os fatores que originaram o interesse do Estado pela investigação científica, nem da relação entre o saber e o poder. O apoio do Estado, portanto, às atividades científicas permaneceu, até então, restrito e condicionado ao seu potencial utilitário.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> A criação da "Royal Society de Londres", em 1662, para melhorar o conhecimento natural foi uma das primeiras iniciativas significativas para relacionar a ciência ao esforço nacional. Tinha como principal função a assessoria científica nas áreas de agricultura, indústria e navegação. Esta iniciativa da Grã-Bretanha iria se concretizar realmente no fim do século XIX com a criação da "Geological Survey" e do "National Physical Laboratory". Nos Estados Unidos, durante o século XVIII, foi criada a "American Philosophical Society" que desenvolvia pesquisas voltadas para as enfermidades; destaca-se também a criação durante a guerra civil (1861-1865) da "National Academy of Sciences". Na França uma das primeiras manifestações do interesse público pela investigação científica foi a criação da "L'École Pratique des Hautes Études", em 1868, que tinha como objetivo organizar um grande centro de investigação científica. Em 1901 foi criada a "Caisse des Recherches Scientifiques" encarregada de subvencionar o progresso da ciência. (Casas, 1985: 11-12).

<sup>2</sup> O conceito de política científica adotado aqui refere-se a medidas coletivas adotadas pelo Estado com o intuito de, por um lado, estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e, por outro, explorar os resultados desta pesquisa para os objetivos políticos gerais. Ainda que estes dois aspectos estivessem presentes antes das duas guerras mundiais, eles raramente existiram simultaneamente - e quando isto ocorreu, foi apenas por curto período. De acordo com Salomon (1977: 45) até a Primeira Grande Guerra Mundial, foi apenas em períodos excepcionais - marcados pelo interesse do Estado na exploração militar dos resultados da pesquisa científica - que esses dois fatores coexistiram.

O apoio público a projetos de investigação científica se formalizou durante a Primeira Guerra, 1914 -1918, com a criação na Inglaterra do *Department of Scientific and Industrial Research*; nos Estados Unidos, do *Naval Consulting Board*, em 1915, do *Council of National Defense*, em 1916, e do *National Research Council*, em 1917, com o objetivo de facilitar a cooperação e a coordenação entre os organismos governamentais, educativos, industriais e de pesquisa científica (Casas,1985:13).

A política de ciência e tecnologia e os organismos responsáveis pela sua formulação, coordenação, implementação e financiamento foram realmente institucionalizados, na maioria dos países cientificamente mais avançados, depois da Segunda Grande Guerra Mundial.

De fato, é hoje senso comum apontar o Projeto Manhathan e o desenvolvimento das primeiras bombas atômicas como um ponto de inflexão irreversível nas relações entre ciência e Estado assumindo um caráter institucional; ao influenciar a política governamental, ciência e tecnologia se converteram num assunto de Estado (Mari,1982).

Este período de consolidação da política científica institucionalizada, que vai do fim da Segunda Grande Guerra Mundial até o começo da década de 60, foi o de domínio das ciências físicas. Predominavam, nesta época, a ciência espacial e a física nuclear, fundamentais para o poder militar e político e da maior importância para os países mais avançados, que viviam um período tenso provocado pela guerra fria.<sup>3</sup> Foi um período caracterizado pelo interesse por energia nuclear, vista como a grande solução do futuro. A utilização do conhecimento científico propagava-se da física para todas as áreas do conhecimento.

Os países desenvolvidos (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e União Soviética), neste sentido, impulsionaram o desenvolvimento científico em áreas estratégicas; o poderio atômico e o poder espacial são os primeiros efeitos do trabalho desenvolvido pelos cientistas que se fazem sentir. Além disso, é bastante conhecido o fato de que a pesquisa científica e tecnológica, concebida com objetivos militares, tornou-se a fonte de novas tecnologias largamente aplicadas na vida civil: energia atômica, radar, aviões a jato, DDT, computadores, etc...

---

<sup>3</sup> De acordo com Salomon (1977:44), a política científica se desenvolveu num contexto de competição estratégica como consequência da impossibilidade de se estabelecer paz real no final da Segunda Grande Guerra.

Tais desenvolvimentos convenceram os políticos de vários países de que os investimentos em ciência e tecnologia - fossem eles de caráter militar ou voltados diretamente para promover o desenvolvimento econômico - eram instrumentos indispensáveis para o poder e a segurança nacionais. Líderes políticos passaram a defender a idéia de que "o poder de uma nação para prosperar na paz, sobreviver na guerra e exigir o respeito de seus vizinhos, depende grandemente de seu grau de avanço científico e tecnológico" (Lakoff, 1977:366).

Neste contexto, torna-se visível a importância da política científica e surgem, então, no nível institucional, os primeiros órgãos de pesquisa científica com orientação política. O Estado assume o financiamento da pesquisa baseado na premissa de que apenas através de investimentos substanciais em ciência e tecnologia era possível assegurar alta taxa de crescimento econômico.

Esta convicção levou a um esforço generalizado dos diversos países industrializados no sentido de formular uma política científica nacional e de criar mecanismos institucionais - seja através da criação de secretarias de Estado, ministérios ou apenas de órgãos coordenadores ou consultivos - que permitissem ao governo alocar recursos para ciência e tecnologia com base nos objetivos sociais (Lakoff, 1977:366).

Assim, as décadas de 40 e 50, testemunharam um crescimento sem precedentes, nos países industrializados, dos investimentos em ciência e tecnologia, do número de pesquisadores e engenheiros, de instituições de pesquisa científica e tecnológica e, ao mesmo tempo, de organismos voltados para a política científica.<sup>4</sup>

A criação e consolidação de instituições voltadas para a política científica foram profundamente afetadas por um documento produzido por Vannevar Bush, diretor do bem sucedido *Office of Scientific Research and Development*, dos Estados Unidos. Tal estudo, solicitado diretamente pelo presidente Roosevelt a Bush, deveria versar sobre quatro pontos fundamentais:

1. *divulgação dos segredos científicos descobertos graças ao esforço de guerra;*
2. *prosseguimento da luta da ciência contra a moléstia;*

---

<sup>4</sup> Para que se tenha uma dimensão deste crescimento basta ressaltar que o número de cientistas, engenheiros e tecnólogos no mundo, em 1940, era estimado em 100.000 e, em 1960, havia aumentado 10 vezes. Com relação ao investimento em ciência e tecnologia, dados da OCDE revelam que, de 1940 a 1960, para cada cinco anos considerados, houve uma duplicação dos recursos em relação aos cinco anos anteriores (Salomon, 1977:44).

3. *auxílio do governo às atividades de pesquisa, públicas e particulares;*
4. *formação do elemento humano indispensável à manutenção dessas atividades, em nível comparável ao atingido durante a guerra (Marchini, 1947a, anexo II, p.6).*

Vannevar Bush, para dar respostas às indagações do presidente, mobilizou mais de duzentas pessoas de alta projeção técnica, entre cientistas, engenheiros, médicos e industriais, que, agrupados em comissões, trabalharam sobre as questões durante o primeiro semestre de 1945.

Em 5 de julho de 1945, Vannevar Bush encaminhou ao presidente Truman o documento final - *Science, the Endless Frontier* - onde aponta a importância da formulação e da sustentação de uma política científica como um novo marco nos destinos da sociedade moderna. Este documento, amplamente divulgado, provocou grandes repercussões que resultaram - tanto da parte do presidente Truman como do Senado - a solicitação para a criação, com urgência, de um órgão destinado a promover e apoiar a pesquisa científica e a formação de pesquisadores, dando origem, em 1950, à National Science Foundation.

Este modelo de institucionalização da política científica foi pouco a pouco influenciando os governos da maioria dos países industrializados que o utilizaram para estabelecer instituições com funções semelhantes (Salomon, 1977:49).

Quaisquer que tenham sido os arranjos institucionais adotados pelos diferentes países, todos eles buscavam cumprir três funções: informação, consultoria e coordenação. Estes organismos criados apresentam características diferentes segundo os países, mas possuem alguns pontos em comum, que destacamos:- estão localizados juridicamente e politicamente no nível mais elevado de decisão do país; estão dotados de capacidade para projetar-se sobre o conjunto das atividades científicas e não somente sobre um setor; a comunidade científica nacional e os *experts* em organização científica têm um papel ativo nesses organismos, e o Estado assume um papel ativo e direto na ordenação das atividades científicas, conduzindo-as e contribuindo para seus recursos (papel de financiamento).

Alguns países desenvolveram características de um modelo centralizado de política científica (como a França), e outros de um modelo pluralístico (como os Estados Unidos). Com a criação de conselhos, comissões e outros

mecanismos, foram estabelecidas formas de absorver a participação da comunidade científica. Os sistemas que se desenvolveram tentaram compatibilizar as duas funções da política científica: - a de estimular as atividades de pesquisa, criando um ambiente favorável ao seu desenvolvimento concedendo autonomia à pesquisa básica, através da criação de mecanismos para o reconhecimento de critérios de mérito científico; e a de explorar os resultados dessas pesquisas para objetivos políticos gerais, através de uma planificação para áreas prioritárias, e da criação de mecanismos para o estabelecimento e implementação de uma política setorialmente dirigida (Nicoletti e Bastos, 1984:6).

Neste período de otimismo sobre o poder da ciência, a política científica era voltada para a promoção da pesquisa e para o estabelecimento de canais de coordenação e informação com a comunidade científica. Segundo Mari (1982), são os físicos, em particular os físicos nucleares, que dominam, neste período, a política, que financiava, sobretudo as grandes aventuras científicas da *big science* e os centros de excelência, na certeza de que este investimento renderia os frutos para o progresso da humanidade. Até o começo da década de 60, a política científica estava voltada para a pesquisa; as ações que se desenvolveram como elementos centrais dessa política foram as criações de conselhos de pesquisa e a subvenção à pesquisa.

Neste mesmo período, alguns países em desenvolvimento começam a estabelecer também uma relação entre o saber e o poder, manifestada através do interesse do Estado em estimular e financiar a pesquisa científica. Tal interesse derivava, por um lado, da necessidade de formar pessoal qualificado para a indústria e o setor de serviços e, por outro, do apoio interno de grupos politicamente expressivos, que defendiam a modernização da região, nos quais se incluía a frágil comunidade científica local, que ansiava por equiparar-se aos padrões internacionais de pesquisa científica. (Albagli, 1988:33)

Entretanto, diferentemente do que ocorreu com os países desenvolvidos, na maioria dos países não industrializados, notadamente nos latino-americanos, o processo de formulação de políticas científicas ocorreu de forma diferente, tanto em relação ao período que se iniciou, como em relação aos objetivos perseguidos. "De uma maneira geral, podemos afirmar que para a América Latina as ações governamentais sistemáticas em torno do estímulo da pesquisa científica não se iniciam como resultado dos movimentos bélicos mundiais, assim como ocorreu com os países desenvolvidos; mas na grande maioria dos países desta região, o processo se gesta fundamentalmente na década de 1960". (Casas, 1985:15)



Assim, o marco fundamental da institucionalização da política de ciência e tecnologia na América Latina foi na década de 60. Neste período predomina a concepção sobre a importância da política de ciência e tecnologia como fator de desenvolvimento sócio-econômico para os países subdesenvolvidos, cujos governos começam a incorporar o discurso da relevância desse fator como meio para superar os problemas do subdesenvolvimento. (Mari, 1982)

Diversos fatores de ordem nacional e internacional originaram o interesse do Estado, nesta região, pela pesquisa científica, entre eles: "o extraordinário crescimento dos orçamentos de ciência e tecnologia nos países avançados, a partir do pós-guerra, particularmente em áreas relacionadas a atividades espaciais e militares; a introdução do planejamento como uma ferramenta importante para que os países da região alcançassem de uma maneira clara, objetivos de crescimento, desenvolvimento a partir da conferência de Punta del Leste, e, finalmente, quando na década de 60 começa a surgir no seio das Nações Unidas (e no caso em pauta, dentro da CEPAL), uma intensa discussão sobre os efeitos nocivos para os países do terceiro mundo, advindos da utilização de tecnologias estrangeiras inapropriadas para as suas condições" (Cassiolato, sem data, mimeo, p.2).

Destaca-se o papel fundamental desempenhado pelos organismos internacionais na institucionalização da política de ciência e tecnologia na América Latina, que, ao ressaltarem a importância da aplicação da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento, influenciaram significativamente nas decisões dos governos dessa região em apoiar a pesquisa científica.

A evolução da política de desenvolvimento científico na América Latina está vinculada, desde a década de 60, à ação destes organismos internacionais e regionais, principalmente a UNESCO e OEA, que atuaram com eficácia desenvolvendo estratégias de ação em conjunto com os governos da região. Destaca-se também o papel de outras instituições e programas como: o PNUD, a CEPAL, o Pacto Andino e o BID. (Braverman y González, 1980:6)

As proposições destes organismos internacionais foram decisivas na seleção dos mecanismos adotados pelos países da região, fundamentalmente seus argumentos em torno da importância das atividades científicas para o futuro dos mesmos. Foram os argumentos derivados das recomendações geradas em reuniões periódicas convocadas por estes organismos que serviram de base para apoiar

medidas governamentais voltadas para o apoio à atividade científica nos países da América Latina.

Em 1960, a revista Ciência Interamericana publicou uma matéria sobre a Divisão de Fomento Científico da OEA, onde destacava que "a criação de conselhos de investigação científica no Brasil, México e Argentina e a eminente criação em outros países tem ajudado vigorosamente o avanço científico e que os países latino-americanos devem estabelecer e ajudar a criação de conselhos de investigação científica".(l, 1, p. 14-15)

A UNESCO, em outubro do mesmo ano, promoveu em Caracas, uma reunião com representantes de instituições científicas latino-americanas. A ata final desta reunião, denominada *Carta de Caracas*, recomendava:

- *"para superar a situação de insuficiente evolução no terreno econômico e cultural, é imprescindível fomentar a pesquisa científica e especialmente as ciências básicas;*
- *deve dedicar-se à ciência básica 2% dos orçamentos nacionais;*
- *deve estimular-se a criação de Conselhos Nacionais de Pesquisa Científica e Técnica, considerando o benefício que já trouxeram às nações onde existem e têm uma vida ativa"* (ibidem,p.21).

Até meados da década de 60, a política científica proposta tanto pela UNESCO como pela OEA reduzia-se a uma ação de fomento à pesquisa em termos meramente quantitativos: aumento do número de pesquisadores e de instituições científicas e a expansão dos recursos para o setor.

Nesta época verifica-se uma mudança na orientação da política para essa área - da prioridade de promoção da pesquisa científica passa-se a enfatizar uma política de planejamento da ciência e tecnologia voltadas para o desenvolvimento (Albagli, 1988:34).

Em 1963, reúne-se em Genebra a *Conferencia de las Naciones Unidas sobre la Aplicación de la Ciencia y la Tecnologia en Beneficio de las Regiones menos Desarrolladas* que resultou na criação do *Comité Asesor sobre la Aplicacion de la Ciencia y la Tecnologia al Desarrollo*. Foi realizada, promovida pela UNESCO, uma série de conferências regionais: CASTALA, para a região da América Latina, em 1965 e em 1968; MINEUROPA Y CASTAFRICA, em 1974.

É importante destacar a primeira reunião CASTALA realizada em 1965, onde foram delineadas as primeiras recomendações que influenciaram a organização do aparato institucional para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países da região. As principais recomendações desta reunião foram:

- *reconhecer o papel da ciência e da tecnologia como parte integrante da problemática do desenvolvimento regional;*
- *destacar que cada país deve definir e adotar uma política científica explícita;*
- *ênfasis a importância dos estudos sobre recursos naturais para seu conhecimento e utilização por cada país, assim como a eleição das tecnologias mais adequadas para cada realidade nacional;*
- *estabelecer organismos nacionais para a formulação da política integrados por cientistas e tecnólogos;*
- *destinar gradualmente 1% do produto interno bruto de cada nação para aplicação em ciência e tecnologia;*
- *realizar um levantamento do potencial científico existente no país;*
- *melhorar a situação dos recursos humanos dedicados à pesquisa científica, através do estabelecimento da "carreira de pesquisador";*
- *promover a criação e o funcionamento de serviços de apoio;*
- *promover a cooperação entre países latino-americanos através da realização de programas conjuntos de pesquisa"*  
(Braverman y González, 1980:7).

Foi a partir das recomendações da conferência de CASTALA, em 1965, e da posição dos diferentes governos da América Latina, na *Declaração Conjunta dos Presidentes de América*<sup>5</sup>, assinada em 1967, em Punta del Este, no Uruguai, que se elaboraram propostas voltadas para a importância das atividades científicas e tecnológicas para a América Latina. Essas propostas forneceram os elementos fundamentais determinando que os países da região apoiassem o argumento de impulsionar a atividade científica e tecnológica como um fator importante para seu desenvolvimento (Casas, 1985:17).

---

<sup>5</sup> Esta declaração tinha como objetivos: "Promover o progresso da ciência e da tecnologia a um nível que contribua essencialmente a acelerar o desenvolvimento econômico, a integração latino-americana e o bem estar dos povos, assim como a pesquisa pura e aplicada em seu mais alto grau possível" (Braverman y González, 1980:8).

Os países da América Latina começaram, a partir deste momento, a criar e sistematizar organismos centrais de política de ciência e tecnologia, bem como a destinar recursos financeiros em seus orçamentos para essas atividades. Assim, o Estado passou a assumir o papel de formulador e financiador da política de ciência e tecnologia nessa região. A forma institucional adotada como *modelo* foi a de conselho ligado, de uma maneira geral, diretamente à Presidência da República. Estes organismos se estruturaram e se desenvolveram com base em uma série de requisitos administrativos próprios de cada país, que definiram funções e atribuições, regime jurídico e canais de relação com outras áreas do governo.

Neste período foram criados organismos de promoção do desenvolvimento científico em vários países, conforme ilustrado no quadro 1. Por outro lado, conforme demonstra o quadro 2, já existiam organismos de fomento à pesquisa em alguns países da América Latina.

## QUADRO 1

### RELAÇÃO DOS CONSELHOS DE PESQUISAS CRIADOS NO FINAL DA DÉCADA DE 60

| PAÍS      | ANO DE CRIAÇÃO | NOME                                                                 |
|-----------|----------------|----------------------------------------------------------------------|
| Argentina | 1968           | Conselho Nacional de Ciência e Técnica                               |
| Colômbia  | 1968           | Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia                            |
| Chile     | 1967           | Conselho Nacional de Investigação Científica e Tecnológica – CONICYT |
| México    | 1970           | Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CONACYT                  |

Fonte: Braverman, J. e Gonzalez, S. N.S. Los Organismos Centrales de Política Científica y Tecnológica en América Latina, OEA, 1980, p. 5–6.

## QUADRO 2

### RELAÇÃO DOS CONSELHOS CRIADOS NA DÉCADA DE 50 E INÍCIO DA DÉCADA DE 60

| PAÍS      | ANO DE CRIAÇÃO | NOME                                                                |
|-----------|----------------|---------------------------------------------------------------------|
| Argentina | 1958           | Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas – CONICET |
| Brasil    | 1951           | Conselho Nacional de Pesquisas CNPq.                                |
| México    | 1950           | Instituto Nacional de Investigación Científica – INIC               |
| Uruguai   | 1961           | Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas – CONICYT |

Fonte: Braverman, J. e Gonzalez, S. N.S. Los Organismos Centrales de Política Científica y Tecnológica en América Latina, OEA, 1980, p. 5–6.

É importante ressaltar, no entanto, que a criação do aparato institucional para a política científica e tecnológica na América Latina não significou um compromisso, de fato, dos governos da região, de promover um desenvolvimento científico e tecnológico com vistas à solução dos problemas locais. Conforme aponta Herrera (1971) em seu clássico livro -Ciencia y Política en América Latina - é necessário distinguir entre política científica explícita e implícita. A política explícita é uma fachada formal e prestigiosa (aquela que foi estimulada pelos organismos internacionais tipo OEA e UNESCO) para governos "progressistas e modernizantes", apresentada como uma panacéia para curar problemas urgentes do subdesenvolvimento, sem necessidade de mudanças radicais no sistema social. Em contraste, a política científica "real", que permaneceu implícita, está a serviço das classes dominantes. Seu objetivo é criar um sistema de ciência e tecnologia que não seja totalmente autônomo, - este poderia levar ao questionamento fundamental do sistema social - mas que apresente uma fachada de modernidade liberal para a solução de problemas menores.

Assim, o progresso e os objetivos da institucionalização dos organismos de Ciência e Tecnologia na América Latina diferem qualitativamente daqueles dos países industrializados. Enquanto nestes últimos a política científica era uma componente das - e estreitamente vinculada às - políticas públicas, na América Latina ela surge "marginalizada" e desconectada do escopo geral das políticas efetivamente postas em prática.

Além do estímulo dos organismos internacionais, outro fator importante na criação e evolução do aparato institucional de política de ciência e tecnologia na América Latina foi o papel desempenhado pela comunidade científica. A comunidade científica compreende o conjunto de pesquisadores, cientistas e tecnólogos, docentes e auxiliares que realizam atividades de pesquisa e docência em institutos e universidades tanto públicas como privadas.(Braverman e González, 1980)

Esta comunidade, que varia nas suas características e grau de evolução em cada país, teve uma atuação semelhante junto aos Estados latino-americanos na criação e implantação dos organismos centrais de política científica e tecnológica, principalmente quanto ao financiamento, à promoção e à formulação de uma política que orientasse o desenvolvimento das atividades científicas.

A carência de recursos e a falta de demandas efetivas do setor produtivo levou parte da comunidade científica dos países latino-americanos a se

voltar a linhas de pesquisa aceitas pela comunidade científica mundial, o que lhes possibilitou a obtenção de recursos junto aos países desenvolvidos e aos organismos internacionais. É nesta parcela da comunidade científica com ligações com a comunidade mundial e com os organismos internacionais que as sugestões para criação de "conselhos de pesquisas", propostas por esses organismos internacionais encontraram um campo fértil e se frutificaram (Braverman e González, op.cit, p.15). Isto ocorreu porque, implícita às diretrizes propostas pelas agências internacionais, encontrava-se a concepção de uma ciência neutra e universal, cujo desenvolvimento se propagava naturalmente para a esfera produtiva e beneficiaria a sociedade como um todo. É evidente que esta premissa era atraente para os cientistas locais pois implicava, entre outras coisas, em que o apoio financeiro do Estado à pesquisa não deveria estar sujeito à ingerência estatal sobre a liberdade do pesquisador (Albagli, 1988:35).

O reconhecimento pelas sociedades latino-americanas do alto prestígio dos cientistas, reforçado pelas suas vinculações internacionais e sua significativa atuação junto aos governos dos Estados para criação dos "conselhos de pesquisas", possibilitou o acesso e conseqüente incorporação da comunidade científica aos altos cargos desses organismos. Por estas razões, essa comunidade consegue imprimir nesses organismos a sua concepção de ciência, a sua lógica, a criação de mecanismos para o reconhecimento do mérito científico.

Sobre essa questão, Villegas (1983:9) aponta que "para orientar o processo de incorporação da ciência na vida nacional dos países em desenvolvimento, a UNESCO propôs, há algumas décadas, a criação dos conselhos nacionais de pesquisa onde participariam os governos, os usuários da ciência e os pesquisadores científicos, com o predomínio muito claro dos últimos (...) usualmente a composição dos conselhos é majoritariamente científica porque os representantes do governo e dos industriais ou trabalhadores, designados para os mesmos, se sentem no fundo, às vezes com razão, mais cientistas que representantes dos setores que os designaram".

No Brasil, no final da década de 40, um grupo de cientistas e professores, em sua maioria da Universidade de São Paulo, influenciado pelo clima do pós-guerra, propício à expansão do desenvolvimento científico, conseguiu, junto à Assembléia Legislativa Paulista, a inclusão, na Constituição Estadual de 1947, de um dispositivo para a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

No início da década de 50, transformações econômicas e políticas e a questão estratégica da energia nuclear, levariam, em 1951, o Presidente da República, a criar, por proposição de militares e cientistas, o Conselho Nacional de Pesquisas, CNPq, constituindo importante marco nas relações Estado-ciência no Brasil, que passa a assumir explicitamente o papel de patrocinador direto da pesquisa. Seus objetivos básicos iniciais foram o de promover a capacidade científica e tecnológica nacional e o de responsabilizar-se por todas as atividades referentes ao aproveitamento da energia atômica.

Foi criada, também no ano de 1951, a Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, - CAPES - que tinha como objetivo formar recursos humanos para a pesquisa e o ensino superior brasileiro.

O surgimento, a criação e o desenvolvimento das instituições responsáveis pela política de ciência e tecnologia, principalmente das agências de fomento à pesquisa, seu papel junto ao sistema de ensino superior e ao sistema de desenvolvimento científico e tecnológico, vinculado a políticas de desenvolvimento econômico e social, tem sido alvo de estudos.<sup>6</sup>

O estudo das instituições científicas - sejam elas institutos de pesquisa, universidades, sociedades científicas, academias e organizações de vários tipos, museus, bibliotecas, laboratórios ou agências financiadoras de ciência e tecnologia - goza de respeitável tradição na história das ciências dos países industrializados. Quando esta atenção se move em relação aos países menos desenvolvidos, verifica-se que a consolidação da atividade científica é inseparável do seu processo de institucionalização, o que imediatamente coloca o problema dos modelos institucionais e dos padrões de organização da ciência. Assim, a análise das instituições de ciência e tecnologia na América Latina ilumina as *pedras fundamentais* do terreno sócio-intelectual, permitindo a identificação de formas sociais significativas na evolução da atividade científica (Vessuri, 1987a:534).

Este enfoque visualiza as instituições científicas enquanto canais mediadores entre a produção do conhecimento científico (e as condições locais para produzi-lo) e as demandas sociais. Considera as instituições científicas como

---

<sup>6</sup> Entre os estudos realizados sobre agências de fomento à pesquisa destacamos: Albagli, S., "Ciência e Estado no Brasil Moderno: um estudo sobre o CNPq", 1988, tese de mestrado, COPPE, RJ; Morel, R. L. M., "Ciência e Estado: a política científica no Brasil, Símbolo, 1978, SP; Melo, L. M., "O Financiamento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico: a atuação da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (1967-1987), tese de mestrado, Instituto de Economia Industrial da UFRJ, RJ, 1988.



expressão concreta das estruturas sociais e das ideologias e como conformadoras dos modos de produção dos conhecimentos científicos. Cada instituição pode ser vista como um microcosmos dentro do jogo social que, em certa medida, o determina e lhe permite variados graus de liberdade (Vessuri, 1987b:3).

Dentro desta perspectiva, a análise das instituições de fomento à pesquisa na América Latina é particularmente esclarecedora do conjunto das relações entre os diversos atores sociais participantes da produção do conhecimento. Isso ocorre porque estas instituições específicas são um *locus* privilegiado para o estabelecimento de alianças entre ciência e poder, visto que nelas se desenvolvem as negociações entre os interesses da comunidade científica e os do Estado. Conseqüentemente, a compreensão de como se estabelecem essas relações, e dos impactos que provocam na prática da produção do conhecimento científico e tecnológico -determinando métodos de trabalho, modos de transferência e difusão de informação, etc - é subsídio extremamente importante para o estabelecimento de políticas de ciência e tecnologia.

Com base no exposto, este trabalho procura analisar a trajetória institucional da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP - desde o momento de sua criação até o presente, como uma das mais importantes instituições de fomento à pesquisa do país, contribuindo, deste modo, para os estudos sobre política científica e tecnológica. É fato, hoje bastante reconhecido, até mesmo pela tecnoburocracia estatal, que a prática governamental neste setor precisa ser apoiada numa base de conhecimento muito mais consistente do que ocorre no presente (Vessuri, 1987a:528).

Este estudo é particularmente relevante porque, diferentemente do que aconteceu com a maior parte dos organismos de política científica e tecnológica da América Latina, a criação da FAPESP ocorreu no período pós-guerra, em 1947, a partir da atuação significativa de um grupo da comunidade científica paulista que, movido pelas mesmas razões que levaram os países avançados a criarem seus organismos de política científica, conseguiram influenciar os constituintes paulistas da importância da pesquisa científica. Entretanto, a FAPESP só foi instituída e implementada de fato, no início dos anos 60 - período de criação dos conselhos de pesquisa na América Latina - novamente pela atuação da comunidade científica paulista aliada às elites intelectuais dirigentes e com uma estrutura diferente dos demais organismos que foram criados neste período. A Lei de criação e o Estatuto da FAPESP, gerados na década de 60, estabelecem os elementos fundamentais para a

sua atuação, mas é o Dispositivo Constitucional de 1947, reafirmado nas constituintes de 1967, de 1969 e de 1989, a base dos fatores determinantes da sua atuação.

Assim, o estudo da trajetória institucional da FAPESP permite entender os processos e negociações ocorridos entre a comunidade científica local e o Estado em momentos diferentes. O mais interessante é que, apesar do contexto ter mudado significativamente nestes mais de 40 anos desde que a FAPESP foi estabelecida por Dispositivo Constitucional, ela tem conseguido se manter fiel aos princípios básicos que a nortearam desde o início, fundamentalmente, a manutenção de sua autonomia institucional. O estudo, então, mostra a habilidade dos cientistas paulistas de se articularem internamente e com outros segmentos sociais para *vender* uma idéia e colocar a FAPESP na agenda dos políticos, ao mesmo tempo em que exibem uma capacidade surpreendente de resistir às pressões políticas. Estas características distinguem substancialmente a FAPESP de suas congêneres nacionais - CNPq, FINEP, CAPES. Daí porque seu estudo ser particularmente esclarecedor.

Em suma, a proposição deste estudo é realizar uma análise da dinâmica institucional da FAPESP em relação ao contexto sócio-político no qual atuou a comunidade científica paulista, ator principal e fundamental na sua criação, implementação e manutenção. O objetivo é entender o papel que a FAPESP tem desempenhado no desenvolvimento científico e tecnológico e mostrar como a comunidade científica conseguiu afirmar os valores de excelência científica, através de sua política *meritocrática* no contexto particular da Fundação. Entender quais têm sido os determinantes e características dessa atuação, e o que levou a sua criação e aos procedimentos que adotou. Os desafios da trajetória da FAPESP são múltiplos e apaixonantes. Este trabalho não pretende alcançar todos, ou alcançar objetivos tão amplos: trata-se de um primeiro estudo do conjunto.

Para atingir os objetivos propostos, esta dissertação compõem-se de três partes. No capítulo I procuramos resgatar os antecedentes, os processos de criação e instalação e a trajetória institucional da FAPESP até a década de 90. Serão destacados os elementos sócio-políticos presentes nos processos de sua criação na década de 40 e de sua instalação na década de 60, como também as manifestações em prol de sua instalação no período existente entre a sua criação e a efetiva instalação. Em seguida, abordaremos seu desenvolvimento institucional com destaque para alguns momentos, como o da elaboração da Constituição Estadual Paulista de 1989.

A ênfase dada à sua criação, através do Dispositivo Constitucional de 1947, se deve a importância desse momento, que origina a FAPESP e os aspectos legais que fundamentam sua atuação até hoje.

Após a apresentação da trajetória institucional da Fundação, o capítulo II procura analisar as principais características e determinantes da atuação da FAPESP como agência de fomento à pesquisa. Este capítulo se fundamenta nas atas do Conselho Superior, que até então não tinham sido exploradas, em entrevistas com dirigentes da Fundação, com homens do governo que participaram do processo e nos relatórios anuais da instituição. É evidente que tais fontes oferecem apenas a visão da FAPESP a partir da ótica de seus dirigentes -isto é, membros do Conselho, diretores, coordenadores de área. Foi feito um grande esforço de análise crítica da opinião das pessoas - sejam elas expressas nas atas ou nas entrevistas -mas é necessário reconhecer que uma análise mais completa deveria incorporar a perspectiva de outros atores sociais -cientistas usuários, representantes do governo, setor privado, etc. Entretanto, dado o escopo de uma dissertação de mestrado, não era possível explorar esta visão que deverá ser objeto de uma pesquisa futura. As características da FAPESP selecionadas para uma análise mais detalhada foram: sua política de atuação; o processo decisório e seus mecanismos operacionais, ressaltando particular atenção ao envolvimento da comunidade científica nesses mecanismos; os critérios de avaliação; a gestão dos recursos, sua autonomia financeira e administrativa.

Não se pretendeu fazer uma análise estatística da ação de fomento, pois um estudo aprofundado neste campo requereria um esforço voltado principalmente para a leitura crítica e interpretativa das estatísticas da Fundação.

O último capítulo procura articular os temas anteriores visando apresentar uma conclusão geral do trabalho. Aqui serão feitas algumas considerações sobre a atuação futura da FAPESP, levando em conta as novas atribuições que lhe são conferidas desde a constituinte de 89, a proximidade da revisão constitucional e a crise que assola o sistema de apoio à ciência e tecnologia no país.

# **CAPÍTULO I**

## **TRAJETÓRIA DA FAPESP**

### **I.1 ANTECEDENTES**

Até meados deste século não havia, por parte do Estado no Brasil, uma política explícita de promoção do desenvolvimento científico. As iniciativas importantes desenvolvidas pelo Estado nesta área foram respostas para problemas concretos, impostos pela realidade conjuntural, principalmente na área da higiene, saúde e agricultura, mas não faziam parte de uma política deliberada de promoção do desenvolvimento científico. Neste sentido, destacam-se, no fim do século passado e começo deste século, o estabelecimento da escola de Minas de Ouro Preto, em 1887; a criação do Instituto Agrônomo de Campinas em 1887; do Instituto Butantã em 1899, em São Paulo; do Instituto Manquinhos em 1901, no Rio de Janeiro, passando a chamar-se Instituto Oswaldo Cruz, em 1907; a criação da Academia de Ciências, em 1916, e, em 1927, do Instituto Biológico em São Paulo. Foi principalmente nesses institutos e nos museus que a ciência brasileira se desenvolveu até a década de 30, com ênfase para a ciência aplicada.

Em São Paulo, a ciência aplicada se desenvolveu com maior facilidade, impulsionada pela demanda e pelos recursos da riqueza do café, enquanto que, no Rio de Janeiro, são formados os pesquisadores de melhor nível, na Escola Politécnica e em Manguinhos, posteriormente muitos deles absorvidos por instituições paulistas (Schwartzman, 1979:161). Segundo Forjaz (1989), há em São Paulo uma tradição do envolvimento das elites na promoção do desenvolvimento científico e educacional, como no caso do Instituto Agrônomo de Campinas, da criação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em 1901, do Instituto Biológico e outros. Para a autora, essa propensão de envolvimento das elites paulistas está ligada à hegemonia política e econômica de São Paulo na Primeira República, e terá desdobramentos importantes em outras etapas do desenvolvimento brasileiro.

Nos anos 30, a reduzida comunidade científica nacional pertencente aos quadros das elites e com uma formação científica estreitamente ligada aos

contatos culturais com a Europa, faz, através da Academia Brasileira da Ciência, uma proposta ao governo federal no sentido de criar um Conselho Nacional de Pesquisa. É significativo o fato de, nos anos 30, a comunidade científica ter se organizado e articulado demandas ao sistema político no sentido de implementar um órgão central de estímulo e proteção ao desenvolvimento científico. A principal bandeira dos cientistas reunidos na Academia Brasileira de Ciências era a defesa da ciência pura, "o desenvolvimento das ciências e das suas aplicações que não tiverem caráter industrial ou comercial", contrapondo-se aos objetivos para os quais haviam sido criadas as instituições de pesquisa até então (Albagli, 1988:71).

Em 1934, a recente industrialização brasileira determinou a criação, no Rio de Janeiro, do Instituto Nacional de Tecnologia e também, no mesmo ano, a transformação do Laboratório de Ensaaios de Materiais da Escola Politécnica da USP em Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). No período que vai de 1922 a 1932, o Laboratório de Ensaaios de Materiais prestou assistência tecnológica à já florescente indústria paulista da construção civil, principalmente no campo de concreto armado; atuava também no campo da metalurgia, razão pela qual tornou-se uma fonte supridora de tecnologia militar na Revolução Constitucionalista de 32.

Foram Ary Torres, Adriano Marchini e Francisco Maffei, elite de engenheiros da Poli, o grupo responsável pela criação do IPT, no momento de transformação político-social do Brasil, quando a economia republicana, baseada na monocultura do café, entrou em crise.

Foi, entretanto, o surgimento da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, que marcou significativamente o desenvolvimento científico no Brasil. Fruto de uma política de fortalecimento do Estado de São Paulo, promovida pelas elites agrárias e industriais contra o centralismo da União, a USP refletia os objetivos políticos que queriam alcançar seus fundadores. Membros de uma burguesia ascendente, empenhavam-se na conquista, para o Estado, de uma hegemonia perdida, em termos nacionais, após a Revolução Constitucionalista de 32. Por essa razão, esse grupo estava comprometido com uma tentativa de constituir-se regionalmente na facção dominante, capaz de unir em torno do seu projeto político as outras classes ou facções, prejudicadas, como ela, pela derrota (Franken, 1978:60).

A USP teve como marco de referência a ciência internacional através de seu corpo docente recrutado no exterior. Seus fundadores acreditavam que através

da melhor ciência e da universidade com condições e liberdade, a elite dirigente floresceria.<sup>7</sup>

Para Franken (1978) foi através da Fundação da USP que se institucionalizou e se legitimou, perante a sociedade brasileira e o sistema de poder, a atividade científica. E foi a partir da comunidade científica paulista que surgiram instituições como a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), em 1947, e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948. A comunidade científica de São Paulo, que se formou no interior da USP e teve como marco de referência a ciência internacional, desempenhou um papel fundamental na criação, implantação e trajetória da FAPESP.

## **I. 2. CONSTITUINTE DE 1947 - AS ORIGENS**

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), foi criada em 1947, através de um movimento da comunidade científica paulista que conseguiu a inclusão, na Constituição, de um dispositivo que impunha ao Estado a criação de uma Fundação de amparo à pesquisa. Isso ocorreu num período de regime democrático, tendo como governador do Estado, o populista, Adhemar de Barros e treze anos depois da criação da USP.

Na década de 40, a comunidade científica paulista começou as articulações em torno da idéia de criação de um órgão para apoiar e financiar a pesquisa científica, semelhante às fundações existentes no exterior, que concediam bolsas para pesquisadores brasileiros, como a Ford, a Kellogs e a Rockefeller.<sup>8</sup>

Em 25 de agosto de 1942, por iniciativa do reitor da USP, Jorge Americano, e de um grupo de professores, foram criados os Fundos Universitários de Pesquisas (F.U.P.), que tinham como objetivo contribuir para a vitória das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial, financiando projetos ligados à defesa nacional. Esses fundos não tinham caráter oficial; eram uma Fundação particular, com o objetivo de auxiliar estudos e pesquisas científicas a partir de recursos provenientes de

---

<sup>7</sup> Idem, p.60. Sobre a questão da ideologia cultural e econômica que estava presente na criação da USP ver Ireda Cardoso, A Universidade da Comunhão Paulista. São Paulo, Cortez Editores, 1982, p.156.

<sup>8</sup> Conforme declarações do prof. Antonio Barros de Uihôa Cintra, reitor da USP na época em que a lei e o estatuto da FAPESP foram promulgados e primeiro presidente do Conselho Superior da fundação. Uma História... 1987, Jornal da UNESP, ano 3, nº 21, nov. São Paulo.

doações, contribuições e auxílios vindos do governo federal, do governo estadual e de particulares.

Como os resultados obtidos inicialmente pelos FUP foram excelentes, foram institucionalizados em princípio de 44, a fim de continuar a favorecer as atividades técnicas, científicas e culturais no país, independentemente do fato transitório da guerra.

Os FUP eram gerenciados por um Conselho Geral integrado pelo reitor e pelos diretores das Escolas Superiores da Universidade de São Paulo como membros natos, e mais 15 a 30 membros, eleitos pelos primeiros; por uma Diretoria; um Conselho Técnico Científico e um Conselho Fiscal (Marchini e Meiller, 1947a).

Segundo o físico Oscar Sala, Diretor Científico da FAPESP por dois mandatos consecutivos, de 69 a 74, os FUP "foram provavelmente o primeiro órgão de amparo à pesquisa no Brasil. Resultou - de um lado, de uma necessidade, da Marinha Brasileira, que com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, precisou de sonares para seus navios patrulharem as costas brasileiras, - e de outro, pela sensibilidade do reitor da USP, Jorge Americano, que conseguiu convencer o pessoal da Marinha, em 1941, (que estava cético) de que existia um Departamento de Física na USP e que umas três ou quatro pessoas deste departamento estavam dispostas a desenvolver o sonar. Este grupo extremamente pequeno, um ano depois, resolveu o problema, e foi deste trabalho também que surgiu a indústria eletro-acústica brasileira" (Sala, 1977: 12-14).<sup>9</sup>

Com a guerra torna-se gritante, para os militares, a fragilidade brasileira em termos de defesa nacional, assim como a noção de vinculação entre potência industrial e militar. O engajamento político dos militares no pós-30 e a evolução do conceito de defesa nacional levariam, posteriormente, à criação do CNPq no início da década de 50, fruto das articulações da comunidade científica e de um movimento interno das Forças Armadas (Forjaz, 1988:10-11).

Para Sala, esta experiência dos FUP *semeou a idéia do que é hoje a FAPESP* e deixou evidente dois pontos básicos para que a iniciativa desse certo: que os recursos fossem constantemente disponíveis e que independessem de flutuações de curto prazo (Sala, 1977:11-14).

---

<sup>9</sup> Sala era, neste período, estudante do Departamento de Física da Faculdade de Filosofia da USP, tendo participado deste programa como bolsista dos FUP. (Sala, 1977:12-14)

Para Vanzolini, que foi o principal responsável pela elaboração da lei que regulamentou a FAPESP em 1960, "os Fundos Universitários de Pesquisa tiveram outra consequência muito importante: sensibilizaram a classe científica paulista para a necessidade de um órgão estadual (...) aí houve um movimento e incluíram na Constituinte de 47 que o Estado teria uma Fundação de amparo à pesquisa, à qual seria destinada 0,5% da receita ordinária do Estado" (Vanzolini, 1977:21-22).

No período pós-segunda Guerra Mundial ocorreu um impulso no desenvolvimento científico em nível internacional, com resultados também no Brasil, provocando o surgimento de algumas importantes instituições científicas como: o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (1947), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (1948), o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (1949) e a primeira agência nacional de fomento à pesquisa, Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq - criado em 1951.

O cientista José Reis, que foi diretor do Instituto Biológico de São Paulo e um dos fundadores da SBPC, coloca que "logo depois da última guerra, mais ou menos, nasceu, no mundo inteiro, a idéia de política de ciência, quer dizer, consolidou-se a noção de política científica. A Sociedade(SBPC) tinha também essa motivação que, no Rio, se expressiu pela Fundação do Conselho (CNPq) e aqui pela criação da FAPESP" (Reis, 1977:44)<sup>10</sup>.

Reis aponta também que, em meados da década de 40, no período do Estado Novo, quando foi diretor-geral do Departamento de Serviço Público de São Paulo (DSP), "o panorama geral da administração da ciência(...) era de profundo desalento(...) tendo de um lado, por forças das próprias circunstâncias do regime em vigor, crescente interferência dos caprichos do poder na vida das instituições, e de outro, os próprios cientistas e técnicos a se guerrearem e se combaterem, desmerecendo-se uns aos outros na luta pela conquista de vantagens para seus laboratórios. Já contamos, em artigo de jornal, as muitas investidas que, no silêncio daquela posição, tivemos de conter, oriundas de certos agrupamentos técnicos interessados em menosprezar os núcleos de pesquisa da Faculdade de Filosofia e o tipo de ciência, em geral chamada pura, que eles representavam. Com efeito, como esperar, por exemplo, que um homem de governo com idéias relativamente simples quanto às coisas e aos métodos da ciência, prestigiasse o obscuro pesquisador de um

---

<sup>10</sup> As motivações para criação do CNPq e da FAPESP foram semelhantes - guerra, segurança nacional, por um lado, e pressão da comunidade científica, por outro, entretanto as duas agências seguiram trajetórias e modelos institucionais diversos.



laboratório de fisiologia ou de um núcleo de pura matemática, se os outros homens de ciência ou de técnica, os que produziam ou consertavam qualquer coisa, não perdiam vasa para levando em mãos a prova material de seu labor, denunciar o "ócio" dos outros, dos que apenas produziam escritos científicos que, para cúmulo da falta de patriotismo, - diziam -, eram publicados em línguas exóticas ?" (Reis, 1955:269-270).

Esta situação mostra bem a disputa que já se evidenciava entre a ciência aplicada que se desenvolvia nos Institutos e a ciência pura que começava a se desenvolver no interior da Faculdade de Filosofia de São Paulo, tendo como referência a ciência internacional.<sup>11</sup>

Após o período de instabilidade e insegurança do Estado Novo, em 1947, num clima de redemocratização do país e de eleição da Assembléia Constituinte Estadual, um grupo de professores e cientistas, em sua maior parte pertencentes à Universidade de São Paulo, levantou a idéia de inscrever, entre os preceitos constitucionais, um especialmente destinado ao efetivo amparo da ciência (*Ciência e Cultura*, 1951, p.85). Esse dispositivo impunha ao Estado a criação de uma fundação de amparo à pesquisa, mantida por ele com a dotação de meio por cento do total de sua receita ordinária.

O documento que deu origem ao Dispositivo Constitucional e que forneceu a justificativa para essa medida chamava-se "Ciência e Pesquisa". Devido à importância desse documento para a criação da FAPESP, ele será analisado em detalhe a seguir.

### I. 2.1. O DOCUMENTO "CIÊNCIA E PESQUISA"

O documento *Ciência e Pesquisa*, elaborado em junho de 1947 para fundamentar a necessidade de criação de um organismo de amparo à pesquisa, foi escrito por dois pesquisadores do IPT - Adriano Marchini e João Luis Meiller. Eram ambos membros de uma elite de engenheiros originária da Escola Politécnica de São Paulo, fundadores do IPT e figuras que tiveram participação significativa na Revolução Constitucionalista de 32, através da solidariedade e da fabricação de armas.<sup>12</sup> Os

---

<sup>11</sup> Esta disputa, na verdade, mais do que simplesmente entre "pesquisa básica e pesquisa aplicada", reflete uma tensão que sempre existiu em todos os sistemas de Ciência e Tecnologia - e muito mais pronunciadamente nos países em desenvolvimento - entre a ciência pela ciência e a ciência voltada para a solução de problemas.

<sup>12</sup> Marchini, inclusive, "teve participação decisiva nas ações dos engenheiros (...), perdendo uma das mãos no teste de uma granada" (IPT, 1989:19).

autores, ao escrever o documento, dizem serem motivados única e exclusivamente pelo desejo de prestar um serviço ao Estado e à pátria, julgando de seu dever não permitir que se perdesse circunstância tão propícia. Embuidos desse espírito, empreenderam, em princípios de 1947, a elaboração de um trabalho destinado a recomendar e a justificar a inclusão, no texto constitucional, de um dispositivo para a criação de uma Fundação de amparo à pesquisa (Marchini e Meiller, 1947a).

Na capa do documento encontram-se os seguintes dizeres: *Contribuição de homens de laboratório e de cátedra, por São Paulo-pelo Brasil*. Seu conteúdo é composto por um sumário, seis capítulos e nove anexos, conforme pode ser visto no índice do documento a seguir.

# INDICE

|               |       |
|---------------|-------|
| INDICE .....  | 1     |
| SUMARIO ..... | 2 a 5 |

TEXT0:

|                                                              |         |
|--------------------------------------------------------------|---------|
| I - Ciência, Pesquisa e Opinião Pública .....                | 2       |
| II - Pesquisa e Governo .....                                | 3       |
| III - O que se faz em outros Países .....                    | 5       |
| IV - A situação do Brasil ante a pesquisa e a ciência:       |         |
| a) - Condições atuais adversas .....                         | 11      |
| b) - O que se tem feito .....                                | 13      |
| V - Rumo recomendável .....                                  | 18      |
| VI - Sugestão para a Constituição do Estado de S.Paulo ..... | 21 a 23 |

ANEXOS:

|                                                                                                                         |         |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| I - Características essenciais da entidade que deverá exercer o amparo à pesquisa, em S.Paulo .....                     | 1 a 10  |
| II - Dados sobre a orientação oficial de vários países em relação à pesquisa:- Estados Unidos .....                     | 1       |
| - Rússia .....                                                                                                          | 11      |
| - França .....                                                                                                          | 16      |
| - Inglaterra .....                                                                                                      | 20 a 25 |
| III - Ordem executiva do presidente Wilson, perpetuando o Conselho Nacional de Pesquisa e fixando-lhe as atribuições... | 1       |
| IV - Carta de Vannevar Bush ao presidente Truman .....                                                                  | 1 e 2   |
| - Ciência, a fronteira sem fim. (Sumário) .....                                                                         | 3 a 6   |
| V - Sumário do projeto de criação de uma "Fundação Nacional para a Ciência", em andamento no Congresso norte-americano. | 1 a 5   |
| VI - Esquema do Governo inglês para a organização e o desenvolvimento da pesquisa científica e industrial .....         | 1 a 4   |
| VII - Esquema do Governo inglês para a pesquisa industrial .....                                                        | 1 a 4   |
| VIII - Estabelecimentos mantidos, em 1935, pelo D.S.I.R.....                                                            | 1       |
| IX - Associações cooperativas de pesquisa subvencionadas, em 1935, pelo "D.S.I.R." .....                                | 1       |

Chama a atenção o nível de detalhamento e atualização das informações contidas no documento para a época, o que demonstra a ligação, o grau de interesse e a preocupação em acompanhar a ciência que estava sendo desenvolvida nos países mais avançados, ou seja, a contemporaneidade da proposta.

Os fatores guerra e segurança nacional aparecem como justificativa para a criação da Fundação, quando, no capítulo Pesquisa e Governo, os autores referem-se "aos espetaculares resultados conseguidos durante a última conflagração, como fruto da pesquisa científica empreendida em escala nunca antes atingida, num ambiente de pleno apoio, compreensão e cooperação; que vieram impressionar as multidões e os homens de governo conscientes de seu verdadeiro papel de promotores e asseguradores do bem estar público"(p.3).

A necessidade de usar outras nações como modelo se manifesta no documento: "sirva-nos de exemplo e encorajamento, a orientação que vêm seguindo as nações líderes no assunto"(p.10); apresentando um capítulo e vários anexos com informações detalhadas e atualizadas sobre como o poder público proporciona apoio à pesquisa nesses países (Estados Unidos, Rússia, França e Inglaterra).

Quanto ao papel do Estado, destacam que a intervenção do poder público nesse terreno é indispensável, devendo assumir caráter preponderante, quando o objetivo é conseguir resultados substanciais e benéficos para toda a coletividade e não apenas satisfatórios para determinados indivíduos.(p.3)

Estabelecem, segundo esses modelos, que os governos devem proporcionar à ciência e à pesquisa científica os seguintes elementos fundamentais: apoio amplo, moral e material; orientação através da elaboração de programas e planos, tendo em vista unicamente o interesse geral da coletividade; abundância e estabilidade de recursos financeiros; número suficiente de cientistas e pesquisadores, competentes e devidamente preparados; continuidade administrativa e técnica; cooperação dos órgãos governamentais e particulares e do público, entre as entidades que cuidem de ciência e pesquisa (p.1-2).

Destacam que a situação no Brasil nesta área era de condições adversas, seja por ignorância ou incompreensão, seja por indiferentismo geral. Em contraste, assinalam que já existe, particularmente, em São Paulo, apreciável avanço científico e fazem uma relação dos núcleos de pesquisa e das áreas do conhecimento em desenvolvimento no Estado.

Com relação a essa questão, Reis (1955:272) aponta que os autores procuram fazer um balanço dos núcleos de pesquisa existentes em São Paulo, dando todavia uma visão levemente deformada pela ênfase quase exclusivamente posta na universidade, quando é sabido que a pesquisa fora da universidade é mais antiga e também de excelente qualidade. Novamente, aflora aqui a divergência existente entre as instituições voltadas para a pesquisa associada aos problemas nacionais (feita nos institutos de pesquisa) e aquela atrelada aos paradigmas internacionais (levada a cabo na USP).

O documento ressalta a necessidade de criação de uma entidade com autonomia ampla e recursos fartos, norteadas em sua atuação, acima de tudo pelo interesse geral (p.3). Descarta para essa entidade a forma de autarquia, justificando que seria uma extensão do próprio governo com males idênticos. Assim, decidem-se os autores por uma fundação favorecida, permanentemente, pelo governo, "por ser expurgada de tais males e por assim o aconselhar a experiência dos Fundos Universitários de Pesquisas, cuja ação nestes últimos cinco anos, (...) vem permitindo - não obstante o caráter esporádico do auxílio governamental - a realização de numerosas pesquisas e a colheita de valiosos resultados, a ponto de ter merecido a mais alta condecoração da Marinha de Guerra do Brasil, pelos serviços inestimáveis prestados durante a última conflagração"(p.3).

Os autores enfatizam que a realização deste objetivo, pela sua importância para o bem público, deve ser assegurada de maneira permanente, através da sua inclusão entre os dispositivos constitucionais e citam a Constituição Federal de 1946 que, em seu artigo 174, dispõe sobre o apoio à pesquisa, embora de forma restrita.<sup>13</sup>

Os autores, então, conclamam o espírito de pioneirismo de São Paulo, no sentido de ir além e dar exemplo, fazendo constar da Constituição Estadual dispositivo mais amplo e mais completo sobre o assunto, que o federal. E, baseado nos obstáculos que defrontam os pesquisadores paulistas de instabilidade e de descontinuidade de recursos propõem:

"São Paulo, sempre pioneiro, deve dar mais vida ao espírito deste dispositivo (o artigo 174 da Constituição Federal de 1946) incluindo em sua

---

<sup>13</sup> O artigo 174 da Constituição Federal de 1946 dispunha: "O amparo a cultura é dever do Estado. Parágrafo único - A lei promoverá a criação de institutos de pesquisa de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior."

Constituição Estadual o seguinte artigo: - É dever do Estado o amparo à cultura e à pesquisa científica. Parágrafo primeiro - O amparo à pesquisa científica será exercido pelo Estado por intermédio de uma fundação, cujos moldes serão estabelecidos em *Estatutos* aprovados pelo governo. Parágrafo segundo - Anualmente o Estado contribuirá para a fundação a que alude o parágrafo primeiro com quantia não inferior a 0,5% (meio por cento) do total de sua receita ordinária"(p.5).

Como justificativa para este dispositivo os autores apontam:

- 1) *que quanto ao corpo do artigo retomam o texto do artigo 174 da Constituição Federal, ampliando-o;*
- 2) *que sobre a necessidade de amparo oficial à pesquisa parecia inútil insistir;*
- 3) *que quanto ao parágrafo primeiro correspondia as conclusões do trabalho (Ciência e Pesquisa) dispensando nova justificativa;*
- 4) *que quanto ao parágrafo segundo (valor de 0,5% do total da receita ordinária do Estado), a importância prevista para contribuição anual do Governo corresponderá, atualmente a 20 milhões de cruzeiros (aproximadamente 1 milhão de dólares). Quantia considerada pelos autores "ainda muito modesta em face da relevância do assunto e dos imensos benefícios que daí poderão decorrer para a coletividade";*
- 5) *que quanto aos estatutos, a lei ordinária retomará e pormenorizará o assunto, que deverá ser aprovado pelo governo, sem colidir com o caráter privado da fundação. Contudo destacam que parece conveniente que se firmem desde já alguns dos pontos essenciais que o Estatuto deverá apresentar, constante do anexo I do documento Ciência e Pesquisa (Marchini e Meiller, 1947a:22).*

Após a apresentação dos vários modelos desenvolvidos nos outros países e do balanço da situação da área de ciência e tecnologia no Brasil e, especificamente, em São Paulo, e considerando as peculiaridades geo-econômicas e políticas do país, o documento descarta a adoção do modelo russo (global e centralizador) e do modelo inglês, que teria pouca probabilidade de êxito no Brasil. Para os autores, o modelo francês e, principalmente, o norte-americano, pelo menos em suas linhas gerais - "financiamento a cargo e a inteiro critério de uma entidade, mantida pelo governo, mas com ampla autonomia e liberdade de ação e sujeita ao

mínimo possível de embaraços burocráticos, sob orientação, administração e controle exclusivamente técnicos e a políticos - parece ser bem mais interessante" (p.18).

O anexo I do documento apresenta uma série de características essenciais que a entidade de amparo à pesquisa deverá ter, destacando-se as seguintes:

- 1) *quanto à natureza jurídica - para gozar a maior autonomia possível, a entidade deverá ser um ente jurídico de direito privado e, o que melhor se adapta aos fins desejados, parece ser a Fundação;*
- 2) *quanto à finalidade - constituirá escopo da entidade o amparo à pesquisa científica em todas as suas modalidades. Pesquisa científica é definida, para fins da elaboração do Estatuto, como a busca ou investigação, com o objetivo de obter novos conhecimentos ou confirmar outros, já obtidos, em qualquer campo da ciência e da técnica, por qualquer meio e em qualquer escala, quer seja com finalidades utilitárias, quer não (Anexo I, p.2);*
- 3) *quanto aos meios de ação - deverá a Fundação ter nesse terreno a maior liberdade e flexibilidade possíveis, convindo que constem do seu Estatuto seus mais importantes meios de ação: levantamento das necessidades do Estado, em matéria de pesquisa nos vários setores da ciência, e das oportunidades de atender às mesmas; estabelecimento de diretrizes, planos, programas e critérios de prioridades; concessão, a candidatos idôneos, de bolsas de estudo, para realização dentro ou fora do país, de estudo ou pesquisas; divulgação dos resultados colhidos nas pesquisas amparadas;*
- 4) *quanto aos recursos - constituirão receita da Fundação: a contribuição anual do governo do Estado, a que alude a Constituição; frutos do seu patrimônio; os produtos da alienação ou cessão de bens e direitos de sua propriedade; o valor dos bens e direitos que adquirir; doações de qualquer fonte;*
- 5) *quanto ao patrimônio - poderão constituí-lo todos os bens e direitos de propriedade da Fundação, ressaltando que o uso dependa de autorização de seu órgão deliberativo supremo;*

- 6) *quanto à organização - para assegurar um funcionamento ao mesmo tempo eficiente, flexível e bem controlado , a entidade deverá ser dotada dos seguintes órgãos principais: um órgão supremo, orientador geral e fiador, coletivo e deliberativo, composto por representantes dos principais financiadores (governo e doadores particulares) e pelos executores das pesquisas (instituições intra e extra-universitárias); um órgão executivo centralizado num chefe único, com amplos poderes e responsabilidade, indicado pelo órgão deliberativo, previamente selecionado e que seja qualificado; um órgão consultivo e controlador na esfera técnica, indispensável para: acompanhar a evolução mundial e seus últimos progressos em cada setor da ciência, levantar os temas de pesquisa merecedores de amparo, pelo seu interesse público e oportunidade, estudar programas, planos, escalas de prioridades, acompanhar as pesquisas em andamento amparadas pela Fundação, propondo as medidas adequadas ao seu prosseguimento ou paralisação; examinar temas de pesquisas submetidos à Fundação para amparo. Em virtude da abrangência e da profundidade dos conhecimentos que serão necessários para o funcionamento deste órgão, colocam que o mesmo deverá ser forçosamente coletivo e composto por cientistas das diversas áreas do conhecimento, que poderão ser indicados pelo órgão deliberativo ou escolhidos por concurso de títulos. Sugerem, ainda, a utilização do modelo da National Science Foundation, quanto à adoção, para cada setor de pesquisa, de um membro. Finalmente, contaria também com um órgão consultivo e controlador, na esfera financeira.*

Este documento foi submetido à comunidade científica paulista e aprovado em reunião presidida pelo Reitor da USP, em 21 de abril de 1947. Nesta reunião de aprovação ocorreram algumas divergências no plenário, tendo sido apresentada outra proposta no sentido de criação de um Conselho de Pesquisas, ligado à Universidade e administrado por ela, privativamente.

Esta divergência revela, mais uma vez, a rivalidade existente entre os institutos de pesquisa e a universidade, que José Reis (1955:273), destaca quando



conta a história do Dispositivo Constitucional: "essa variante reflete um dos males de nosso ambiente científico, que é a existência de uma espécie de luta ou rivalidade entre a universidade e os órgãos extra-universitários, porém não uma rivalidade no bom sentido de emulação, e sim no de falta de solidariedade. Resultado desse estado de coisas são as crescentes dificuldades que se vão antepondo aos institutos não-universitários e que contrastam com as vantagens concedidas à universidade. A variante era a pior possível, pois a universidade, como organização, é empresa defeituosa, e subordinar-lhe o novo órgão seria contaminá-lo com os males nela reconhecidos".

A disputa entre a pesquisa *pura* desenvolvida na universidade e a pesquisa aplicada desenvolvida nos institutos apresentava duas dimensões distintas: de um lado, financeira, referente às diferenças salariais que privilegiavam os pesquisadores da universidade não submetidos aos padrões burocráticos do Departamento de Serviço Público de São Paulo; e de outro, a dimensão regional, uma vez que os principais pesquisadores do Instituto Biológico eram do Rio de Janeiro, procedentes do Instituto Manguinhos (Artur Neiva, Rocha Lima, Genésio Pacheco, José Reis e outros), o que gerava muitos conflitos por causa do bairrismo do paulista (Forjaz, 1989,p.8).

A proposta aprovada, entretanto, foi a da Fundação consubstanciada no documento de Marchini e Meiller, *Ciência e Pesquisa* que, distribuída a todos os constituintes, encontrou eco entre estes, foi aceita por unanimidade passando a integrar a Constituição do Estado nos seguintes termos:

*"Artigo 123 - O amparo à pesquisa científica será propiciado pelo Estado por intermédio de uma Fundação, organizada nos moldes que forem estabelecidos por lei.*

*Parágrafo único - Anualmente o Estado atribuirá a essa Fundação, como renda especial de sua privativa administração, quantia não inferior a meio por cento do total de sua receita ordinária" (Ciência e Cultura, 1951:85).*

A Assembléia Legislativa Paulista que elaborou a Constituição Estadual de 1947, além de uma pluralidade partidária - consequência de uma nova realidade liberal advinda da redemocratização e da Constituição Federal de 1946 - revela um corpo parlamentar democrático: ao lado de advogados, médicos e empresários, figuram tecelões e metalúrgicos que compatibilizavam seus trabalhos

legislativos com as atividades de seus ofícios (Gordinho, 1991)<sup>14</sup>. A aprovação do Dispositivo Constitucional que criou a FAPESP, demonstra uma atitude bastante inovadora desse corpo parlamentar, principalmente se considerarmos que não existia nenhuma agência de fomento à pesquisa no Brasil: o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) e a CAPES (Comissão de Apoio ao Pessoal de Ensino Superior)<sup>15</sup> foram criados em 1951, e as outras agências estaduais de financiamento à pesquisa, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul, são muito posteriores à FAPESP (Forjaz, 1989,p.10).

Neste Dispositivo Constitucional estão os elementos fundamentais que estruturam a atuação e organização da FAPESP, e que a torna diferente dos demais organismos de fomento à pesquisa no país: Fundação com privativa administração e recursos previamente vinculados, elementos esses que lhe possibilitam autonomia financeira e liberdade para gerenciar seus próprios recursos, apesar de serem provenientes do poder público.

## **I. 2.2. DA CONSTITUIÇÃO DE 1947 ATÉ 1960**

No período que vai da inclusão do dispositivo na Constituição, em 1947, até a efetiva publicação da Lei da FAPESP, em 1960, e seu funcionamento, em 1962, vários projetos de regulamentação da Lei foram propostos e elaborados, não tendo sido concretizados por falta de sensibilidade política, em relação ao tema, dos governantes paulistas desse período -Adhemar de Barros, Lucas Nogueira Garcez e Jânio Quadros.

Após a promulgação da Constituição, em 3 de outubro de 1947, o deputado Caio Prado Júnior e outros membros da bancada comunista apresentaram um projeto de lei de número 248/1947, propondo a criação da Fundação Paulista de Pesquisas Científicas, para regulamentar o artigo 123 da Constituição. Este projeto baseava-se, de certo modo, nos Fundos Universitários de Pesquisas.<sup>16</sup>

No mesmo mês de outubro, o deputado Lincoln Feliciano apresentou um substitutivo ao projeto proposto por Caio Prado Júnior, que pretendia, ao invés de

---

<sup>14</sup> Era suplente da Comissão Estadual de Constituição o então constituinte Ulysses Guimarães.

<sup>15</sup> A CAPES criada em 1951, foi denominada inicialmente Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, posteriormente Comissão de Apoio ao Pessoal de Ensino Superior e atualmente Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

<sup>16</sup> Confronto entre o Projeto de Lincoln Feliciano - Fundos Universitários de Pesquisa, e o Projeto do Governo do Estado - Fundação de Amparo à Pesquisa. Data provável, 1948, cópia xerográfica.

constituir uma Fundação nova, atribuir a execução do artigo constitucional a uma entidade já existente, os Fundos Universitários de Pesquisas. Em janeiro de 1948, o deputado Feliciano apresentou um novo substitutivo com novas sugestões, críticas e colaborações, salientando, na maior parte delas, o valor e prestígio dos FUP, anexando, ainda, um exemplar do projeto norte-americano sobre a National Science Foundation e um exemplar dos *Estatutos* da Rockefeller Foundation. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos deputados adotou como seu o segundo substitutivo de Lincoln Feliciano e encaminhou o processo às Comissões de Educação e Cultura e de Finanças e Orçamento.

Preocupados com os destinos da futura Fundação, Marchini e Meiller, em documento de 15 de outubro de 1947, sugerem ao reitor da Universidade de São Paulo a convocação de uma comissão a fim de ouvir, além de especialistas nos vários setores de pesquisa científica e dos conhecimentos humanos, elementos representativos de todas as entidades, classes e personalidades interessados no assunto, tanto intra como extra-universitários. Visavam a proceder, com urgência, ao estudo dos projetos de lei já apresentados, manifestar as alterações necessárias, colaborar na elaboração de um texto mais objetivo, mais completo e mais satisfatório, que melhor atendesse os interesses do Estado e do país.

Segundo Marchini e Meiller, essa missão cabia à USP por ser ela "um dos últimos redutos em que ainda se cultuavam a Razão e o Ideal,(...) a ela, entidade científica máxima do Estado, cabe assumir a liderança, promovendo e dando ao mesmo tempo o exemplo de orientação elevada, ao abordar a questão em toda sua amplitude, sem a preocupação de cingir-se a pontos de vista e aspectos de interesse estritamente universitário" (Marchini e Meiller, 1947b:4).

O reitor da USP, Lineu Prestes, nomeou, no início do ano de 1948, uma comissão para elaborar um projeto que servisse de base a um novo projeto do executivo. Esta comissão tinha como principais coordenadores Adriano Marchini e José Reis que, buscando refletir o ponto de vista dominante, realizaram sondagens entre pesquisadores e professores de São Paulo, encaminhando um anteprojeto, aprovado pelo Conselho Universitário, ao governador do Estado, Adhemar de Barros.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Esta comissão era composta por: Ernesto de Souza Campos, Luis C.do Prado, Francisco João Maffei, André Dreyfus, Plínio Airoso, Dorival Teixeira Vieira, Richard Wasicky, Gabriel Teixeira de Carvalho, Francisco Cardoso, Monsenhor Emílio José Salim, Lauro de Barros Siciliano, Flavio Fonseca, Frederico Brieger, Carlos Arnaldo Krug, Adriano Marchini, João Luis Meiller e José Reis (Reis, 1955:275).

Entretanto, em julho de 1948, o governo do Estado enviou à Assembléia Legislativa um outro projeto substancialmente diferente daquele que a universidade havia lhe encaminhado, propondo a criação de uma Fundação de Amparo à pesquisa. Esse projeto de nº 337/1948 foi anexado ao projeto de nº 248/1947, encaminhado por Caio Prado Júnior.

O projeto de lei 248/1947, originariamente encaminhado pelo deputado Caio Prado Júnior, recebeu dois substitutivos do deputado Lincoln Feliciano, ambos aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça, que adotou como projeto seu o último substitutivo proposto pelo deputado.

A documentação existente ressalta que havia uma preocupação muito grande relacionada com a questão jurídico-constitucional da futura Fundação. O documento que faz o confronto entre o projeto do Governo do Estado e o de Lincoln Feliciano (1948) aponta que "não havia mais que discutir sobre a feição jurídico-constitucional da Fundação, em face do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que cumpriu o que bem mandava a Constituição do Estado, em seu artigo 123, que dizia: "O amparo à pesquisa científica será propiciado pelo Estado, por intermédio de uma Fundação, (grifo do autor) organizada nos moldes que forem estabelecidos por lei." "Ao dispor assim a Constituição do Estado preferiu a criação de uma entidade de direito privado (grifo do autor) regulamentada por lei federal, isto é, pelo Código Civil."

O documento aponta ainda, que os Estados Unidos, ao criarem a *National Science Foundation*, preferiu optar pelo que os americanos chamam de *independent agency*, correspondente, segundo o direito administrativo brasileiro, a uma autarquia.

O projeto original 248, embora propusesse a criação de uma Fundação, não lhe deu a configuração jurídica conforme a lei federal e não lhe destinou, como patrimônio, bens livres na conformidade do artigo 24 do Código Civil. Desta forma teríamos, pelo projeto original, "sob a denominação de Fundação, uma autarquia, "uma *independent agency*", desobedecendo, assim, à Constituição do Estado, e prejudicando o desenvolvimento livre da cultura e da ciência, mediante a intervenção do Estado no que chamaríamos de ciência dirigida" (Confronto entre o projeto de Lincoln Feliciano e o projeto do Governo do Estado, 1948:5). Mais uma vez, evidencia aqui, no encaminhamento da Lei que regulamentaria a FAPESP, a tensão

entre o apoio à pesquisa *pura* (desinteressada, *internalista*) e o apoio à pesquisa *dirigida pelo Estado*.

Nenhum desses projetos encaminhados e analisados pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa paulista resultaram, entretanto, na criação efetiva da Fundação.

Certamente motivada por esta demora e reticência dos governantes, a SBPC começou uma campanha em prol da regulamentação do artigo 123 da constituição paulista de 1947. Em janeiro de 1950, através de sua revista, a SBPC lamentou a demora na regulamentação desse artigo e destacou que dificilmente se poderia compreender que os mesmos homens que votaram o texto constitucional se mostrassem tão pouco atentos à sua regulamentação (Ciência e Cultura, 1950:6).

Em março de 1951, a revista Ciência e Cultura, no editorial sobre a criação do CNPq, concluiu: "não é sem regozijo que recebemos a notícia da criação do CNPq, que o exemplo do governo federal possa movimentar o projeto de lei que se arrasta, sem decisão, no legislativo do Estado de São Paulo sobre a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa, para a qual a constituição do Estado de São Paulo reservou a dotação de 0,5% do orçamento do Estado" (Ciência e Cultura, 1951a:1).

Em junho do mesmo ano, novamente, através do editorial da revista Ciência e Cultura, a SBPC fez um apelo aos deputados paulistas e ao governador do Estado no sentido de tornar efetivo o amparo estabelecido pelo artigo 123 da Constituição: "Sem haver inserido na Constituição Federal, dispositivo semelhante ao da paulista, os deputados federais criaram o Conselho Nacional de Pesquisas, que já se encontra em pleno funcionamento e que já distribuiu, este ano, subvenções a vários institutos de todo o país. São Paulo, que foi o pioneiro da idéia do amparo à ciência encontra-se, incompreensivelmente, impossibilitado, há vários anos, de realizar o ideal dos constituintes de 1947" (Ciência e Cultura, 1951b:85).

E, nesse mesmo ano, a SBPC entregou ao governador Lucas Nogueira Garcez um projeto por ela elaborado na esperança que tivesse um tratamento diferente dos anteriores, por ser o governador um professor universitário, mas também, não obteve êxito.

Na sessão de encerramento da sexta reunião anual da SBPC, realizada em novembro de 1954, o governador Lucas Nogueira Garcez apresentou um

projeto de lei sobre a Fundação que enviaria à Assembléia Legislativa, elaborado por seus assessores, pedindo que ele fosse criticado. O projeto foi amplamente discutido na reunião, e depois encaminhada uma súmula das críticas e das sugestões apresentadas, ao governador que encaminhou aos seus assessores.

O editorial da revista Ciência e Cultura, de dezembro de 1954, que fala da reunião, tem como título *Fundação de Amparo à Pesquisa*, e aborda, num tom irônico, as dificuldades encontradas para a concretização do Dispositivo Constitucional. Este editorial aponta a questão dos projetos encaminhados ao legislativo, que foram arquivados, e do projeto da SBPC, que advogava "algumas cautelas indispensáveis para preservar a futura Fundação": uma estrutura simples e flexível com um Conselho Deliberativo formado de membros eleitos por várias instituições; um Diretor geral executivo, responsável pela administração da organização; um Conselho Técnico Científico que deve opinar sobre os programas e as concessões de bolsas; um Conselho Fiscal e uma fiscalização última do Tribunal de Contas. Concluía destacando que nos sete últimos anos, desde a aprovação da Constituição Estadual, os 0,5% destinados ao amparo à pesquisa tinham sido recolhidos ao tesouro, porque não poderiam ser gastos enquanto não se regulamentasse o Dispositivo Constitucional 123, acarretando prejuízos consideráveis à pesquisa científica (Reis, 1954:157-158).

Todos os projetos<sup>18</sup> para regulamentar o artigo 123 da Constituição de 1947 foram arquivados e ficaram no esquecimento durante o governo de Adhemar de Barros (1947 -1951), de Lucas Nogueira Garcez (1951 -1954, sucessor de Adhemar e apoiado por ele) e durante o governo de Jânio Quadros (1955 - 1958). A incompatibilidade de Adhemar de Barros com o mundo da ciência e da cultura era profunda, provocando ações predatórias nesse setor durante seu governo. No governo Jânio Quadros o clima era de animosidade entre a universidade e o governador, que cortou verbas universitárias e manteve uma política salarial restritiva (Forjaz, 1989:12).

---

<sup>18</sup> José Reis, que teve uma participação importante na luta pela regulamentação da FAPESP e na criação da SBPC, escreveu vários artigos na Folha da Manhã, na revista Ciência e Cultura e na revista Anhembi sobre os projetos, e num esboço comparativo resume, assim, a tendência dos vários projetos. "Os dos deputados Caio Prado e Feliciano estabeleciam, na própria lei, os pormenores da organização e previam complexas estruturas. O da universidade estabelecia, no corpo da lei, apenas os grandes lineamentos, fazendo, porém, constar de um anexo os próprios estatutos da fundação. Suas tendências eram simplificadoras. O do executivo traçava, na lei, linhas demasiadamente gerais e reservava ao executivo os demais trabalhos de organização. O da SBPC apresentava, no corpo da lei, elementos essenciais à organização, passando ao Conselho desta a tarefa de estruturar o órgão. Suas tendências são eminentemente simplificadoras, mas nem por isso o projeto deixa de prever rigoroso controle pelo Tribunal de Contas, e estabelece limite às despesas com sua própria administração. Esta solução é a que nos parece melhor, tendo em vista as exigências do Código Civil e o interesse de afastar toda a influência política da estrutura e da administração do órgão" (Reis, 1955:277).

Uma análise dos projetos apresentados e do contexto que os envolvia, mostra um quadro onde aparecem:

- a) *Uma divergência nítida entre o grupo que desenvolvia ciência na universidade, mais ligada à ciência internacional, e o grupo que desenvolvia ciência nos institutos de pesquisa extra-universitários, mais voltada para a solução de problemas. Essa disputa entre os pesquisadores destes dois contextos institucionais não se dava apenas no nível mais "ideológico", isto é, entre a opção por "apenas produzir escritos científicos em línguas exóticas" ou por "levar em mãos a prova material do seu labor", como diz Reis (1955:269-270), mas também no nível mais concreto de prestígio, recursos e salários;*
- b) *Uma preocupação da comunidade científica, que parecia ser unânime, era limitar os gastos com administração da entidade, evitando, assim, uma burocracia desnecessária, ficando com mais recursos para a pesquisa e evitando problemas de competição de poder (entre a comunidade científica e a burocracia interna, como ocorre no CNPq);*
- c) *Uma preocupação com autonomia e liberdade de ação visando criar uma entidade flexível, com autonomia financeira e livre dos interesses e ingerência políticos e da descontinuidade administrativa;*
- d) *Uma preocupação da comunidade científica no sentido de que a estrutura da entidade fosse simples e enxuta e amparasse os núcleos de pesquisa existentes e não criasse novos órgãos desnecessários.<sup>19</sup>*

---

<sup>19</sup> José Reis após estudo comparativo dos vários projetos, aponta as seguintes observações sobre a futura fundação:

"1) que a forma escolhida (fundação) seria a melhor possível, porque seria organização de direito privado. Uma repartição pública ou uma autarquia seriam fórmulas perigosas e ineficientes pela dependência em que ficariam da política e do poder, que é sempre elemento de corrupção;

2) que o momento mais crítico para a fundação seria o de sua instituição, porque o trabalho dos legisladores tanto poderia prejudicá-la pelo excesso quanto pela omissão dos preceitos legislativos;

3) que deveriam estar na lei medidas acauteladoras contra o desvirtuamento da instituição, entre elas a limitação com os gastos administrativos, evitando a tendência para uma super estrutura e o excesso de burocracia. (Esse aspecto constava do projeto da SBPC fixando teto para essas despesas);

4) que a fundação deveria sofrer rigoroso controle a ser feito pelo Tribunal de Contas e que também estabelecesse normas rígidas de prestação de contas daqueles a quem viesse beneficiar. Deveria também apresentar relatórios sinceros ao público que não fossem amontoados de cifras, mas exposições vivas dos planos e projetos desenvolvidos;

5) que a fundação andaria mal se tivesse como função criar novos institutos de pesquisa" (Reis, 1955:278-283).

Essa preocupação marcante com autonomia administrativa e financeira, liberdade de ação, continuidade administrativa e não interferência política tem origem na primeira fase da institucionalização da ciência no Brasil e no seu desenvolvimento, que se caracteriza pela instabilidade de financiamento, reconhecimento e pelo fenômeno da intervenção direta do governo em institutos de pesquisa, universidades e programas científicos. Esse foi o caso, por exemplo, do Instituto Manguinhos, no Rio de Janeiro, e do Butantã, em São Paulo, cuja reação da comunidade científica paulista deu origem à SBPC (Fernandes, 1990).

A SBPC "esteve consciente da fragilidade das condições de trabalho dos cientistas e do desenvolvimento da ciência. O maior objetivo da SBPC era contribuir para a melhoria de tais condições e para o progresso da ciência no Brasil. Contudo, a SBPC estava consciente da particularidade da ciência num país do Terceiro Mundo, sua fragilidade diante do poder político, como algumas experiências do passado demonstraram e a experiência da ditadura militar brasileira viria reforçar" (Fernandes, 1990:7).

Ainda que a história das instituições científicas no país justificasse plenamente a preocupação da comunidade científica local com a interferência política nos rumos da ciência, esta não era um fenômeno restrito ao Terceiro Mundo. A defesa da autonomia da ciência nesta época - através dos trabalhos clássicos de Merton e outros - era generalizada no mundo ocidental e persiste, por razões de natureza distinta, como bandeira de parcelas consideráveis da comunidade científica até os dias de hoje, conforme veremos adiante.<sup>20</sup>

### **I. 3 CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA FAPESP NA DÉCADA DE 60**

No início da década de 60, período de criação e de instalação da FAPESP, a situação do setor de ciência e tecnologia no Brasil era desanimadora.

A SBPC, em sua XIII reunião anual, aprovou um memorial a ser encaminhado ao Presidente da República, Jânio Quadros, solicitando a reformulação

---

<sup>20</sup> Em seu trabalho "Science and the Social Order" publicado originalmente em 1938 e reimpresso em dezenas de outras publicações, Merton enfatiza o caráter de "pureza" da ciência e os perigos que representam as tentativas de direcioná-la para atingir objetivos do Estado. Diz ele: "a exaltação da ciência pura é uma defesa contra a invasão de normas que limitam as direções do avanço potencial e ameaçam a estabilidade e continuidade da investigação científica como atividade socialmente valorizada" (Merton [1938] 1977:347).



de uma política de desenvolvimento científico nacional. Este documento destaca que, apesar dos imensos recursos e possibilidades, o Brasil persiste em manter um ritmo de desenvolvimento científico superado no mundo moderno. Aponta, ainda, que é de se estranhar que políticos esclarecidos não sintam a necessidade de lutar por um desenvolvimento científico global do país (Ciência e Cultura, 1961:129). Nesse período o CNPq e a CAPES estavam trabalhando com verbas irrisórias.

Em São Paulo, a política salarial restritiva do governo Jânio Quadros (1954 - 1958), "criou uma situação ruim para o professor, originando a criação de uma Associação dos Profissionais de Ensino da USP<sup>21</sup>, que lutou pela reestruturação da carreira de docente em tempo integral, não tendo êxito junto a esse governador, que nunca deu atenção para essa questão"<sup>22</sup>. Esta associação era formada pelos professores mais jovens das várias faculdades da USP e tinha como objetivos a defesa dos interesses gerais da universidade e resistir à hegemonia absoluta dos catedráticos sobre os departamentos de ensino (Forjaz, 1989:13).

Com a entrada de Carvalho Pinto no governo do Estado, em 1959, e de Ulhôa Cintra na reitoria da USP, a Associação dos Profissionais de Ensino da USP encontrou espaço para pleitear, junto ao governo, não apenas a reestruturação da carreira de docente, como também a instalação da FAPESP, anseio da comunidade científica há tanto tempo sendo rechaçado pelas autoridades estaduais.

Neste sentido, em 25 de fevereiro de 1959 a Associação entregou ao governador do Estado, por intermédio de seu presidente Alberto Carvalho da Silva, um memorial que solicitava a instalação da FAPESP. Como justificativa para a regulamentação da Fundação, apresentaram dados sobre o orçamento da USP<sup>23</sup>, alegando que a situação financeira da universidade vinha se agravando nos últimos anos. Esses dados mostravam que, de 1953 a 1957, a porcentagem de receita do Estado destinada à universidade havia caído de 3,5% para 1,5% e que, nos

---

<sup>21</sup> A Associação dos Auxiliares de Ensino da USP foi fundada em 1956, tendo como sua primeira diretoria: Alberto Carvalho da Silva (presidente), Guilherme Amaral Lyra (vice-presidente), Walter Schutzer (segundo vice-presidente), Maurício Segall (primeiro secretário), Victório Barbosa (segundo secretário), Eurico Cerruti (primeiro tesoureiro) e Ihriel Schneider (segundo tesoureiro) (Memorial da Associação dos Auxiliares de Ensino encaminhado ao Governador do Estado de São Paulo, em 25 de fevereiro de 1959:32).

<sup>22</sup> Entrevista concedida à autora pelo Dr. Alberto Carvalho da Silva, ex- diretor presidente do CTA da FAPESP, em 1 e 2 de abril de 1992. Alberto Carvalho da Silva deixou a presidência do CTA em julho de 1993.

<sup>23</sup> Os dados apresentados no memorial haviam sido retirados de um relatório feito pelos professores Monteiro de Camargo, Zeferino Vaz e Fernando Henrique Cardoso, aprovado pelo Conselho Universitário e enviado pelo reitor, professor Gabriel Teixeira de Carvalho, ao governador do Estado, em 05 de novembro de 1957.

orçamentos de 1958 e 1959, essa situação não havia melhorado. Acrescentava ainda que isto era agravado pela criação de três instituições de ensino e pela incorporação de um instituto de pesquisa à universidade.

Carvalho Pinto, diferentemente dos governadores anteriores, nomeou uma comissão para elaborar o anteprojeto de lei de regulamentação da FAPESP. Esta comissão tinha a seguinte composição: Secretário da Fazenda, Secretário da Educação, Secretário da Agricultura, Secretário da Saúde, Secretário da Viação e o reitor da Universidade de São Paulo. Participaram também: Paulo Vanzolini, então assessor do Secretário de Agricultura José Bonifácio Coutinho Nogueira, Breno Asprino, assessor jurídico e o atual deputado federal Hélio Bicudo, na época subchefe da casa civil.

Sobre a história da criação da FAPESP, Paulo Vanzolini conta: "fui só eu que escrevi a lei. Eu e um advogado que me ajudou, Breno Asprino e o Almeida Salles na parte relativa à legislação. Quando fui trabalhar com o Carvalho Pinto, como assessor do José Bonifácio Coutinho Nogueira, na primeira reunião realizada com os assessores, no dia 2 de janeiro de 1959, o Plínio de Arruda Sampaio, chefe fundador do grupo de planejamento do governador, perguntou quem tinha idéias para o plano de ação do Governo. Eu dei diversas idéias e, entre elas, a da instalação da FAPESP, que já estava prevista na Constituição Estadual e cujos governadores anteriores não tinham se empenhado na sua instalação".<sup>24</sup>

Para a elaboração da lei que criaria a FAPESP, Paulo Vanzolini, numa de suas viagens de estudo, visitou várias fundações americanas - como a Rockefeller, a Ford e, principalmente, a Guggenheim -, assim como o CNPq, objetivando colher subsídios sobre políticas de administração científica para a definição e implantação da futura Fundação.

Quanto à visita ao CNPq, que já tinha então 10 anos de existência, Vanzolini conta: "O coordenador dos estudos da lei fui eu. E eu me vali muito da experiência do Conselho Nacional de Pesquisa (...) o Couceiro (presidente do CNPq) se trancou três horas comigo numa sala e me falou tudo o que estava errado no Conselho (...) uma porção de coisas que é errada no Conselho nós tiramos fora da FAPESP" (Vanzolini, 1977:22). Um dos problemas do CNPq para Vanzolini era o peso da burocracia, uma estrutura administrativa pesada, que ele tentou evitar na FAPESP.

---

<sup>24</sup> Entrevista com o prof. Paulo Emílio Vanzolini, concedida à autora no dia 23 de julho de 1992, em São Paulo.

Segundo Vanzolini (1977:76), a visita às fundações Rockefeller e Ford contribuíram muito pouco. Foi o chefe da Fundação Guggenheim, Mon, com quem esteve conversando por mais de cinco horas, que o auxiliou profundamente na definição da estrutura da FAPESP. Nesta conversa, vários modelos foram analisados, tais como: o do Instituto Max Planck, da Alemanha, o da Academia de Ciências da então União Soviética, e o da National Science Foundation que, por ser muito recente, ainda não era muito reconhecido.

Todos esses modelos foram descartados. Vanzolini visualizava uma Fundação que servisse de reforço à estrutura de pesquisa existente no Estado e que não tivesse suas próprias instituições de pesquisa, como era o caso do CNPq e do Instituto Max Planck.<sup>25</sup> "Achei que o modelo que mais interessava para São Paulo seria que a FAPESP fosse uma sustentadora da estrutura oficial e extra oficial, mas não assumisse, (...) não tivesse suas próprias instituições de pesquisa. Porque na hora em que ela começasse a assumir, e ela tivesse um institutozinho de Zoologia de duas pessoas, para onde acabava indo todo o dinheiro dela? Para esse institutozinho. Eu queria que ela tivesse flexibilidade para poder atender onde o atendimento fosse mais tentável. Se tivéssemos resolvido, fazer em São Paulo, um modelo como o russo, ou como do Instituto Max Planck, a FAPESP seria de um outro jeito. Aliás era a idéia do Carvalho Pinto" (Vanzolini, 1977:80).

Conta Vanzolini que, quando apresentaram a idéia da FAPESP para Carvalho Pinto, mentiram para ele no sentido de que o Estado, com a nova Fundação, não teria que dar verbas para nenhuma outra instituição de pesquisa, porque a FAPESP sustentaria administrativamente essas instituições. O governador idealizava um modelo como o do Max Planck que executava a pesquisa diretamente. Entretanto, na lei aprovada, foi colocado que a FAPESP não poderia ter suas próprias instituições de pesquisa (Vanzolini, 1977:76-8). "O governador era um homem de espírito aberto e mostrou-se a ele as dificuldades da execução, que deveria caber exatamente aos órgãos da universidade e não a uma Fundação. A Fundação daria os meios para que a universidade se expandisse nesta área, não só através de trabalhos na universidade, mas também na concessão de bolsas para mestrado e doutoramento fora do país".<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Na realidade parece não ter sido Paulo Vanzolini em suas viagens e conversas que teve essa idéia, ela já estava presente nos projetos anteriormente apresentados para regulamentação da fundação, como o da SBPC e o da USP com tendências simplificadoras, através de uma estrutura simples e flexível, conforme consta nos artigos de José Reis.

<sup>26</sup> Entrevista com o deputado Hélio Bicudo, concedida à autora em 28 de maio de 1992, em Brasília.

O grupo responsável pela elaboração da lei da FAPESP, em reuniões realizadas nos meses de maio, junho e julho de 1959, escreveu um anteprojeto de lei e exposição de motivos. Este documento foi encaminhado ao Conselho Universitário da USP, em setembro de 1959, recebendo uma série de sugestões através de uma proposta substitutiva, elaborada pelo conselheiro Dr. Pedro de Alcântara, onde se destacam as seguintes: deixar claro que se trata de entidade de *amparo*, o que exclui a realização, por ela própria, de quaisquer pesquisas e lhe imprime caráter de instituição financiadora; somente financiar pesquisas e pesquisadores, sem se propor a manter instituições de pesquisa; restringir, o quanto possível, o custo de manutenção da própria Fundação, fixando o limite máximo das verbas de administração a 5% do orçamento; as medidas executivas devem ser promovidas por uma máquina administrativa de funcionamento tão econômico quanto possível <sup>27</sup>.

Em 24 de novembro do mesmo ano, o governador Carvalho Pinto encaminhou Mensagem de nº 394 ao Presidente da Assembléia Legislativa propondo a instituição da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por meio do projeto de lei número 1953, como uma das medidas voltadas para o desenvolvimento da pesquisa do Estado, preconizada no Plano de Ação do Governo (Mensagem nº 394, 1959:1). Esta mensagem destaca que a comissão encarregada da elaboração da lei valeu-se não só da assessoria dos órgãos competentes, como também das sugestões do Conselho Universitário, da Associação dos Assistentes da USP, do Instituto de Engenharia e das sugestões da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Acrescenta, ainda, que o projeto de lei foi elaborado "dentro do espírito de que o melhor fomento à pesquisa é aquele que fornece elementos de orientação e auxílio financeiro, sem interferir com a personalidade do investigador ou da instituição e sem substituir por outros os inconvenientes que visa a sanar. Dessa forma julgou-se desaconselhável que a Fundação mantivesse quadro próprio de pesquisadores, fundasse unidade de pesquisa de sua própria administração ou assumisse encargos permanentes. Seu âmbito de ação deveria ser limitado apenas pela idoneidade dos projetos a serem auxiliados e pela extensão dos recursos disponíveis. Deveriam também ser evitadas restrições quanto ao gênero de pesquisa a ser realizada" (Mensagem nº 394.:2).

Essa Lei, que autorizou o poder executivo a instituir a FAPESP foi aprovada no dia 18 de outubro de 1960. Estabeleceu, como finalidade da Fundação, o

---

<sup>27</sup> Fundação de Amparo à Pesquisa Científica - Proposta substitutiva e sua justificação, mimeo, 1959, p. 2 e 3, cópia xerográfica, s.d..

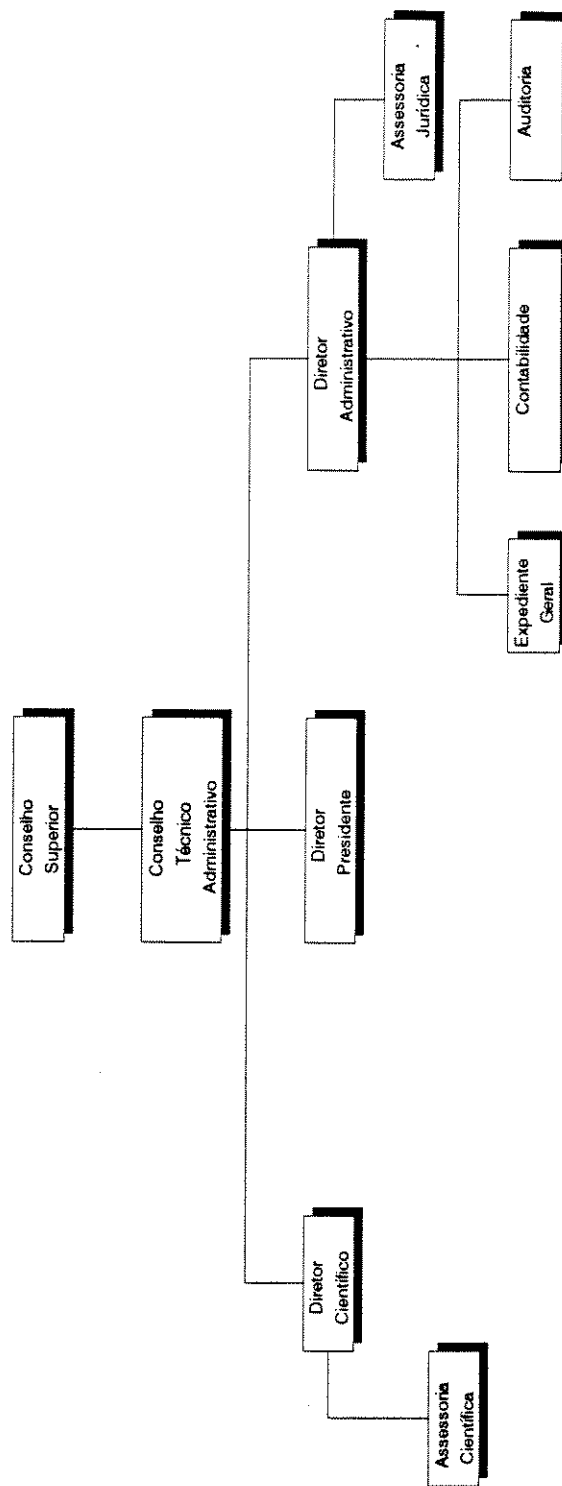
amparo à pesquisa científica do Estado de São Paulo, competindo-lhe para a consecução desse objetivo:

- *custear, total ou parcialmente, projetos de pesquisas, individuais ou institucionais, oficiais ou particulares, julgados aconselháveis por seus órgãos competentes;*
- *custear parcialmente a instalação de novas unidades de pesquisa, oficiais e particulares;*
- *fiscalizar a aplicação dos auxílios que fornecer, podendo suspendê-los nos casos de inobservância dos projetos aprovados;*
- *manter um cadastro das unidades de pesquisas existentes dentro do Estado e seu pessoal e instalações;*
- *manter um cadastro das pesquisas sob seu amparo e das demais no Estado;*
- *promover periodicamente estudos sobre o estado geral da pesquisa em São Paulo e no Brasil, identificando os campos que devam receber prioridade de fomento;*
- *promover o intercâmbio de pesquisadores nacionais e estrangeiros, através da concessão ou complementação de bolsas de estudo ou pesquisas no país ou no exterior;*
- *promover ou subvencionar a publicação dos resultados das pesquisas.*

A Lei estabeleceu para a Fundação uma estrutura administrativa composta de um Conselho Superior, órgão superior de política e de fiscalização; um Conselho Técnico Administrativo, órgão executivo; uma Assessoria Científica, órgão técnico. Estabeleceu, ainda, que a Fundação não poderia criar órgãos próprios, que suas despesas com administração não poderiam ultrapassar 5% do seu orçamento e que seus recursos seriam constituídos pela parcela atribuída pelo Estado e por um patrimônio rentável a ser formado pela Fundação. O *Estatuto* da Fundação reafirma os itens estabelecidos pela Lei Orgânica, detalhando o seu funcionamento. A seguir apresentamos o organograma da Fundação.

## ORGANOGRAMA

### FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: Pesquisa e Desenvolvimento, Fundação de Amparo à Pesquisa, São Paulo, 1973

É importante destacar o fato de que os pontos fundamentais apontados por Marchini e Meiller no documento *Ciência e Pesquisa*, para a concepção da entidade de amparo à pesquisa que propunham criar, estão contidos na Lei Orgânica e no Estatuto da FAPESP. Na realidade, os elementos fundamentais que regulamentam o funcionamento da FAPESP estavam neste documento e se materializaram através de sua estrutura administrativa, do Conselho Superior, do Conselho Técnico Administrativo, do Diretor Científico com poder total, na formação de seu patrimônio e, principalmente, pela ênfase na participação da comunidade científica e na necessidade de que a entidade fosse uma Fundação com autonomia administrativa, financeira e política, com liberdade para ditar seus próprios rumos. Os participantes, na elaboração desses documentos, tanto em 47 como em 60, eram, em sua maioria, da Universidade de São Paulo, grupo que desenvolvia ciência na universidade, que refletia a ideologia da comunidade em termos da visão da ciência na época - *ciência pura*. Esses documentos refletem na verdade, a concepção de uma Fundação da perspectiva de um grupo dominante, que eram os cientistas da USP, ligados por sua vez, à elite paulista e à ciência internacional.

Carvalho Pinto fez uma administração modernizante, tendo introduzido, em sua gestão, o planejamento governamental através do Plano de Ação do Governo do Estado, em 1959. Cercou-se de uma equipe de jovens assessores com carreiras brilhantes no magistério e no poder judiciário, tais como: Plínio de Arruda Sampaio, Hélio Bicudo, Paulo Vanzolini e outros, que desempenharam um papel importante como interlocutores da comunidade científica junto ao governador para a criação da FAPESP, principalmente Paulo Vanzolini (Forjaz, 1989:15).

Existe uma tradição em São Paulo de envolvimento das elites na promoção do desenvolvimento científico e educacional ligada à hegemonia política e econômica do Estado na primeira República, com Rodrigues Alves. Essa tradição estaria presente na atuação de Carvalho Pinto (sobrinho neto de Rodrigues Alves) na criação da FAPESP, na criação da Universidade de Campinas, das Faculdades de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto e de Filosofia de São José do Rio Preto.

Forjaz (1989:16) aponta que "o governador, seus assessores, os membros da comissão e os principais dirigentes da Universidade de São Paulo, assim como vários de seus professores que se empenharam na criação da FAPESP, têm em comum um perfil social que os caracteriza como participantes das elites paulistas, e quase todos esses sobrenomes fazem parte das famílias socialmente reconhecidas

como quatrocentonas. Porém nos parece que eles são herdeiros de uma fração específica das classes dirigentes paulistas, a fração intelectual".<sup>28</sup>

Criada pela Lei 5.918, de 18 de outubro de 1960, a FAPESP teve seu Estatuto aprovado somente em 23 de maio de 1962, pelo decreto 40.132. Iniciou suas atividades no dia 1º de junho em condições precárias, no prédio da reitoria e, depois, no prédio da Faculdade de Medicina da USP. "Carvalho Pinto criou a Fundação e incumbiu o reitor da USP, Ulhôa Cintra, de instalá-la com o auxílio do Conselho Superior".<sup>29</sup>

O primeiro Conselho Superior era composto por Alberto Carvalho da Silva, Paulo Emilio Vanzolini, Florestan Fernandes, Frederico Pimentel Gomes, Enzo Azzi, Octávio Gaspar Ricardo, Paulus Aulus Pompéia, Carlos da Silva Lacaz, Luis Eulálio de Bueno Vidigal, José Ulpiano de Almeida Prado, Luis Carlos Uchoa Junqueira e Antonio Barros de Ulhôa Cintra, como presidente. Esse conselho aprovou os Estatutos, nomeou o primeiro Conselho Técnico Administrativo e auxiliou na efetiva implantação da FAPESP. "Nota-se mais uma vez, na composição desse conselho, a presença marcante de membros das elites paulistas associados a cientistas de renome nas suas respectivas áreas de conhecimento. Se o CNPq se originou de uma aliança entre cientistas e militares, a FAPESP é fruto do casamento da nata da comunidade científica paulista com as frações ilustradas de suas classes dirigentes" (Forjaz, 1989:22).

Constituído o primeiro Conselho Superior e escolhido o Conselho Técnico Administrativo com um quadro mínimo de pessoal, a Fundação deu início às suas atividades com a análise de 507 projetos. O período de implantação da Fundação, que vai de 62 a 64, foi uma fase de consolidação das normas.

O primeiro Diretor Científico foi Warwick Kerr<sup>30</sup>, seu organizador, tendo imprimido na sua gestão um traço liberal e sem burocracia na administração, que persiste até os dias de hoje na FAPESP. Quando os primeiros projetos enviados para financiamento foram encaminhados ao Conselho Superior para serem analisados,

---

<sup>28</sup> Sobre esse assunto ver Sérgio Miceli. Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920 - 1945. São Paulo e Rio de Janeiro, Difel. 1979.

<sup>29</sup> Entrevista com o Dr. Alberto Carvalho da Silva já citada.

<sup>30</sup> Warwick Kerr é paulista do interior, de origem humilde. Formou-se na Escola Superior de Agricultura Luis de Queiróz, em Piracicaba, tendo iniciado sua carreira de pesquisador e professor nesta mesma escola, em 1946, como assistente do professor Frederic Gustav Brieger, na cadeira de genética. Este professor teve um papel importante na introdução e no desenvolvimento da pesquisa nesta escola e na vida de Kerr, que foi posteriormente bolsista da Fundação Rockefeller. (Kerr, 1977)



os conselheiros, ao verem aquele montante de documentos, chegaram à conclusão que não teriam condições de opinarem sobre todos; atribuíram, então, ao Diretor Científico, autonomia de decisão *ad referendum* do Conselho. Foi esse procedimento que deu ao Kerr e aos demais diretores científicos liberdade de decisão.

Nessa fase de implantação, o Diretor Científico valeu-se muito de experiências de instituições estrangeiras semelhantes à FAPESP, obtidas através de uma viagem aos Estados Unidos, Canadá e Europa. A respeito desta viagem, Kerr disse o seguinte:

*"Para organizá-la,(a FAPESP) fizemos uma viagem ao redor dos países chamados civilizados, quando vimos como era feito o amparo à ciência nos Estados Unidos, no Canadá, na Inglaterra, na França, na Suécia, na Noruega, em Israel, na Itália, e em Portugal. O melhor para as nossas condições era feito na Noruega e Israel. A FAPESP tentou, na sua organização, utilizar toda esta experiência do grupo norueguês e israelita, os mais adequados à nossa situação de poucos fundos e maior produção possível.(...) Então, estas organizações não podiam ficar de fora; tinham que ser citadas" (Kerr, 1977:3).*

Diversas lições para a melhoria do funcionamento da Fundação puderam ser obtidas nesta viagem, tais como: aliviar os assessores de uma enorme responsabilidade, fazendo com que cada grupo de ciências tivesse, pelo menos, duas pessoas a examinar o mesmo projeto; no julgamento das pesquisas, levar em boa conta a sua importância para o Brasil; dar preferência aos projetos em que houvesse formação de pessoal altamente qualificado como subproduto. Além disso, contato com fundações análogas do Canadá, Inglaterra, Noruega, Suécia, França e Estados Unidos foram feitas no sentido de estabelecer intercâmbio dos bolsistas da FAPESP com os desses países. A experiência valeu especificamente na definição do modelo de funcionamento da Assessoria Científica, que, como as fundações visitadas, passou a utilizar a cooperação de um maior número de assessores no julgamento dos projetos.

Destaca-se nos relatórios desse período que tanto o Conselho Superior como a Diretoria Científica procuraram cumprir o estabelecido na Lei e no Estatuto da Fundação. Nesse sentido, já no ano de 1962 realizaram: levantamento das unidades de pesquisa existentes no Estado, de seu pessoal e das instalações visando à elaboração de um cadastro; estudos sobre o estado geral da pesquisa em São Paulo e no Brasil, identificando os campos que deveriam receber prioridades de fomento; o

estabelecimento de normas para concessão de bolsas; realização de simpósios em conjunto com o CNPq e com organizações internacionais; observação da quota de 5% destinada à administração, atribuída à alta mecanização adotada para os serviços e ao elevado padrão de seus funcionários.

Verifica-se no ano de 64, por parte da FAPESP, uma grande preocupação com o êxodo de cientistas para o exterior e também dentro do Brasil, onde os cientistas de universidades com menores recursos eram atraídos para outras, como a Universidade de São Paulo, que dispunha de maiores facilidades. Isto foi, parcialmente, devido aos fatos políticos que abalaram o país neste ano, provocando modificações radicais e cortes drásticos nas doações normalmente feitas por organizações internacionais, deixando os pesquisadores paulistas restritos aos recursos da FAPESP e aos fundos normais de suas instituições.

Havia, também, por parte do Conselho Superior, uma preocupação quanto à distribuição de verbas pelos diferentes setores de pesquisa. Críticas vinham sendo feitas pelo fato do setor de Agronomia estar sendo por demais favorecido. Para a FAPESP isso revelava um completo desconhecimento da importância do setor em um país em estado de subdesenvolvimento como o nosso.

Após o período de consolidação, que tiveram papel preponderante o primeiro Conselho Superior, na definição da política geral da Fundação, e seu primeiro Conselho Técnico Administrativo, na execução dessa política, constata-se uma preocupação da FAPESP com sua responsabilidade crescente no desenvolvimento da pesquisa nacional: "a FAPESP representa, hoje, para os pesquisadores em geral, uma instituição que não pode ter brechas; uma fonte de estímulo e um exemplo que não pode ser deturpado, sob pena de desmoronamento de todo um sistema de idéias e ideais." <sup>31</sup>

O relatório de 65 ressalta que toda atividade da Fundação deve ser sempre objeto de revisão e de atualização. Nesse sentido, define como oportuno que a Fundação, em termos de política geral de amparo à pesquisa, mantenha-se atualizada em sua política de pesquisa, revigore-se progressivamente e procure seus próprios moldes, consentâneos com a realidade e com a problemática próprias do país. A

---

<sup>31</sup> FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1965. Relatório de Atividades. São Paulo, p.9.

experiência de fundações estrangeiras deverá ser aproveitada, porém não simplesmente imitada, sem adaptação às nossas condições ambientais.<sup>32</sup>

No ano de 66, com um aumento considerável da contribuição do Estado, (não só numérico como também em termos de valor real) a FAPESP iniciou, ao lado da política passiva de atendimento à demanda dos projetos de pesquisa, uma política mais ativa, através do desenvolvimento de iniciativas próprias.

O objetivo dessas iniciativas da FAPESP era, com os recursos de que dispunha e com a colaboração da assessoria técnica, reconhecer os setores deficitários, os setores novos que deveriam ser criados ou incentivados, estabelecer as lacunas e procurar assegurar os meios para seu preenchimento. As iniciativas procuraram obedecer a um plano de execução no curto e longo prazos; o planejamento obedeceu à fase evolutiva do desenvolvimento de cada um dos setores e teve, sempre que possível, caráter interdisciplinar, dando ênfase à formação de novos pesquisadores. Destacam-se como principais projetos de iniciativa própria da FAPESP os seguintes: simpósio sobre o cerrado; arquivo de fotografias aéreas; expedição permanente à Amazônia; levantamento biológico da área costeira; centro de documentação histórica; laboratório de nutrição; laboratório de química de produtos naturais; projeto Bioq/ Fapesp.

A leitura dos relatórios da década de 60 e início de 70 ressalta alguns pontos que merecem atenção:

- *a ênfase em atribuir os resultados positivos da atuação da Fundação à sua estrutura, elemento de fundamental importância no seu desenvolvimento. Argumenta-se que sua organização tornou possível uma atuação dinâmica e eficaz, desvinculada de esquemas burocráticos entravantes;*
- *um aspecto consubstanciado em sua Lei Orgânica (artigo quinto), cuja oportunidade e importância se tornaram patentes no decorrer desse período, é o que prevê a aplicação de parte da verba anual em investimentos destinados a aumentar o patrimônio da Fundação. Esse mecanismo possibilitou, em época de crise financeira, o desenvolvimento das atividades e o atendimento da demanda sem maiores problemas de continuidade financeira. Por*

---

<sup>32</sup> Idem.

*desconhecimento da lei, alguns administradores de instituições de pesquisa e não pesquisadores chegaram a criticar esse comportamento, julgando que a verba científica estaria sendo poupada, em detrimento da pesquisa, para ser investida em lucros patrimoniais.(relatório, 1967, p.14) Este aspecto, somado ao dispositivo estabelecido na Constituição Estadual de vincular recursos da receita do Estado para a Fundação, é que tem garantido sua estabilidade;*

- *não houve falta de recursos para atender às numerosas solicitações das diversas áreas científicas que lhe foram feitas nos campos mais diversos das ciências básicas ou aplicadas. Nenhum pedido de auxílio ou de bolsa à Fundação deixou de ser atendido por limitação de recursos financeiros; todos aqueles que satisfizeram os requisitos exigidos foram atendidos (relatórios 1965, p. 15,; 1967, p.5; 1968, p.; 1969, p.5; 1970, p.10);*
- *uma preocupação constante com a questão tecnológica que se manifesta através do desenvolvimento de atividades nessa área, desde seus primeiros anos de funcionamento, por definição do Conselho Superior.<sup>33</sup> No ano de 70 a maior inversão da FAPESP no setor de auxílios foi na área de tecnologia que, no período de 62 a 70, recebeu maior investimento. A FAPESP realizou também estudos sobre a situação desta área no Estado;<sup>34</sup>*
- *uma preocupação com a questão do desenvolvimento do país, que aparece expressa na definição de sua política: "A Fundação procurou sempre dar atendimento às demandas a par de fomentar e incentivar a formação de novos pesquisadores nos setores de interesse para o desenvolvimento do país.(...) No atendimento das solicitações que lhe são encaminhadas, seguindo critério obsessivo de importância do projeto para o desenvolvimento, a FAPESP*

---

<sup>33</sup> "O Conselho Superior procurou incrementar certos setores, concedendo-lhes maior percentagem na distribuição de verbas. É o caso do setor de tecnologia que, no estágio de desenvolvimento em que se encontra o país, precisa, sem dúvida, ser incrementado". Relatório de Atividades 1965, p. 4. São Paulo, FAPESP.

<sup>34</sup> É importante destacar que a preocupação da FAPESP com tecnologia não significa que a fundação estivesse investindo recursos em desenvolvimento tecnológico ou apoiando empresas. De acordo com a terminologia da FAPESP, investimento em tecnologia significa apoiar áreas do conhecimento ligadas, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento tecnológico, tais como: engenharias, agronomia.

*tem procurado inventariar as instituições e os pesquisadores" (Relatório das Atividades 1967, p.16.). "Procura, portanto, a FAPESP apoiar tanto o desenvolvimento das humanidades, como o das ciências e da tecnologia, ciente de que somente através do apoio amplo a estes três setores teremos os ingredientes básicos para o desejado desenvolvimento sócio-econômico do país" (Relatório das Atividades 1970, p. 6). Essa preocupação presente, em várias passagens dos relatórios desse período, parece expressar uma concepção nacionalista da ciência, que se encontra também dentro da comunidade científica brasileira representada na SBPC.<sup>35</sup> Percebe-se, também, nos relatórios uma consciência por parte da FAPESP do atraso da ciência que era desenvolvida no Brasil - "Países como o nosso, sem tecnologia própria, países chamados, com benevolência, de países em vias de desenvolvimento, são na realidade, países em vias de maior subdesenvolvimento, subdesenvolvimento relativo. De fato, o fosso que separa os países de tecnologia própria daqueles que não a têm, está se alargando com enorme velocidade, porque os progressos da ciência estão se fazendo hoje em progressão geométrica. (...) Não podemos confiar na ciência e tecnologia estrangeiras para resolver todos os nossos problemas, tanto mais quanto sabemos que a solução de alguns deles depende das condições ecológicas de cada região, como é o caso da seleção de espécies vegetais e animais em nosso país"; (Relatório de Atividades 1967,p. 6);*

- *constata-se a importância dada às ligações com o exterior, que se manifesta nas viagens realizadas para definição do modelo da Fundação e, posteriormente, na sua implantação e*

---

<sup>35</sup> Fernandes, 1990:82-83 em seu estudo sobre a SBPC, aponta que a concepção nacionalista da ciência era a mais forte corrente de pensamento dentro da comunidade científica brasileira representada na SBPC e expressa através da revista *Ciência e Cultura*. A concepção nacionalista da ciência, segundo a autora, considera a ciência como uma atividade cujos fins devem estar orientados para as necessidades da Nação. Aponta que o trabalho científico era empreendido com o propósito de um dia ser transformado em tecnologia, que seria incorporado à indústria, e assim ser um fator de desenvolvimento e progresso do país. É importante ressaltar, no entanto, que nesta época (década de 60) dominava - tanto no nível internacional quanto nacional - uma concepção "linear" da inovação tecnológica, isto é, acreditava-se que as descobertas fundamentais em ciência é que forneciam as bases para o desenvolvimento tecnológico, levando ao progresso técnico e, conseqüentemente, ao avanço econômico. Dentro desta concepção, bastaria aos países investir em áreas do conhecimento científico vinculadas às necessidades nacionais e o desenvolvimento tecnológico viria como consequência. Sobre o modelo linear de inovação tecnológica ver, por exemplo, Barnes e Edge, 1982:147-152.

*no funcionamento da assessoria técnica; no programa de manutenção de professores estrangeiros por seis meses a um ano, no Brasil, com o compromisso de formação de novos pesquisadores; no interesse em acompanhar tudo de importante que se passa no mundo a respeito da ciência básica e aplicada, através da assinatura de revistas que tratam do assunto; na realização de seminários em conjunto com instituições estrangeiras e no fato de que os pesquisadores envolvidos na criação, implantação e administração da Fundação terem realizado cursos no exterior. Isso demonstra uma forte ligação com a ciência internacional entre os cientistas que desempenharam papel importante dentro da FAPESP.*

Após sua implantação na década de 60, a dinâmica institucional da FAPESP permaneceu inalterada, passando por uma fase de expansão do atendimento da demanda na década de 70 e início da década de 80, consolidada em 1985, em razão da Emenda Constitucional número 39, de autoria do deputado Fernando Leça, que determinava que as transferências pelo Tesouro do Estado fossem feitas mensalmente, em duodécimos do orçamento programado.<sup>36</sup> Essa Emenda proporcionou aumento considerável no valor real da dotação atribuída pelo Estado e permitiu à Fundação elevar a renda patrimonial e executar um orçamento 50% maior que a própria dotação estadual (Relatório das Atividades da FAPESP, 1985:5).

Neste mesmo ano, a FAPESP iniciou algumas tentativas no sentido de analisar as atividades da Fundação visando a uma avaliação dos resultados e eventuais reorientações do seu planejamento. Através do Conselho Superior e com apoio do Conselho Técnico Administrativo/CTA, iniciou uma série de discussões sobre temas de política científica de interesse direto da Fundação, com a participação de convidados, sobre documentos preparados pelo CTA que abordavam temas tais como: critérios de análise e decisão adotadas pela FAPESP no julgamento de projetos; análise e avaliação da política de bolsas; identificação de prioridades no apoio à pesquisa e treinamento; situação dos institutos de administração direta do Estado. O ano de 85 foi considerado muito produtivo pela FAPESP que destacava a necessidade

---

<sup>36</sup> " Até 1985 as transferências do Tesouro, correspondentes a meio por cento da receita ordinária do Estado, eram feitas com dois anos de atraso. Esta defasagem, associada a que, na maioria dos anos, o tesouro excluía do cálculo a quota transferida aos municípios, resultou em um valor médio de 0,27% em vez do mínimo de 0,5% estabelecido na Constituição ". (Carvalho da Silva, 1993:88)

de elevar a alíquota de 0,5% para 1% da receita ordinária do Estado das transferências do tesouro, que permitiria à Fundação ter uma ação decisiva não apenas no atendimento individual, mas também no apoio institucional e no estímulo a pesquisa tecnológica (Relatório das Atividades FAPESP, 1985:9).

Embora tenha ocorrido, por parte da FAPESP, uma preocupação e algumas iniciativas em avaliar sua política de atuação e voltar-se para outras áreas conforme exposto acima, somente no início do ano de 1989 foi proposta uma nova forma de atuação da Fundação - um programa de projetos especiais. Este programa foi lançado após uma série de reuniões realizadas no ano de 1988, com pesquisadores para revisão das estratégias de fomento que vinham sendo adotadas pela Fundação. Resultou no consenso de que o apoio, através de projetos individuais, deveria ser mantido, mas que, em função do crescimento e da diversificação da atividade científica no Estado, tornava-se oportuno encorajar projetos desenvolvidos em cooperação por vários pesquisadores ligados a um ou mais departamentos ou instituições e com financiamento por períodos mais longos. Entretanto, a dinâmica institucional da FAPESP só começa realmente a ser alterada quando colocada em discussão na Constituinte de 1989.

#### **I. 4. CONSTITUINTE DE 89**

A Constituição Estadual de São Paulo, de outubro de 1989, em seu artigo 271, alterou o percentual e a forma de repasse de recursos do tesouro do Estado para a FAPESP, assegurando o mínimo de 1% da receita tributária, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico. Essa dotação, excluída a parcela de 25% transferida aos municípios, será calculada mensalmente e paga no mês subsequente.

Essa alteração do percentual, há muito tempo aspiração da comunidade científica paulista, não foi fácil. Foi conseguida após uma batalha iniciada nos bastidores da Constituinte Federal, em meados de 1988, pela vinculação dos recursos para Ciência e Tecnologia.

Para evitar que o apoio à pesquisa ficasse à mercê dos governadores, representantes das principais entidades científicas do país fizeram um trabalho junto aos constituintes federais, demonstrando a necessidade e a viabilidade da vinculação orçamentária para o setor de Ciência e Tecnologia.

O ex-Diretor Presidente do Conselho Técnico Administrativo da FAPESP, Alberto Carvalho da Silva, foi um dos principais articuladores desta reivindicação, tendo viajado o país todo, em busca de adesões. Foi o deputado federal Florestan Fernandes, membro do primeiro Conselho Superior da FAPESP e um dos atores que tiveram importância preponderante na formulação da legislação da Fundação, que apresentou a emenda dando origem ao parágrafo 5º do artigo 218 da atual Constituição do país.

A aprovação deste parágrafo, que faculta aos estados vincular recursos à Ciência e Tecnologia através de entidades públicas de fomento, abriu espaço para que os segmentos ligados a esse setor desencadeassem uma pressão, junto aos constituintes estaduais, a fim de fixar percentuais de recursos nas Constituições Estaduais. Proporcionou, também, aos estados que já tinham fundações ou conselhos, manter e até fortalecer esses órgãos; e àqueles que não tinham, possibilitou a criação.

No Estado de São Paulo, a batalha da comunidade científica paulista continuou, em 89, quando da elaboração da Constituição Estadual.

Foi encaminhada à Assembléia Legislativa uma emenda ao anteprojeto da Constituinte, de nº 1748, propondo a destinação de 2% da receita orçamentária ao desenvolvimento científico e tecnológico, através da FAPESP. Nessa proposta, entretanto, a Fundação estaria submetida a um Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, de responsabilidade de entidades nacionais, públicas ou privadas, preferencialmente empresas brasileiras de capital nacional, sediadas e produzindo no Estado. Esse conselho definiria quais os programas e as áreas a serem apoiadas. Essa emenda, encaminhada por deputados do PMDB, era assinada por 17 entidades do setor de informática,<sup>37</sup> que pleiteavam uma maior ajuda do governo do Estado a esse setor.

A aprovação dessa emenda resultaria na perda, pela FAPESP, da liberdade de fixar ela própria os critérios para aplicação de seus recursos; a estrutura

---

<sup>37</sup> Figuravam entre as empresas que inspiraram essa emenda, empresas estatais como a Prodesp; alguns órgãos do governo paulista, como o Conselho Estadual de Informática, o Conselho Estadual de Telecomunicações e a Fundação Estadual de Análise de Dados; entidades representativas do empresariado cartorial, como a Abicomp, a Sucesu e a Abinee; e associações como a Sociedade Brasileira de Inteligência Artificial, A Sociedade Brasileira de Comando Numérico e a Associação Brasileira para o Gerenciamento da Imagem. (Jornal da Tarde, 27 de junho de 1989, p.4)



decisória descentralizada seria substituída por um controle centralizado pelo secretário de Ciência e Tecnologia; as empresas poderiam ser subsidiadas pelo governo.

Outra emenda, de nº 139, previa que o Estado deveria destinar no mínimo 1,0% de sua receita orçamentária, transferida em duodécimos à FAPESP, garantindo na forma da lei, a participação de representantes do meio científico e empresarial no Conselho Superior da Fundação. Essa emenda era apoiada pelos cientistas, pois preservava a autonomia da FAPESP.

Os jornais do Estado noticiaram com bastante regularidade o encaminhamento desta questão pela constituinte e verificou-se um número significativo de matérias em defesa da manutenção da estrutura, funções e autonomia da FAPESP.

O Jornal da Tarde, de 27 de junho de 1989, coloca que o argumento dos autores da emenda 1748 era o mesmo utilizado há alguns anos para justificar a adoção da reserva de mercado no campo da microeletrônica e a transformação da Secretaria Especial de Informática num órgão ditatorial, responsável pela cartorialização desse setor entre nós - a necessidade de se estimular a tecnologia genuinamente *nacional*, mediante o financiamento a fundo perdido das atividades de pesquisa de *entidades nacionais públicas e empresas privadas brasileiras de capital nacional, sediadas e produzindo no Brasil*. Na opinião do jornal, os beneficiados por essa emenda, caso fosse aprovada, seriam justamente aqueles que já foram imoralmente favorecidos com incentivos fiscais, créditos subsidiados e reservas de mercado pela legislação federal (p.4).<sup>38</sup>

Walter Colli, diretor do Instituto de Química da USP e membro do Conselho Superior da FAPESP, em artigo da *Folha de São Paulo*, de 26 de junho de 1989, coloca que os cientistas apoiam a emenda 139 que preserva a autonomia e a universalidade de campo da FAPESP e não discrimina as empresas, pois prevê, também, sua representação no Conselho Superior da instituição.(...) a FAPESP nunca negou o apoio a projetos de desenvolvimento no setor de informática, desde que competentes. Acrescenta, ainda, que a FAPESP, utilizando-se do único método

---

<sup>38</sup> Ainda que seja verdade que os empresários do setor de informática tenham sido favorecidos com a Lei de Informática, o Fundo Nacional de Informática, destinado à pesquisa e desenvolvimento para o setor e, previsto na lei, nunca foi implementado. Este fato é apontado por alguns autores como um dos responsáveis pelo "fracasso" da Lei de Informática (a esse respeito ver, por exemplo, Maria Isabel Mendes Teixeira, "Lei de Informática. O Canto do Cisne de um projeto de Nação", Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1993). Em vista disto, é de se esperar que os empresários do setor, reunidos na ABICOMP, SUCESU, ABINEE e outras entidades, estivessem empenhados em conseguir garantir um "espaço" institucional para o financiamento de pesquisa e desenvolvimento voltado para suas atividades.

possível de desenvolvimento sustentado da ciência que é a concessão de auxílios a projetos competentes, analisados por cientistas, e exercendo uma administração austera e exemplar, ajudou a criar, com sua ação silenciosa e competente, elogiada internacionalmente, uma rede científica no Estado de São Paulo responsável pela metade da ciência brasileira (p. A3 Tendências e Debate).

No anteprojeto da Constituição elaborado pelo relator, deputado Arnaldo Jardim (PMDB), o artigo 260 previa o aumento de 0,5% para 1,0% da arrecadação dos impostos do Estado para a FAPESP, mas modificava sua estrutura interna, além de alterar o Dispositivo Constitucional vigente que estabelecia a autonomia financeira e patrimonial da Fundação. Deixava de fora, também, outra conquista da comunidade científica, conseguida em 1983, que era o repasse em duodécimos da verba destinada à Fundação. Embora o anteprojeto atendesse a uma das principais reivindicações da comunidade científica - o aumento do orçamento da Fundação - ele alterava a finalidade da instituição que é a de promover a pesquisa científica no Estado. No entanto, no texto do relator, capacitação tecnológica aparecia como objetivo, o que implicaria em que a FAPESP aplicasse seus recursos no desenvolvimento tecnológico.

Segundo o deputado Arnaldo Jardim, "a decisão que foi tomada de se duplicar este percentual foi uma decisão extremamente positiva, corajosa em termos de que o Estado de São Paulo deva investir no setor de política científica e tecnológica. O que defendi durante todo o processo é que houvesse o aumento do percentual, mas que houvesse, e continuamos a defender isso, uma abertura no sentido de que o conselho de orientação da FAPESP incorporasse representantes dos setores produtivos. Eu considero isso da maior importância, para que nós possamos ter uma associação maior entre a política científica e tecnológica que deva ser desenvolvida e estimulada pela FAPESP e os desafios do nosso setor produtivo. E frisamos também que, além dessa participação que devesse ocorrer no sentido de diminuir a distância entre a comunidade científica e tecnológica e o setor produtivo, que houvesse também uma clara referência a uma política científica e tecnológica. Nós podemos até compreender que uma política científica abarque também a preocupação tecnológica, mas nós fizemos questão de distinguir, no texto constitucional, uma ênfase a esse setor, que, no nosso entender, não tem merecido a atenção devida nos últimos tempos. Por conta disso que nós defendemos uma alteração no Conselho de

orientação da FAPESP e também solicitamos à FAPESP que houvesse maior equilíbrio e destinação de recursos à área tecnológica e industrial".<sup>39</sup>

O deputado José Dirceu (PT) foi o responsável pelo grupo de trabalho que preparou os capítulos da ordem econômica e social do anteprojeto, que garantia à FAPESP 1,0% da arrecadação de impostos do Estado, administração privativa, repasse mensal do orçamento em duodécimos e deixava para a legislação ordinária a decisão sobre a composição do Conselho Superior da Fundação.

A redação final do anteprojeto manteve apenas a dotação de 1% para a Fundação. Apesar de ser do deputado Arnaldo Jardim o texto final do anteprojeto, este apresentou emenda em que devolvia à Fundação os duodécimos, a administração privativa e incluía, no Conselho Superior, além de cientistas e empresários, sindicalistas.

Apresentaram emendas, além de Arnaldo Jardim, os deputados José Dirceu, Fernando Lessa (PSDB), e Nelson Nicolau (PMDB); propunham o aumento de 0,5% para 1,0% do orçamento, mas divergiam quanto à finalidade da instituição.

No início de julho de 1989, o presidente da Comissão da Ordem Econômica e Social da Assembleia Estadual Constituinte, deputado Luis Furlan (PFL), encaminhava à comissão de sistematização o relatório que serviria de base para o projeto de Constituição a ser votado em plenário. Segundo Furlan, um quase consenso marcou os trabalhos da comissão no que diz respeito à ciência e tecnologia, que assegurava duas significativas conquistas para a comunidade científica paulista: o dobro das verbas para a pesquisa básica e a manutenção da autonomia da FAPESP. Para Furlan "a FAPESP deu certo e em time que está ganhando não se mexe. Ela é um exemplo para os outros Estados. A comissão deu todos os seus passos ouvindo a comunidade científica, ou melhor, nós fizemos exatamente o que a comunidade científica julgou ser mais adequado".<sup>40</sup>

O deputado José Dirceu foi um dos grandes defensores da FAPESP, e para ele "em plena época de crise econômica, não é brincadeira garantir um salto de 0,5% para 1,0% do orçamento do Estado para pesquisa científica e tecnológica. Além

---

<sup>39</sup> Entrevista com o deputado Arnaldo Jardim, concedida à autora em 1 de abril de 1992, em São Paulo.

<sup>40</sup> O Estado de São Paulo de 5 de setembro de 1989, p. 10.

disso é importante que essa verba seja gerida por uma instituição autônoma como a FAPESP, que tem desempenhado um papel positivo e exemplar".<sup>41</sup>

Em outubro de 1989, a Constituição do Estado de São Paulo foi aprovada, ficando definido em seu Capítulo IV, artigo 271:

*"O Estado destinará o mínimo de um por cento de sua receita tributária à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico. Parágrafo único - A dotação fixada no "caput", excluída a parcela de transferência aos Municípios, de acordo com o art. 158, IV, da Constituição Federal, será transferida mensalmente, devendo o percentual ser calculado sobre a arrecadação do mês de referência e ser pago no mês subsequente".*

O texto aprovado em plenário foi alterado pela Comissão de Sistematização, que mudou a base de cálculo do total do orçamento para o total da arrecadação de impostos, excluídas as verbas que o Estado repassa aos municípios e os recursos externos que recebe, através de emenda encaminhada pelo deputado Aluysio Nunes Ferreira (PMDB).

Embora esta alteração tenha implicado numa perda de 25% para a FAPESP, a forma final acabou favorecendo a Fundação, que teve seu orçamento dobrado em relação à constituição anterior, além do fato de a forma de pagamento ser mais vantajosa. Na prática, isso representa 0,75% reais do orçamento tributário paulista, que não é pequeno.

Segundo Alberto Carvalho da Silva, a forma de repasse mês a mês, sem perdas, poderá superar em renda o que seria repassado com base no orçamento total do Estado. Até então, o pagamento era feito da forma proposta pela Comissão da Ordem Econômica, mas o pagamento da diferença entre o orçamento estimado e o real era feito após dois anos, sem correção. Alberto Carvalho acrescenta também que, com o novo orçamento, a FAPESP deverá investir na área de pesquisa tecnológica e colaborar na formação de grupos de estudo para problemas técnicos prioritários levantados pelo governo do Estado, (...) além de se preparar para atender aos cientistas de São Paulo, prejudicados pela diminuição das verbas do governo federal à pesquisa, prevista pela Constituição Federal.<sup>42</sup>

<sup>41</sup> O Estado de São Paulo de 5 de setembro de 1989, p. 10.

<sup>42</sup> Folha de São Paulo, 4 de setembro de 1989, p. 10.

O aumento dos recursos da FAPESP criou uma nova expectativa junto à Fundação, não só por parte da comunidade científica, como também do governo do Estado.

Para a comunidade científica, a FAPESP deveria diversificar sua atuação sem perder a linha seguida até então. Segundo Fernando Galembeck, ex-secretário geral da SBPC, a atuação da FAPESP é correta no sentido de apoiar a pesquisa científica, não o desenvolvimento tecnológico, mas avalia que seria saudável ampliar o leque de atuação.<sup>43</sup>

O ex-Reitor da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Paulo Renato Costa Souza, acha que eventuais recursos adicionais à FAPESP devem ser utilizados para financiar programas de pesquisa mais amplos. Afirmar que há um "acordo tácito" na comunidade científica de que se deve manter o financiamento no varejo, mas ampliar a atuação no atacado.<sup>44</sup>

Para Einar Alberto Kok, ex-secretário da Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e diretor das Indústrias Romi S/A, com a duplicação prevista dos seus recursos, a FAPESP poderá não só intensificar o atendimento a projetos especiais destinados a resolver questões fundamentais para a comunidade do Estado de São Paulo, como também intensificar a atuação no campo tecnológico, onde se verifica, presentemente, uma grande carência para aplicação em pesquisas de interesse para a economia paulista. Acrescenta, ainda, que a FAPESP se constitui um paradigma para instituições similares, em outros Estados e na área federal, tendo, através de administrações austeras, competentes e desvinculadas de pressões econômicas e políticas, determinado que a grande maioria dos seus recursos fosse realmente aplicada a seus objetivos específicos: o auxílio para pesquisas e bolsas de estudos, e projetos plurianuais solicitados pela comunidade científica.<sup>45</sup>

Para a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais, ANPEI, entidade com 87 sócios, que representam 180 empresas, o aumento da dotação de verbas para a FAPESP não afeta em nada o panorama da indústria. Para Eva Stal, assessora da diretoria executiva da ANPEI, os ganhos da indústria com a pesquisa levada a cabo por entidades como a FAPESP são sempre indiretos. O que a iniciativa privada deseja é incentivos fiscais para aplicar em

---

<sup>43</sup> Di Biaggio, Rita. 1989 - Jornal da Unesp. Novembro, nº 42, p.5.

<sup>44</sup> Folha de São Paulo de 4 de setembro de 1989, p.5.

<sup>45</sup> Kok, Einar. O Estado de São Paulo 21 de setembro de 1989. Economia, p.2.

pesquisa científica e tecnológica; em todos os países do mundo há incentivos para as empresas que investem em pesquisa.<sup>46</sup>

Para o deputado Arnaldo Jardim, um dos relatores da Constituinte paulista de 89, "a FAPESP tem tido a felicidade de ter administradores extremamente sérios, como o Dr. Alberto Carvalho, e o Dr. Flávio Fava. Vejo isso como algo importante, porque num momento em que várias instituições do país estão com dificuldades, sendo questionadas pela sua condução, este não é o caso da FAPESP. Não existe nenhum questionamento de natureza administrativa, da seriedade, da probidade sobre a sua direção. Vejo isso como uma coisa positiva, permitindo que a FAPESP permanecesse nessa boa condição, e que possa agora dar um passo mais adiantado. Eu não tenho nenhum questionamento do ponto de vista da política administrativa da FAPESP, só tenho elogios a isso. O que eu acho, do ponto de vista da linha de seus projetos de desenvolvimento na área científica, é que os poucos que foram feitos na área tecnológica não têm uma vinculação maior com os desafios reais que o país e o sistema produtivo enfrenta hoje. E essa aproximação é extremamente necessária de ser feita".<sup>47</sup>

A FAPESP, em julho de 1990, divulgou junto à comunidade científica do Estado de São Paulo, um documento assinado pelo seu Diretor Científico, Prof. Dr. Flávio Fava de Moraes, com o seguinte conteúdo: a nova Constituição Estadual, promulgada em outubro de 1989, determinou, a partir de 1990, um aumento da dotação orçamentária da FAPESP. Esse fato, além de permitir a manutenção e o incremento de sua linha tradicional de fomento à pesquisa, definida pelo apoio aos projetos individuais, propicia agora a implementação de uma nova modalidade de auxílio à pesquisa, destinada a apoiar a execução de projetos temáticos de equipes. Esse programa tem por objetivo apoiar grupos de pesquisadores de uma ou mais instituições que se proponham a desenvolver trabalho integrado em projetos sobre temas específicos considerados relevantes do ponto de vista científico. O programa visa a estimular a cooperação entre cientistas e a participação multidisciplinar.<sup>48</sup>

O primeiro ponto que chama a atenção neste relato sobre a FAPESP e a Constituinte Estadual de 1989 é que, quando comparado com o momento de criação e implantação do período 47 - 62, aparecem vários atores novos: empresas (representadas pela ABICOMP, ABINEE e outras); outras universidades estaduais (que

---

<sup>46</sup> Di Biaggio, Rita 1989. op.cit., p.5.

<sup>47</sup> Entrevista com o deputado Arnaldo Jardim, já citada.

<sup>48</sup> FAPESP, julho de 1989, À Comunidade Científica do Estado de São Paulo.

havam sido criadas); a comunidade científica paulista apresentando-se muito mais desenvolvida e heterogênea e exibindo relações diferenciadas com o setor produtivo; representantes de partidos políticos.

A partir das opiniões veiculadas por representantes de vários segmentos sociais, depreende-se que basicamente duas questões estavam em discussão. A primeira dizia respeito aos recursos; havia uma certa unanimidade entre os vários atores no sentido de que os recursos destinados à ciência e tecnologia pelo Estado deveriam aumentar. Tal unanimidade era provavelmente decorrente de dois reconhecimentos: de que o desenvolvimento econômico é, em certo grau, dependente do desenvolvimento científico e tecnológico, e de que a FAPESP era uma instituição idônea, séria e bem sucedida no gerenciamento dos recursos públicos para esta finalidade.

A segunda questão era com relação ao direcionamento destes recursos. Aqui as opiniões se dividiam. A comunidade científica continuava a insistir na questão da autonomia da Fundação, ao passo que os novos atores, particularmente as empresas do setor de informática e os políticos do PMDB (representados por Arnaldo Jardim) queriam garantir uma maior atuação da FAPESP no financiamento à pesquisa tecnológica e na aproximação com o setor produtivo. A divergência entre essas opiniões tem sua raiz, por um lado, em visões diferenciadas sobre a interação entre ciência e tecnologia. A comunidade científica continua a insistir na relação "linear" entre ciência e tecnologia, ao passo que os outros atores defendem a idéia de que ciência e tecnologia interagem de maneira não hierárquica e que o desenvolvimento científico deve estar atrelado a objetivos econômicos. Por outro lado, a divergência de opiniões entre os grupos evidenciam também a defesa de interesses diferenciados. É evidente que a comunidade científica não queria abrir mão de espaços conquistados, onde tinha grande autonomia para tomar decisões sobre seus rumos -espaço que os outros grupos ameaçavam e, por sua vez, pretendiam conquistar.

O desfecho do conflito marca uma vitória surpreendente da comunidade científica paulista: aumentam os recursos e reafirma-se a autonomia da FAPESP. Ainda que, no nível do discurso, admita-se que a Fundação, a partir da nova constituição, deverá "investir na área de pesquisa tecnológica e colaborar na formação de grupos de estudo para problemas técnicos prioritários levantados pelo governo do Estado"<sup>49</sup>, na prática, a FAPESP não tem feito mais do que "implementar uma nova

---

<sup>49</sup> Declaração do Dr. Alberto Carvalho da Silva, Folha de São Paulo, 4 de setembro de 1989, p.10.

modalidade de auxílio à pesquisa, destinada a apoiar a execução de projetos temáticos de equipes"<sup>50</sup>. Este novo tipo de atuação da FAPESP, fortemente baseado na análise dos projetos pela própria comunidade e seguindo a lógica do mérito científico, não significa qualquer mudança de rumo da instituição no sentido de se vincular aos objetivos do desenvolvimento econômico e não incorpora qualquer outro segmento social, além da própria comunidade científica, nos seus procedimentos de análise.

Vale a pena tentar explorar as razões pelas quais a comunidade científica paulista conseguiu exercer esta liderança e aprovar o seu projeto na Constituinte de 89. Em primeiro lugar, há que ressaltar que a comunidade científica paulista goza de reconhecimento nacional e internacional e, como apontou Galembeck, é sabidamente responsável pela metade da produção científica do país. Além disso, sua opinião tem um peso considerável nas decisões do governo do Estado por, historicamente, manter excelentes relações com o poder local. Outro fator é que os recursos do Estado para esta comunidade são administrados por uma Fundação que opera de maneira idônea e eficiente, como já apontado.

Olhando pelo outro lado, deve ter contribuído para isto o fato de que o setor produtivo nunca exerceu qualquer demanda seja sobre a FAPESP, seja sobre a própria comunidade científica. Típico deste desinteresse do setor produtivo pelo setor científico local é a declaração da ANPEI de que "a dotação de maiores verbas para a FAPESP não afeta em nada o panorama da indústria" e de que "os ganhos da indústria com a pesquisa levada a cabo por entidades como a FAPESP são sempre indiretos" (DiBiaggio, 1989:5). Finalmente, um fator de ordem mais global refere-se à complexidade das relações entre ciência e tecnologia e desenvolvimento econômico. Entendida hoje como claramente não linear, a interação entre ciência e tecnologia é sabidamente imprevisível e, ao que se sabe, muitos poucos países, mesmo entre os avançados, conseguiram resolver a questão: "Como investir em ciência e tecnologia de maneira a obter os melhores resultados econômicos?" (ver Barnes e Edge, 1982:147-154).

A trajetória da FAPESP desde sua criação, em 1947 até os dias atuais, reflete uma instituição cujo resultado é fruto da atuação da vanguarda da comunidade científica brasileira. A busca da autonomia política, administrativa e financeira foi o princípio fundamental que inspirou a estruturação e a atuação da

---

<sup>50</sup> De acordo com Fava, conforme comunicação à Comunidade Científica do Estado de São Paulo, julho de 1990.



FAPESP, assim como o temor dos constrangimentos políticos partidários ou compromissos clientelistas que pudessem limitar a liberdade de investigação científica e impor condicionantes externos à lógica de operação interna à instituição .

A forte e significativa participação da comunidade científica na operacionalização e formulação das políticas da FAPESP tem sido apontada como o elemento fundamental da eficácia dos mecanismos institucionais utilizados para a implementação de sua política que vem resultando numa estrutura "ágil", "flexível" que tem como base a filosofia de ação da comunidade científica que a sustenta. Um ponto importante a considerar é que a comunidade científica do Estado de São Paulo concentra a maioria dos grupos de pesquisa mais consolidados do país, condição fundamental para o bom funcionamento da "avaliação pelos pares" (*peer review*), sistema de avaliação utilizado pela FAPESP.

Embora localizada num país de terceiro mundo, o contexto sócio-econômico, político e cultural do Estado de São Paulo oferece condições para que a comunidade científica paulista defenda o "*ethos*" da ciência e funcione como um sistema social fechado em si, independente, com valores próprios e regras específicas.

Em suma, a FAPESP possui alguns elementos, definidos desde sua origem, que caracterizam sua forma de atuação e que não se alteraram ao longo de sua história, apesar das mudanças contextuais ocorridas no nível internacional e internamente no país:

- *trabalha diretamente com o pesquisador e não de forma institucional;*
- *limita seus gastos administrativos, de acordo com sua lei de criação, a 5% de seu orçamento;*
- *possui autonomia financeira e liberdade para gerenciar seus próprios recursos.*

Além disso, a FAPESP, através do discurso de seus dirigentes, enfatiza dois outros elementos:

- *prioriza critérios de excelência científica adotados por todos os seus dirigentes;*
- *garante a autonomia decisória da comunidade científica sobre os rumos da pesquisa.*

Esses elementos, que são importantes para o entendimento da lógica da política e do funcionamento da Fundação, serão objetos de análise do próximo capítulo.

## **CAPÍTULO II**

### **CARACTERÍSTICAS E DETERMINANTES DA ATUAÇÃO DA FAPESP**

Neste capítulo faremos uma análise das características e determinantes da atuação da FAPESP, a partir de algumas categorias fundamentais que se destacaram na análise das atas das reuniões do Conselho Superior desde março de 1961, data da primeira reunião, até os dias atuais, março de 1992.

As atas têm por objetivo o registro escrito das decisões e deliberações tomadas pelo Conselho Superior, órgão que tem como atribuição orientar a política científica, patrimonial e financeira da Fundação<sup>51</sup>. As atas refletem, em última instância, a posição de seus componentes. Hão de retratar, particularmente se identificarmos a trajetória social dos conselheiros, as relações entre a comunidade científica paulista e o desenvolvimento da política de ciência e tecnologia do Estado de São Paulo e do país.

Para os fins deste estudo, o importante é identificar a política que foi implementada pela Fundação neste período e quais suas características e determinantes. Parte-se do pressuposto que esses sejam profundamente influenciados pela concepção de ciência e tecnologia dos dirigentes que estiveram à frente da FAPESP.

É evidente que esta concepção de ciência e tecnologia, assim como da política científica, não é monolítica entre os vários dirigentes que se sucederam nos 30 anos de existência da FAPESP, aqui analisados. Muito pelo contrário, a leitura das atas de reunião do Conselho Superior, assim como as entrevistas realizadas com vários desses dirigentes, mostram claramente a existência de divergências e conflitos no âmbito do Conselho Superior constituído predominantemente, por membros da

---

<sup>51</sup> Lei Orgânica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, de nº 5918, de 18 de outubro de 1960.

comunidade científica paulista. Assim, a atuação da Fundação, enquanto órgão de amparo à pesquisa científica do Estado de São Paulo, é mais o resultado de um processo de negociação constante entre grupos e/ou indivíduos que participaram do Conselho Superior, e da hegemonia de uns sobre os outros.

## II. 1 - POLÍTICA DE ATUAÇÃO

Houve épocas em que a FAPESP não conseguiu usar todos os seus recursos, por falta de projetos "merecedores". Por exemplo, em 1967, "o Diretor Presidente Jayme Cavalcanti informa que a Fundação está investindo em ciência a metade de seus recursos para esse fim, por não ter recebido pedidos merecedores de amparo para todos os recursos que dispõe".<sup>52</sup>

Foi, provavelmente, a partir da constatação de que a FAPESP não conseguia investir em ciência todos os seus recursos disponíveis, que surgiu a preocupação de delinear uma política de atuação do órgão. Uma primeira tentativa nesse sentido foi feita em 1968, pelo professor Warwick Kerr, primeiro Diretor Científico da FAPESP, e que, nessa época já havia deixado o cargo. Tendo participado de uma reunião em Washington, promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), Kerr sugeriu ao Conselho Superior a contratação de um técnico americano, o Prof. Hemptine<sup>53</sup>, especialista em política da ciência, para orientar estudos que permitissem definir uma política para a Fundação.

O conselheiro Vicente Marota Rangel, reagiu à sugestão dizendo que "o planejamento deve partir da Fundação, e que só se recorra a técnicos estrangeiros em caráter de colaboração".<sup>54</sup> O presidente do Conselho, Antonio Barros de Ulhôa Cintra, argumentou, então, que "é muito difícil definir qual a política científica adequada. Acredito mais em se tomar aquelas medidas que são óbvias e que seguramente terão repercussão no desenvolvimento".<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 13 de novembro de 1967, livro 1, p. 36.

<sup>53</sup> O professor Hemptine, em declarações na Folha de São Paulo, de 15 de julho de 1973, p. 21, coloca que "a situação da América Latina na área da ciência é deplorável. Ela gasta, em média, apenas um dólar por habitante, o que é insuficiente. Há apenas 190000 cientistas comparados com três milhões nos Estados Unidos. O que é impressionante, na maioria desses países - com exceção do Brasil, Argentina e México e outros poucos - é o caos nas universidades, uma ausência de apoio oficial, uma super ênfase na importação de tecnologia e, concomitantemente, uma falta de incentivo à adaptação ou desenvolvimento de pesquisa original" (citado em Fernandes, 1990:187).

<sup>54</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 20 de março de 1968, livro 1, p. 38-39.

<sup>55</sup> Idem.

Apesar do posicionamento do presidente, o conselheiro Oscar Sala mostrou-se favorável à definição de uma política de auxílio à ciência e apoiou a proposta do conselheiro Vicente Marotta Rangel no sentido de que se constituísse um grupo de trabalho, com técnicos estrangeiros e nacionais, para tratar da questão. Apesar das manifestações favoráveis, esse assunto não voltou a ser discutido no Conselho.

Em dezembro de 1968, alguns conselheiros (Paulo E. Tolle, Hélio Dias, Vicente Chiaverini e Vicente M. Rangel) levantaram uma discussão sobre o estabelecimento de áreas de prioridades para o fomento à pesquisa e sobre a maneira pela qual a Fundação estaria se orientando para o cumprimento da Lei Orgânica 5918<sup>56</sup>. O Diretor Presidente, Jayme A. A. Cavalcanti, informou aos conselheiros sobre um estudo realizado pelo CNPq<sup>57</sup>, que poderia constituir-se em ponto de partida para a questão das prioridades, desde que conjugado à orientação da Assessoria da Diretoria Científica da Fundação. Nesta mesma reunião, o Conselho aprovou a formação de uma comissão para estudar os pontos fundamentais referentes à pesquisa aplicada em São Paulo. O conselheiro Hélio Dias colocou, nesta ocasião, que a FAPESP deveria tomar a iniciativa de identificar as áreas prioritárias para o desenvolvimento tecnológico.<sup>58</sup>

A partir das questões levantadas pelos conselheiros a respeito do estabelecimento de prioridades para o fomento à pesquisa científica e para o desenvolvimento tecnológico, foram aprovados dois projetos de iniciativa da Fundação: um para o estudo de "campos prioritários" e o "outro para o estabelecimento de uma política tecnológica e industrial para o Estado de São Paulo".<sup>59</sup>

Fica evidente, então, que, nesta época, o conselho estava "consciente" da necessidade de investir em pesquisa científica que tivesse

---

<sup>56</sup> Os conselheiros se referiram ao artigo 3º que fala da competência da Fundação, e em seu inciso VI estabelece: "promover periodicamente estudos sobre o estado geral da pesquisa em São Paulo e no Brasil, identificando os campos que devem receber prioridade de fomento". Lei 5918, de 18 de outubro de 1960.

<sup>57</sup> Não consta da ata o nome do documento do CNPq ao qual o Diretor Presidente Jayme Cavalcanti se refere.

<sup>58</sup> Ata da reunião do Conselho Superior de 27 de dezembro de 1968, livro 1, p. 44-45.

<sup>59</sup> Foi formada uma comissão composta pelos professores Ruy Silva Leme, Walter Borzani, Fernando Flávio Marques de Almeida, Fernando Henrique Cardoso, Hermindo Antunes Filho, André Tosello e mais os conselheiros Jorge Rezende, Paulo Artigas e Vicente Chiaverini, para o estudo das áreas prioritárias. Também foi aprovado o desenvolvimento de um projeto de pesquisa com o objetivo de estabelecer uma política tecnológica e industrial para o Estado de São Paulo, sob a coordenação do Prof. Nuno Fidelino de Figueiredo. Atas das reuniões do Conselho Superior, de 26 de março de 1969, livro 1, p. 47 e de 15 de outubro de 1969, livro 1, p. 52.

repercussão tecnológica.<sup>60</sup> Essa preocupação se manifesta no sentido de contribuir para a consecução dos objetivos expressos nas políticas de desenvolvimento do governo estadual e federal. O Diretor Presidente da FAPESP afirmava: "Uma das principais preocupações da FAPESP, ultimamente, tem sido a de estabelecer prioridades de pesquisas, máxime no campo tecnológico. No setor das ciências básicas, a escolha de temas de pesquisas tem sido feita inteiramente *"ad libitum"* dos nossos pesquisadores; a Fundação tem tido recursos suficientes para atendê-los integralmente.

Dentro das quatro grandes metas estabelecidas recentemente pelo Governo Federal, a saber: revolução na educação e saúde-saneamento, revolução na agricultura e no abastecimento, aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico e fortalecimento do poder de competição da indústria nacional; há um campo enorme para a aplicação da pesquisa. Muito, aliás, já têm feito para a realização desses objetivos, o CNPq e, a FAPESP, quer isoladamente, quer em projetos em mútua cooperação. Com o entendimento cada vez maior entre estas duas entidades, (...) será certamente possível cooperar para a realização das grandes metas que visam acelerar o desenvolvimento de nossa pátria".<sup>61</sup>

No ano de 1970, a comissão de áreas prioritárias para o setor de tecnologias, sob a direção do Prof. Nuno Fidelino de Figueiredo, apresentou relatórios circunstanciados, preparados por especialistas nos diferentes setores, tais como indústria têxtil e indústria de celulose e papel. Os relatórios sobre a indústria siderúrgica paulista e sobre a indústria mecânica foram finalizados no ano de 1971. Destes estudos resultaram: a instalação, no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), de uma planta piloto de celulose e papel; a recomendação da necessidade de formação de técnicos de grau médio e superior; a recomendação da criação, para as áreas das indústrias têxtil e de celulose, de disciplinas na Escola Politécnica, como elementos indispensáveis para firmar as indústrias no país.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> A idéia de apoio ao desenvolvimento tecnológico era antiga na FAPESP. No final do ano de 1967, os conselheiros Ulhôa Cintra, Jorge Rezende, Vicente Chiaverini, Oscar Sala e outros, falavam sobre a conveniência de programarem iniciativas da Fundação que estimulassem o desenvolvimento científico, com repercussão sobre o desenvolvimento tecnológico. Ata da reunião do Conselho Superior, de 13 de novembro de 1967, livro 1, p. 36. Na realidade, verifica-se pela ata da reunião do conselho, no final de 67, que a preocupação expressa pelos conselheiros diverge do discurso de prestação de contas que é o relatório das atividades da FAPESP, de 1967, que diz que "a fundação no ano de 67 avaliava as solicitações encaminhadas "seguindo o critério obsessivo de importância do projeto para o desenvolvimento".

<sup>61</sup> Relatório do Diretor Presidente, in Relatório das Atividades 1969, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1970, p. 6.

<sup>62</sup> Relatório das atividades, 1970, p. 6-7. Relatório das Atividades, 1971, p. 2. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Esta preocupação com áreas prioritárias, principalmente ligadas à tecnologia, está relacionada com a formulação, pelo CNPq, do Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico 1968 - 1972.<sup>63</sup> Este plano pretendia suprir a ausência de um planejamento global da ciência e tecnologia no país, apontando a programação da ciência como um imperativo da vida nacional. A ausência de uma política de ciência e tecnologia ou o retardamento da sua aplicação resultariam, de acordo com esse plano, em um indesejado desenvolvimento anômalo, com prejuízo para uma verdadeira e inadiável autonomia tecnológica.

A ciência e a tecnologia aparecem, no Plano, a um tempo, como origem e modo seguro do progresso. Afirmava que a participação da pesquisa científica e tecnológica na aceleração do avanço tecnológico e no conseqüente progresso econômico e social era tão significativa que o planejamento da atividade científica se fazia imperativo.<sup>64</sup>

O financiamento que a FAPESP concedeu às áreas de conhecimento relacionadas com o desenvolvimento tecnológico (engenharias, agronomia, etc...), no final da década de 60 e nos primeiros anos da década de 70, não demorou muito a suscitar preocupação por parte de alguns de seus dirigentes que, provavelmente, eram porta vozes de segmentos da comunidade científica. Assim, em 1974, o Diretor Científico, Oscar Sala, manifestou no Conselho sua preocupação quanto a um eventual "desvirtuamento" da pesquisa científica em nosso meio. Ele argumentava que o padrão de alocação de recursos poderia provocar um colapso nas instituições de pesquisa, pois se estas se orientassem unicamente no sentido de transferência de tecnologia, deixariam de atender às necessidades de treinamento de pesquisadores, fundamentais para solucionar os problemas próprios do país. Nessa ocasião, solicitou ao conselho uma tomada de posição sobre a questão.

Sala, nesta época, era também presidente da SBPC que, em sua reunião anual de 1974 discutiu, entre outros temas, as possibilidades de produção

---

<sup>63</sup> O Plano Quinquenal para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1968 - 1972) foi elaborado no contexto do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) do governo do general Costa e Silva. Este Plano Quinquenal apontava projetos de investigação considerados prioritários para o desenvolvimento do país, particularmente nos setores de agricultura, astronomia, biologia, ciências sociais, física, geologia, matemática, química, tecnologia, além de um item específico para o estudo da região Amazônica. Prevê também a implantação de programas integrados e setoriais de pesquisa e enfatizava o ensino e a pesquisa no nível de pós-graduação. (Albagli, 1988:93-94)

<sup>64</sup> Conselho Nacional de Pesquisas - Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Plano Quinquenal 1968 - 1972), IBGE, Serviço Gráfico, s. d., p. 10 - 11. In VALLA, Victor Vincent e WERNECK DA SILVA, Luis. Ciência e Tecnologia no Brasil História e Ideologia 1949 - 1976. Brasília, CNPq, Coordenação Editorial, 1981, p. 60.

tecnológica interna e seus limites, a partir de diferentes perspectivas. O conflito nesta reunião foi a questão da ciência básica versus ciência aplicada.

"Na sessão de abertura, da reunião, Oscar Sala refere-se à necessidade de mais oportunidades para os cientistas participarem nas decisões do governo, e por um melhor equilíbrio entre a pesquisa aplicada e a básica. (...) É necessário manter um equilíbrio entre os dois aspectos da pesquisa, e os governantes devem ter em mente que soluções a curto prazo não são as únicas que podem levar o país a se desenvolver. O que é necessário para desenvolver o país não é o poder econômico, mas os homens bem treinados para solucionar os problemas da nação. Um país que necessita importar soluções não será nunca um país desenvolvido".<sup>65</sup>

Discutia-se muito, nesta época, a questão da ciência, sua relação com a importação da tecnologia e a criação de tecnologia nacional num país subdesenvolvido no contexto do capitalismo mundial.

O discurso de Sala que, na realidade, exprimia o pensamento de grande parte da comunidade científica, pode ser interpretado como uma tentativa de reforçar e de legitimar o apoio das atividades de pesquisa básica através de fundos públicos. Implícito neste discurso está o modelo tradicional linear e hierarquizado de inovação tecnológica. De acordo com esse modelo, são os resultados da pesquisa básica que, depois de trabalhados pela pesquisa aplicada, dão origem ao desenvolvimento experimental e à inovação tecnológica. Em outras palavras, o modelo trata todo desenvolvimento tecnológico como tendo sido baseado em algum avanço científico prévio. Desde 1945, quando Vannevar Bush escreveu seu "Science, the Endless Frontier", esse modelo gozou de ampla aceitação e foi constantemente utilizado pelos cientistas como argumento para justificar os investimentos públicos em pesquisa básica.<sup>66</sup>

Esquecida pelo Conselho Superior por alguns anos, a questão do estabelecimento de uma política científica para a FAPESP, com a identificação de prioridades, voltou a ser discutida no período de 75 a 79. Isso se deveu, principalmente, à incorporação de José Pastore que, como conselheiro, passou a liderar um movimento nesse sentido.

<sup>65</sup> Diário de Pernambuco, Recife, Cientistas fundam associação multinacional, 11 de julho de 1974, p. 1. (In Fernandes, 1991: 194 - 195).

<sup>66</sup> Atualmente a credibilidade desse modelo sofre acentuado declínio, mas ele continua sendo usado, politicamente, pela comunidade científica no mundo todo quando os recursos para ciência e tecnologia são ameaçados. Sobre esta questão ver: Barnes e Edge, 1982: 147-154).



Em fevereiro de 1975, ao assumir seu mandato como conselheiro, José Pastore pediu esclarecimentos ao Conselho Superior sobre o critério adotado na alocação de recursos para o amparo à pesquisa por setores. O Diretor Científico, Oscar Sala, informou, então, que a orientação seguida pela Diretoria Científica, desde a instalação da FAPESP, era não fazer qualquer distribuição prévia de recurso por setor. Considerando que naquele momento o orçamento da Fundação era reduzido, a assessoria científica alocava recursos, exclusivamente, para grupos realmente qualificados, com alta produção científica e efetiva formação de pessoal.<sup>67</sup>

Em maio de 1975, Pastore voltou à carga e manifestou sua preocupação a respeito da prática de investimentos adotada pela FAPESP, enfatizando a necessidade de se definir uma política para a Fundação. Nesta ocasião, o presidente do Conselho, Walter Borzani, esclareceu que, até o presente momento, a orientação do Conselho não poderia ser muito rígida, limitando-se a estabelecer normas gerais.<sup>68</sup>

Em junho de 75, Pastore propôs novamente ao Conselho que se iniciasse a discussão sobre política científica a partir de um documento elaborado por ele, denominado "Elementos para uma Política Científica da FAPESP". Neste documento, chamava a atenção para o fato de que, dentro do processo de desenvolvimento brasileiro, a Fundação tinha possibilidades de se dedicar ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia no longo prazo, e propôs a formulação de uma política científica da FAPESP, para fins internos.

Em resposta a essa intervenção de Pastore, William Saad Hossne, Diretor Científico nesta ocasião, ressaltou as considerações apresentadas no relatório da Fundação de 1965<sup>69</sup>, declarando que seu entendimento, sobre essa questão, consistia basicamente no seguinte: a FAPESP deveria enfatizar especialmente a formação de pessoal em nível de pós -graduação; deveria conceder auxílio efetivo ao pesquisador qualificado e ao seu grupo; a assessoria científica deveria não apenas emitir pareceres, mas também fazer a necessária conexão interdisciplinar e manter contato direto com o solicitante. Admitia que a FAPESP deveria ter uma atuação mais

---

<sup>67</sup> Ata da reunião do Conselho Superior de 19 de fevereiro de 1975, livro 2, p. 5. O conselheiro José Pastore era professor da Faculdade de Economia da USP e foi indicado para o Conselho pelo governador Paulo Egidio.

<sup>68</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 7 de maio de 1975, livro 2, p.8.

<sup>69</sup> O professor William Saad Hossne foi Diretor Científico da FAPESP, nos períodos de 1964/1967 e 1974/1980.

agressiva com relação à formação de pesquisadores dos Institutos Isolados do interior do Estado.<sup>70</sup>

Em suma, parece que a política científica que a FAPESP estava disposta a adotar, considerando que o Diretor Científico é o responsável pela implementação da política da Fundação, limitava-se ao apoio a grupos/indivíduos de reconhecida competência científica e à formação de recursos humanos. Em outras palavras, o estabelecimento de áreas prioritárias de pesquisa não constava da agenda dos dirigentes mais influentes da FAPESP, naquele momento.

O prof. Pastore insistiu na questão na reunião de novembro de 1975, quando se discutia a execução orçamentária da Fundação, lembrando aos conselheiros a relação da dotação de recursos, por setores, com a da política científica da Fundação.<sup>71</sup> Esse fato parece ter causado grande preocupação, por parte de alguns conselheiros da FAPESP, com a formulação de sua política, no final do ano de 1975. Tanto assim que, na reunião de 22 de dezembro, José Francisco de Camargo, Presidente da Fundação, ao receber os novos conselheiros indicados pela USP, ressaltou a colaboração que esperava deles no sentido de auxiliar na formulação de uma política científica para a instituição.<sup>72</sup>

Aproveitando a oportunidade, o professor Pastore voltou a defender uma participação mais ativa do Conselho na formulação da política científica da Fundação, sugerindo a formação de uma comissão especial para o estudo e apresentação de idéias para a próxima reunião. Mais uma vez, a resposta a Pastore veio do Diretor Científico, professor William Saad Hossne, que insistia numa política de auxílio a bons projetos, de autoria de bons pesquisadores, em qualquer área, com base na análise de cada caso, com o respaldo da Assessoria. Como reforço a seu argumento, apontava que até os projetos de iniciativa da Fundação partiram sempre da coletividade científica, que está apta a elaborar projetos de interesse para o país. Numa tentativa de evitar o impasse, o presidente do Conselho solicitou ao Diretor Científico que apresentasse por escrito, na próxima reunião, as idéias por ele colocadas, que serviriam de base para os estudos que se pretendia realizar a respeito de política científica. Face à aprovação unânime da proposta e à disposição de todos

---

<sup>70</sup> Com essa afirmação, evidencia-se que os dirigentes da FAPESP tinham consciência de que as instituições "jovens" estavam sendo "discriminadas" no processo de alocação de recursos pela instituição.

<sup>71</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 5 de novembro de 1975, livro 2, p. 14.

<sup>72</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 22 de dezembro de 1975, livro 2, p. 15.

os presentes de colaborar, o professor Pastore retirou sua proposta de formação de uma comissão para o estudo da questão.

Embora os conselheiros estivessem preocupados com a questão da política da FAPESP, havia, entretanto, um confronto entre aqueles que queriam uma política com prioridades definidas e aqueles que entendiam que a política desejada era a do "mérito", onde a definição de prioridades seria feita, exclusivamente, pela comunidade científica.

Cumprindo sua tarefa, o Diretor Científico apresentou, em fevereiro de 1976, o documento "Linhas Gerais de Atuação da FAPESP para 1976", que foi aprovado em abril.

Ainda não satisfeito com o estado das coisas na FAPESP, em dezembro de 1976, Pastore sugeriu a participação da Fundação num programa de linhas de conduta científica junto ao governo federal e estadual, auxiliando na identificação de áreas prioritárias. Destacou, nesta ocasião, a necessidade de um planejamento em conjunto. A aprovação unânime de sua sugestão partiu das manifestações do conselheiro Rogério Cesar de Cerqueira Leite, a respeito de ser propiciado aos conselheiros mais oportunidade para discutir o desenvolvimento da política científica da FAPESP, sendo apoiado pelo professor Lauro Birkholz.<sup>73</sup>

Novamente, em março de 1977, o professor Pastore defendeu seu ponto de vista com respeito à linha de conduta científica da FAPESP. Nesta ocasião, reclamou que o Conselho Superior tinha se furtado a uma decisão sobre política científica para a Fundação, sendo apoiado pelos conselheiros Oswaldo Forattini e Lauro Birkholz.

Fica clara a existência de um conflito no Conselho Superior: alguns conselheiros, e não mais apenas Pastore, queriam definições explícitas de política científica para a FAPESP. Apesar disso, ações concretas nesse sentido não foram tomadas e o conflito parece se arrefecer por alguns meses.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 8 de dezembro de 1976, livro 2, p. 31.

<sup>74</sup> É evidente que as intervenções de Pastore no sentido de forçar uma definição de prioridades de áreas e setores para investimento da FAPESP não eram um fato isolado. Elas devem ser entendidas dentro do contexto mais amplo vivenciado pelo país naquele momento. É importante lembrar que na década de 70, particularmente a partir de 1974, enfatizava-se sobremaneira a questão tecnológica no país. Isto pode ser explicado, por um lado, pela crescente demanda de tecnologia, pela instabilidade da balança de pagamentos, pelo aumento do poder de arrecadação pelo Estado e pela articulação de um novo pacote de investimentos estatais que não poderia prescindir de um reposicionamento da relação Estado/setor produtivo. E, por outro, por uma importante componente política, qual seja, a existência dentro do setor estatal de tendências favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa e tecnologias nacionais (Albagli,

Em dezembro de 1978, o professor Saad informou ao Conselho que a FAPESP se encontrava em situação privilegiada e *sui generis* no que se refere ao orçamento, ou seja, os recursos ordinários estavam sendo acrescidos daqueles provenientes do próprio patrimônio rentável. Apontou, então, que a Fundação não negava pedidos por falta de verba, ocorrendo indeferimento apenas quanto ao mérito científico do projeto ou quanto ao não enquadramento nas normas e filosofia de atuação da Fundação.

Nesta mesma ocasião foi apresentado o documento "Tendências dos Dispendios em Pesquisa da FAPESP", elaborado por Pastore, em atendimento à solicitação do Conselho, baseado em trabalho feito pelo Conselho Técnico Administrativo da Fundação, com o objetivo de se elaborar um relatório anual de atividades, em moldes diferentes do corrente até então. Comentando sobre a distribuição de verbas, por áreas, feita pela Fundação, Pastore sugeriu uma revisão dessa questão. Os conselheiros, depois de analisar detalhadamente o documento, concluíram que a distribuição de verbas da FAPESP estava sendo feita de acordo com a demanda.<sup>75</sup>

Este documento voltou a ser discutido na reunião do Conselho em abril de 1979. O professor Pastore, nesta ocasião, deixou claro que sua intenção era levantar hipóteses para especulações futuras. Nesse sentido considerava que existiam áreas mais consolidadas em pesquisa, em detrimento de outras, e que as primeiras recebiam um apoio maior que as segundas, aumentando mais a distância entre elas.<sup>76</sup> Para equacionar o problema sugeria duas alternativas: a primeira seria reunir as diversas entidades de amparo à pesquisa para uma avaliação geral da situação e, a segunda, estudar as possibilidades de se criar um programa integrado para atendimento das áreas mais carentes.

---

1988:64). Nesta época, ocorreu no país "o esforço mais sistemático de elaboração de estratégia de planejamento tanto para o setor industrial como para o setor tecnológico", através da elaboração do II PND e do II PBDCT (Albagli, 1988:66). Sintonizado com essa concepção de necessidade de planejamento, Pastore buscava uma definição de política de atuação para a FAPESP, nos moldes que estava ocorrendo nas suas congêneres federais - CNPq e FINEP.

<sup>75</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 20 de dezembro de 1978, livro 2, p. 67-68.

<sup>76</sup> Esta tendência ao fortalecimento cada vez maior de áreas consolidadas e dificuldade de estabelecimento de áreas carentes é uma consequência conhecida do sistema meritocrático. Ao privilegiar o mérito científico - isto é, pesquisadores eminentes ou de reputação estabelecida, oriundos de departamentos de prestígio - o sistema tende a "penalizar" pesquisadores jovens, vinculados a instituições ainda não consolidadas, e trabalhando em áreas de pesquisa "emergentes" ou inovadoras. Descrito pela primeira vez por Merton em seu clássico artigo de 1968, "O Efeito Mateus na Ciência", (onde ele fazia referência ao versículo bíblico de São Mateus: "àquele que tem, tudo lhe será dado, ao que não tem, até o que tem lhe será tirado"), o fenômeno da "vantagem cumulativa" tem sido constantemente apontado como um dos mais sérios problemas da alocação de recursos baseada no sistema de "peer review". (ver, por exemplo, Chubin e Hachett, 1990).

O Diretor Científico, professor Saad, em resposta às colocações de Pastore, esclareceu que sua preocupação com este aspecto era constante: fazia palestras em diversas instituições, mantinha contato pessoal com os pesquisadores através de entrevistas, usava a assessoria como veículo orientador junto aos pesquisadores novos em áreas novas, sempre com o objetivo de ativar as áreas mais carentes. No seu julgamento, a preocupação do professor Pastore estava sendo suprida de modo diferente pela FAPESP, ou seja, através da análise de caso a caso. Numa avaliação pessoal das atividades e atuação diária da diretoria científica, os conselheiros concluíram que as iniciativas da Fundação estavam atendendo às áreas carentes. Quanto à reunião das agências financiadoras de pesquisa, o professor Vanzolini argumentou que esta experiência já fora realizada através de um programa específico para a área de nutrição, envolvendo a CAPES, o CNPq, a FORD, e a FAPESP, com duração de quatro anos, e tendo acabado por falta de interesse.

Assim, mais uma vez, a tentativa de Pastore de forçar uma discussão sobre prioridades de financiamento da FAPESP, revisão de critérios de concessão de auxílio entre áreas, foi mal sucedida. A opinião que prevalecia no Conselho Superior era que a política de atuação da Fundação não necessitava de reparos. Entretanto, o documento apresentado por Pastore esclarece, utilizando grande quantidade de dados, as razões para sua insistência em que a FAPESP tentasse dirigir o desenvolvimento científico no sentido de atender às necessidades do país.

Assim, o documento revela que, em 1977, ocorreu uma grande concentração de recursos nas áreas de química, biologia e física, ou seja, naquelas que, aparentemente, eram as mais consolidadas. Por outro lado, os dados mostram uma baixíssima concentração de recursos nas áreas menos consolidadas (mas não menos importantes) do que as anteriores, tais como geologia, agronomia, tecnologia. Pastore escreve: "se considerarmos que alimentos, balanço de pagamentos e energia elétrica constituem três problemas de alta prioridade no Brasil de hoje e do futuro, como justificar apenas 2% dos recursos de pesquisas em agronomia, 2,8% em geologia e 8,8% em tecnologia?" <sup>77</sup>

Passados 15 anos desde que escreveu aquele documento, Pastore justifica seu questionamento da política de atuação da FAPESP, na época em que foi conselheiro, dizendo: "A Diretoria Científica tinha uma autonomia muito grande para aplicar onde quisesse. Eu achava que tinha recursos para as áreas básicas, mas que a

---

<sup>77</sup> PASTORE, José. 1977. Tendências dos Dispendios em pesquisa da FAPESP. mimeo, p.2,3 e 6.

Fundação deveria atuar também nas áreas prioritárias do país. A comunidade demanda por disciplina, não tem nenhum mecanismo que diga que, além dela estimular o crescimento das áreas, ela precisa estimular a utilização desses conhecimentos nas áreas prioritárias do país. A questão que eu colocava era estabelecer áreas prioritárias, por exemplo: alimentação era prioridade, então uma instituição de amparo à pesquisa como a FAPESP, teria que financiar projetos sobre essa questão na pesquisa básica e na pesquisa aplicada, para gerar novos conhecimentos, massa crítica e inovações. A FAPESP raciocina com base nas disciplinas científicas. Eles argumentavam que na hora que tivéssemos disciplinas fortes, normalmente essa questão seria resolvida, porque quando uma indústria precisar de uma solução técnica para alimentos, tem alguém na universidade ou num instituto de pesquisa para resolver. Para eles, o mundo da ciência é um mundo autônomo, que tem que deixar crescer por si mesmo, sem interferências externas; porque na hora que se precisar dele, ele estará pronto. Esta é a concepção deles.<sup>78</sup>

"A minha concepção é diferente, nós não temos vantagens comparativas no Brasil para podermos investir só em pesquisa científica. Isso tem que ser feito, claro, mas não podemos fazer só isso. Não vejo justificativa para pegar uma área prioritária como alimentação e investir somente 2%, energia só 2%, se o Brasil tem problemas imensos nessas áreas; tinha que investir no mínimo 10%".<sup>79,80</sup>

O professor Saad, Diretor Científico naquele período, olhando em retrospectiva a polarização do debate entre ele e Pastore sobre a definição de áreas prioritárias para investimento da FAPESP, afirma: "Pastore levantava questões sobre prioridades porque estava preocupado, inclusive com razão, mas era uma visão de quem não tem a vivência da Diretoria Científica. Era a visão de conselheiro; quando você passa para a execução, a visão é outra. Política, a FAPESP sempre teve; ela sempre se preocupou em ter alguns princípios normativos, eram princípios básicos que deveriam ser respeitados por qualquer Diretor Científico, por exemplo: ter uma assessoria adequada; responder pela concessão ou pela denegação do pedido; apoiar

---

<sup>78</sup> De fato, parece ter sido dominante entre os dirigentes da FAPESP a idéia de que a ciência não deve sofrer interferências externas, e que o progresso científico deve obedecer apenas à dinâmica das idéias e da comunidade científica e, a definição de prioridades deve ser feita exclusivamente por esta comunidade, conforme Polanyi. (1968)

<sup>79</sup> Entrevista concedida à autora, pelo professor José Pastore, em Brasília, dia 25 de agosto de 1992.

<sup>80</sup> É importante destacar que nos primeiros anos de sua existência, a FAPESP recebeu críticas justamente por estar favorecendo muito o campo da agronomia. Nessa época justificava a aplicação neste setor pela importância, num país em estado de subdesenvolvimento como o Brasil, que teria que enfrentar, com o aumento populacional, um dos graves problemas da humanidade - a fome - sendo, portanto, necessário e importante o desenvolvimento de pesquisas no campo da agronomia não justificando as críticas à fundação por ter favorecido, em excesso, este setor (Relatório de Atividades da FAPESP, 1964:6-7)

a pesquisa em qualquer área do saber, nenhuma é mais importante do que a outra, desde que tenha mérito; atuar independentemente de grupos; voltar-se para a formação de recursos humanos; utilizar seus meios para identificar lacunas, ou seja, áreas carentes e desencadear condições para que se formem recursos humanos nessas áreas e eles possam demandar projetos junto à FAPESP. Estes são alguns princípios que formam uma certa política. Como a FAPESP teve no início uma dotação satisfatória, que continua até os dias de hoje, ela pode se colocar na posição de que nenhum projeto, que não fosse ruim, fosse rejeitado, fosse qual fosse a área".<sup>81</sup> De fato, não se pode negar que o não estabelecimento de prioridades para alocação de recursos é, em si mesmo, uma política.

Em maio de 1978, o professor Pastore foi indicado pelo Conselho Superior para compor a lista triíplice para Diretor Científico, juntamente com os professores Rogério Cesar de Cerqueira Leite, da UNICAMP e Lourival Carmo Mônaco, do Instituto Agrônômico de Campinas, todos conselheiros. Essa lista provocou uma reação imediata por parte da comunidade científica paulista.

Em artigo na Folha de São Paulo, de 28 de maio de 1978, José Reis apontava que: "neste país de tanta sigla que esconde monumentais ineficiências ou mesmo excrescências, a FAPESP sempre se destacou como exemplo de necessidade fundamental bem atendida, com orientação firme e coerente. Por isso conquistou a confiança da comunidade científica de São Paulo, e de todo o Brasil.(...) Agora, quando se trata de indicar um novo Diretor Científico para essa entidade, o Conselho da instituição apresenta ao Governador do Estado uma lista triíplice que merece reparos e faz temer quanto ao futuro da Fundação".

A SBPC também reagiu a essa lista, encaminhando ao presidente do Conselho da FAPESP e ao Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia, memorial da comunidade científica paulista sobre a escolha do Diretor Científico da FAPESP e propondo uma reformulação do Conselho Superior,<sup>82</sup> em atendimento à atual realidade científica do Estado.

---

<sup>81</sup> Entrevista com William Saad Hossne, concedida à autora, em Campinas, dia 28 de julho de 1992.

<sup>82</sup> No memorial encaminhado ao secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia, Prof. Max Feffer, em 30 de maio de 1978, a comunidade científica, além de apresentar a problemática relativa à indicação do diretor científico, propôs uma reformulação do Conselho Superior tendo em vista uma maior abertura na sua composição, de maneira que este representasse, efetivamente as várias parcelas da comunidade científica de São Paulo, considerando as alterações havidas nos Institutos de Pesquisa do Estado, a criação da Unesp, bem como de vários Institutos de Ensino Superior. Neste sentido, o Conselho Superior passaria a ser constituído por 14 membros assim distribuídos: 2 da USP, 2 da UNICAMP, 2 da UNESP, 2 dos Institutos de Ensino Superior, 2 dos Institutos da Secretaria da Agricultura, 2 dos Institutos da Secretaria da Saúde e 2 representantes do Governador.

Nesse memorial, com 267 assinaturas, os cientistas argumentavam que a atuação do Conselho Superior na elaboração da lista tríplice para escolha do Diretor Científico da Fundação, "quebrou uma conduta ética que vem refletindo o espírito democrático da comunidade científica paulista". Acrescentavam que, "não postulavam nomes, mas posições que reflitam uma filosofia de atuação e que transformaram a FAPESP mais em um espírito que numa instituição, pelo respeito que suas diretorias científicas souberam merecer de todos; e que não é a instituição um instrumento fácil de ser manuseado segundo destinos outros que não as reais convicções da comunidade científica, consciente de seu papel nos desígnios da nossa juventude e de nossa nação". Solicitavam que fosse sustado o encaminhamento da lista tríplice ao governador, até que as reivindicações encaminhadas fossem atendidas, "de modo que não se corresse o risco de ver alterada a política científica que rege a FAPESP desde sua fundação".<sup>83</sup>

Estas reações todas, possivelmente, estavam relacionadas com o fato de Pastore constar da lista tríplice e de ser ele identificado como um cientista com uma visão da atividade científica "voltada para o lucro". O secretário geral da SBPC, professor Carlos Alberto Diniz, em declaração sobre o assunto à Folha de São Paulo, destacava que houve quebra de um pacto político entre os integrantes da comunidade científica daquele Estado, ao indicarem membros do conselho para integrar a lista tríplice para Diretor Científico da FAPESP; a não indicação de membros do conselho tinha por objetivo evitar uma vinculação muito direta não só com o Estado, pois os doze membros do conselho eram escolhidos pelo governador, mas também entre o próprio órgão colegiado e o Diretor Científico da entidade. Aparentemente referindo-se a Pastore, dizia: "embora não faça restrições aos nomes que constam da lista tríplice, pelo menos quanto ao caráter de competência científica, inquieta-me ver entre eles o nome de um cientista que tem uma visão de organização da atividade científica que, ao meu ver, pode ter consequências péssimas".<sup>84</sup>

A organização da atividade científica a que se refere o professor Diniz é quanto à transformação de instituições de fomento à pesquisa, como a FAPESP, "em empresas voltadas para o lucro".

Com relação a esse episódio, Pastore declarou: "Eu nunca consegui entender porque os caras acharam anti-ético a minha indicação; talvez seja porque eu não sou das áreas básicas e também porque, durante o período que fui conselheiro,

<sup>83</sup> Memorial da comunidade científica paulista ao Conselho Superior da FAPESP, 1978, fl. 1-2.

<sup>84</sup> Assessor defende FAPESP contra o "envolvimento". Folha de São Paulo de 2 de junho de 1978.



eu questioneei a política seguida por eles. Outra hipótese é o fato de eu ter coordenado, no Governo Laudo Natel, um projeto na área de ciência e tecnologia, financiado pela USAID, cujo objetivo era o atendimento, pela universidade e institutos de pesquisa, às demandas dos usuários".<sup>85</sup>

Apesar da reação da comunidade científica, o Conselho Superior não alterou e ratificou a lista triplíce já encaminhada ao governador. Este, alegando a proximidade da época de renovação de um terço do Conselho, julgou que deveria aguardar a renovação para, posteriormente, apresentar a indicação do Diretor Científico e encaminhou à FAPESP uma proposta de alteração na composição do Conselho Superior. O Secretário de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, Oswaldo Palma, apontou nesta ocasião a necessidade de uma revisão dos Estatutos da FAPESP, alegando que a instituição já estava com 17 anos e que, portanto, seus Estatutos estavam desatualizados.

Transcorrido um ano, com a renovação do Conselho e o término do mandato de Pastore, foi elaborada uma nova lista triplíce<sup>86</sup> sendo indicado, para Diretor Científico, o professor Ruy C. Camargo Vieira. O Conselho Superior julgou "conveniente" não alterar a composição de seus membros, e nem o seu Estatuto, que continuam os mesmos até os dias atuais.

Este episódio mostra a vigilância e a preocupação da comunidade científica paulista na defesa dos princípios e das normas por ela definidos. Embora professor da USP, com competência científica comprovada, Pastore defendia outras idéias que não a professada pela comunidade da qual fazia parte. "Aquilo era uma igreja, é uma religião mesmo, o camarada que pensa diferente é herético. Para eles, naquele tempo, o economista não tinha nada a ver com ciência, não era considerado pesquisador".<sup>87</sup>

José Reis, um dos grandes defensores da FAPESP desde sua criação em 1947 e fundador da SBPC, cientista que pela sua história, expressa o pensamento da comunidade científica paulista e brasileira, destaca que "não basta ser bom cientista para ser indicado ao cargo de Diretor Científico, é preciso ter outras

<sup>85</sup> Entrevista já citada com José Pastore.

<sup>86</sup> Faziam parte da lista Ruy Carlos de Camargo Vieira (7 votos), William Saad Hossne (5) e Oswaldo Paulo Forattini (5). Também foram votados Rogério Cesar C. Leite (3) e Lourival Carmo Monaco (3).

<sup>87</sup> Entrevista citada com José Pastore. A Avaliação do prof. Pastore é provavelmente correta. Ainda que ele fosse professor universitário, o fato dele ser economista e de defender a idéia da necessidade de conectar o fomento da ciência às necessidades sociais e produtivas do país provocou uma reação da comunidade que via nesta idéia um disvirtuamento do "ethos científico".

qualidades, entre as quais, a identificação com os ideais da comunidade científica, com a política científica que esta recomenda e que o governo tem aceitado, como prova a criação da carreira de pesquisador científico e sua posição em face do empresariamento da ciência". (grifo nosso, Folha de São Paulo de 28 de maio de 1978 - o número da página não consta do xerox disponível)

Durante alguns anos os ânimos parecem ter se acalmado no Conselho Superior, até que, em 1985, o conselheiro Oswaldo Paulo Forattini retomou a questão do estabelecimento de prioridades, ao dizer que "por sermos um país em desenvolvimento e por estarmos em crise, devemos estabelecer prioridades ao investir os recursos da Fundação"<sup>88</sup> A declaração de Forattini foi provocada pela sua discordância com os investimentos por área realizados pela FAPESP em 84. Em resposta a essa intervenção, o conselheiro Oscar Sala propôs que a Diretoria Científica fizesse uma exposição ao Conselho Superior sobre a orientação e critérios adotados na análise, avaliação e encaminhamento das propostas recebidas.<sup>89</sup>

Foi, então, realizada uma reunião, com a presença de alguns coordenadores de áreas,<sup>90</sup> com o objetivo de discutir a política científica da Fundação e suas relações com a política científica e tecnológica do Estado de São Paulo e do país. Nesta ocasião, os coordenadores falaram sobre a análise e avaliação das propostas, conceitos sobre prioridades e outros aspectos da estratégia de apoio ao desenvolvimento científico dentro de suas respectivas áreas. Foram discutidas, também, questões importantes tais como: prioridades para pesquisa científica, formação e capacitação de recursos humanos para pesquisa, necessidade de estimular a publicação dos resultados, medidas de fomento à pesquisa em setores mais carentes, etc... e a insistência na necessidade de avaliações *a posteriori* dos resultados dos auxílios concedidos.

---

<sup>88</sup> Sobre as suas colocações no Conselho Superior, Paulo Forattini declarou que "se não temos muitos recursos disponíveis, não podemos nos dar ao luxo de não definir prioridades e não ter um planejamento de alocação de recursos; e que qualquer agência de fomento à pesquisa no Brasil deveria ter prioridades, mas não prioridades absolutas no sentido de esquecer as outras áreas, mas no sentido de definir algumas linhas de ação. Essa idéia de definir uma política nunca vingou no Conselho, a maioria dos conselheiros não pensavam assim e eu respeito seus valores. Os conselheiros achavam que se definíssemos uma política iríamos especializar a FAPESP, e esse era o risco que não deveríamos correr. Acho que agora com os projetos temáticos, a FAPESP tem atuado no sentido de definir linhas de ação". Entrevista com Oswaldo Paulo Forattini, concedida à autora, em São Paulo, dia 27 de junho de 1992.

<sup>89</sup> Ata da Reunião do Conselho Superior, de 6 de fevereiro de 1985, livro 3, p.92-93.

<sup>90</sup> Estavam presentes os coordenadores: João Paulo Gomes Monteiro (área de ciências humanas), Flávio Fava de Moraes e Ricardo Benzo Brenhani (área de ciências da saúde), Jacques Marcovith (área de economia e administração). Ata da Reunião do Conselho Superior, de 6 de março de 1985.

Nesta época, a FAPESP parecia estar sofrendo escassez de recursos, razão pela qual a discussão sobre o apoio a áreas consolidadas, emergentes ou àquelas prioritárias fazia-se urgente e dividia opiniões. Assim, o Diretor Presidente do Conselho Técnico Administrativo afirmava que a alocação de 2 a 3% dos recursos da Fundação para as áreas carentes não redundaria em prejuízo sensível para as já atendidas. Por outro lado, Oscar Sala argumentava a necessidade de se assegurar a sobrevivência das atividades em andamento, antes de se expandir o apoio a áreas novas.

Provocando a discussão sobre o estabelecimento de prioridades, o conselheiro Fernando Bento Homem de Mello lembrou que, conforme o artigo 3º, inciso VI da Lei Orgânica da Fundação, o CTA deveria apresentar um diagnóstico do que deve ser considerado prioritário. Respondendo a isto, o Diretor Científico disse que esse diagnóstico já constava do documento Avaliação e Perspectivas do CNPq, no qual os coordenadores de área da FAPESP se baseavam para fazer suas recomendações.

Manifestaram-se, também contra o estabelecimento de prioridades pela FAPESP, outros dois conselheiros. Um deles alegava que isso pode levar os pesquisadores a se orientarem pela oferta de recursos e não pelo interesse científico. O outro, Oscar Sala, argumentava que a função da FAPESP é apoiar pesquisas de bom nível, cabendo aos pesquisadores, e não a ela, formular programas que atendam aos interesses do desenvolvimento da ciência e ao bem estar da sociedade.<sup>91</sup>

Em setembro de 1986, o Presidente da Fundação constatou, ao examinar o cumprimento do orçamento daquele ano, que o desempenho das diversas áreas da pesquisa não era uniforme e preconizou uma análise mais detalhada do comportamento setorial a fim de que a FAPESP pudesse orientar melhor a utilização de seus recursos e influir mais positivamente na política científica do Estado.<sup>92</sup> Assim, quando da análise do relatório de 1986 pelo Conselho, foi discutida a distribuição prévia do orçamento entre as diversas áreas do conhecimento e a conveniência da FAPESP agir na identificação e promoção do desenvolvimento de setores retardatários da ciência em São Paulo.

Essa preocupação do Conselho com áreas científicas carentes foi reiterada no final de 1987 e início de 1988, pelo Presidente Oscar Sala. Nessa

---

<sup>91</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 6 de março de 1985, livro 3, p. 96-99.

<sup>92</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 17 de setembro de 1986, livro 4, p. 95.

ocasião, o conselheiro Jorge Nagle, era de opinião que a FAPESP deveria oferecer ao governo um estudo sobre a política científica e tecnológica do Estado e explicitar o papel que ela se propunha a desempenhar nessa política.

A primeira deliberação do Conselho no sentido de criar um instrumento de ação que contemplasse projetos temáticos dentro das prioridades definidas pelo governo do estado ocorreu em fevereiro de 1988. Nessa ocasião, decidiu-se investir cerca de US\$ 3,9 milhões do patrimônio líquido da Fundação em apoio a projetos dessa natureza, que envolvessem grupos de pesquisadores filiados a uma ou mais instituição. A ressalva feita é que a Fundação teria autonomia na análise, avaliação, decisão, acompanhamento e na administração dos recursos alocados a esses projetos especiais.

Atendendo à solicitação do Secretário de Ciência e Tecnologia, no início de 1989, foram realizadas reuniões com o objetivo de definir formas de participação da FAPESP na formulação e execução da política de ciência e tecnologia do Estado. Com base nestas reuniões, das quais participaram membros do Conselho Superior, do Conselho Técnico Científico, e pessoas com experiência no desenvolvimento industrial, a FAPESP se propôs a colaborar na formação de grupos de trabalho com a função de estudar as prioridades definidas pelo governo e identificar possíveis gargalos, cuja solução requer pesquisa.

No início de 1990, quando da revisão de sua Lei Orgânica após a duplicação de sua dotação pela Constituição de 89, o Secretário de Ciência e Tecnologia, Luís Gonzaga Beluzzo, sugeriu que, face ao maior orçamento, a Fundação adotasse uma posição de induzir mais o desenvolvimento científico através da identificação de áreas e temas prioritários para pesquisa e treinamento e auxílios institucionais. O conselheiro Jorge Nagle pronunciou-se favorável a que a nova Lei Orgânica fosse mais explícita quanto às linhas básicas da política científica da Fundação. Esse assunto foi amplamente discutido pelos conselheiros que consideravam desejável que a Fundação exercesse liderança no desenvolvimento científico do Estado através de suas iniciativas e programas. Entretanto, achavam essencial que as suas atividades não fossem restringidas por normas e regulamentos rígidos e definidos *a priori* que pudessem vir a limitar sua flexibilidade e sua capacidade de ajuste às mudanças de condições e oportunidades.<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 14 de Fevereiro de 1990.

Também no início de 1990, o Conselho Superior aprovou proposta da Diretoria Científica no sentido de apoiar uma nova forma de auxílio à pesquisa. Considerando o fato de já terem formado em São Paulo, numerosos grupos de pesquisadores, nas diversas áreas do conhecimento, que trabalhavam em torno de um tema comum, a Diretoria Científica propôs uma modalidade de apoio a grupos temáticos de pesquisa. Essa nova modalidade de auxílio visa a assegurar maior autonomia e flexibilidade a esses grupos, além de contribuir para uma maior integração e cooperação interdisciplinar.

Nesse mesmo ano, o presidente apontou a necessidade de que a FAPESP analisasse em profundidade a sua estratégia de apoio à pesquisa tecnológica. Por deliberação do Conselho, foi formado um grupo de trabalho para que, em colaboração com a Diretoria Científica, estabelecesse uma orientação para atuação da Fundação neste setor. Esse grupo composto pelo Dr. Alberto P. de Castro, Dr. Marcos F. de Almeida e pelo Diretor Científico Dr. Flávio Fava de Moraes, após várias reuniões com representantes da área acadêmica e do setor produtivo - para definição de estratégia a ser adotada no apoio à pesquisa tecnológica - concluiu que a Fundação deve dar apoio à pesquisa tecnológica, mas sem comprometer o seu apoio à pesquisa acadêmica.<sup>94</sup>

A política da FAPESP tem sido a de contemplar todas as áreas do conhecimento através do atendimento à demanda representada pela iniciativa dos pesquisadores. Embora, historicamente, esta forma de apoio tenha sido preponderante, não foi a única, como mostram os relatórios anuais, através das iniciativas e de suas mais recentes formas de atividade como os projetos especiais, os projetos temáticos de equipe e o programa de livros científicos. Entretanto, alterações na política de atuação da Fundação ou introdução de novas linhas de atuação partem sempre de propostas da comunidade científica, através de seus pesquisadores ou do entendimento entre a Diretoria Científica e seus assessores, e são implantadas depois de discutidas e aprovadas pelo Conselho Superior.

A FAPESP não aloca recursos por área. Ela trabalha com caixa única e todas as áreas competem pelo mérito do projeto, que é o mais importante critério de aprovação utilizado, independentemente da área. Não há uma distribuição prévia dos recursos do fomento para as diversas áreas, o que determina, em grande medida, o

---

<sup>94</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 12 de fevereiro de 1992, livro 5, p. 25.

nível de atendimento é a demanda. A capacidade dos cientistas de cada área de articular demandas é que possibilita o incremento de verbas para as áreas.

Como pudemos observar, embora a FAPESP, na sua trajetória, tenha se preocupado, em alguns momentos, em voltar-se para os problemas sociais e econômicos ao estabelecer sua política de atuação, estes foram pontuais e nunca predominaram sobre a demanda e a supremacia da comunidade científica paulista, representada no Conselho Superior e na Diretoria Científica, órgãos responsáveis pela definição e operacionalização de sua política.

Sua política consubstanciada na demanda qualificada da comunidade científica através do critério de excelência não se alterou, nem mesmo quanto às ações indutoras estabelecidas pela Fundação, como as iniciativas, os projetos especiais, os temáticos de equipe, e outros, que sempre foram estabelecidos após consulta à comunidade. Estes elementos evidenciam a autonomia decisória da comunidade científica sobre a política da Fundação.

As atas do Conselho Superior evidenciaram, em várias ocasiões, a existência de conselheiros que colocavam a necessidade ou a *conveniência* de se estabelecer uma política de ciência para a FAPESP, de se definir áreas prioritárias, de se ter um plano voltado para o desenvolvimento econômico e social. Explicitam um conflito exposto por alguns conselheiros que não conseguiram alterar, ao longo do tempo, a política da Fundação. Deve-se ressaltar que Marchini e Meiller, no documento "Ciência e Pesquisa", previam uma intervenção do Estado no sentido de direcionar a atividade científica. Para eles "O Estado deveria proporcionar à ciência e à pesquisa científica os seguintes elementos fundamentais: apoio amplo, material e moral e orientação através da elaboração de programas e planos, tendo em vista unicamente o interesse geral da coletividade, e que a Fundação deveria prever o estabelecimento de diretrizes, planos, programas e critérios de prioridades "(Anexo I, p.38) Está previsto na Lei Orgânica da FAPESP, em seu artigo terceiro, que a Fundação deve promover periodicamente estudos sobre o estado geral da pesquisa em São Paulo e no Brasil, identificando os campos que devam receber prioridade de fomento.

Recentemente, Flávio Fava, Diretor Científico, numa palestra na UNICAMP, disse que "a FAPESP nunca definiu prioridades" e classificou a atuação da FAPESP de "autêntico liberalismo intelectual". Disse também que "esse procedimento, ao longo dos trinta anos, foi acomodando as coisas, mostrando quem faz e quem não faz as coisas. É um procedimento "caótico "em termos de fazer política de ciência e

tecnologia. Hoje a FAPESP está em condições de tentar intervenção em nível de grupos, de equipes. A FAPESP é muito conservadora (conservadora no que é bom), muda devagar, mas com muito cuidado".<sup>95</sup>

Sobre a existência de conflitos na história do Conselho, Fava declarou que a preocupação em definir prioridades e planos de ação para a FAPESP era expressa por uma minoria. No Conselho, continua valendo o mérito científico.

Antes de concluir esta análise sobre a política de atuação da FAPESP, vale uma pequena reflexão sobre as razões da resistência da comunidade em definir prioridades de investimento para a Fundação. É evidente que não é suficiente afirmar que a comunidade resistia ao estabelecimento de uma política como mecanismo de auto-defesa, isto é, para conservar um espaço conquistado de poder. Outros fatores também desempenharam um papel. Entre esses, destaca-se a falta de um projeto nacional onde ficasse claro o papel a ser desempenhado pela pesquisa científica. No esforço de planejamento feito neste país, principalmente a partir de meados da década de 70, havia uma clara incompatibilidade entre a política industrial e a política científica e tecnológica <sup>96</sup>. Assim, se o desenvolvimento científico e tecnológico endógenos não representavam muito para a política de industrialização posta em prática, como vincular uma coisa à outra? Como decorrência da política de industrialização implementada, nunca houve demanda explícita por ciência e tecnologia da parte do setor produtivo.

Em suma, na ausência de um projeto nacional que exigisse desenvolvimento local de ciência e tecnologia, talvez só restasse à comunidade científica o caminho pelo qual optou: preparar o país cientificamente para que, quando as demandas apareçam, ele seja capaz de responder a elas. Nesse sentido, talvez a opção pelo "liberalismo intelectual" enquanto política de atuação tenha sido acertada.

## II. 2 - PROCESSO DECISÓRIO

A FAPESP possui uma estrutura administrativa definida desde sua instituição pela Lei Orgânica nº 5.918, de 18 de outubro de 1960, e regulamentada pelo decreto nº 40.132, de 23 de maio de 1962, que aprova seus Estatutos.<sup>97</sup> Estes

---

<sup>95</sup> Pronunciamento do Diretor Científico Flávio Fava de Moraes no Instituto de Geociências da UNICAMP, dia 13 de abril de 1992.

<sup>96</sup> A esse respeito ver Albagli, 1988:65.

<sup>97</sup> Os estatutos da FAPESP foram aprovados pelo Conselho Superior em 23 de março de 1962, pelos conselheiros presentes: Antonio Barros de Uihôa Cintra, José Ulpiano de Almeida Prado, Alberto Carvalho

instrumentos determinaram, claramente, as responsabilidades e designações de todos os seus órgãos, constituindo-se de um Conselho Superior, um Conselho Técnico-Administrativo, uma Assessoria Técnica Científica e Serviços de Administração.<sup>98</sup>

A estrutura fundamental da FAPESP não foi alterada durante todos esses anos. Algumas novas unidades no nível administrativo e no nível decisório foram incorporadas no sentido de dinamizar o atendimento em função do crescimento da demanda nos últimos anos. A estrutura atual da FAPESP pode ser visualizada no organograma a seguir.

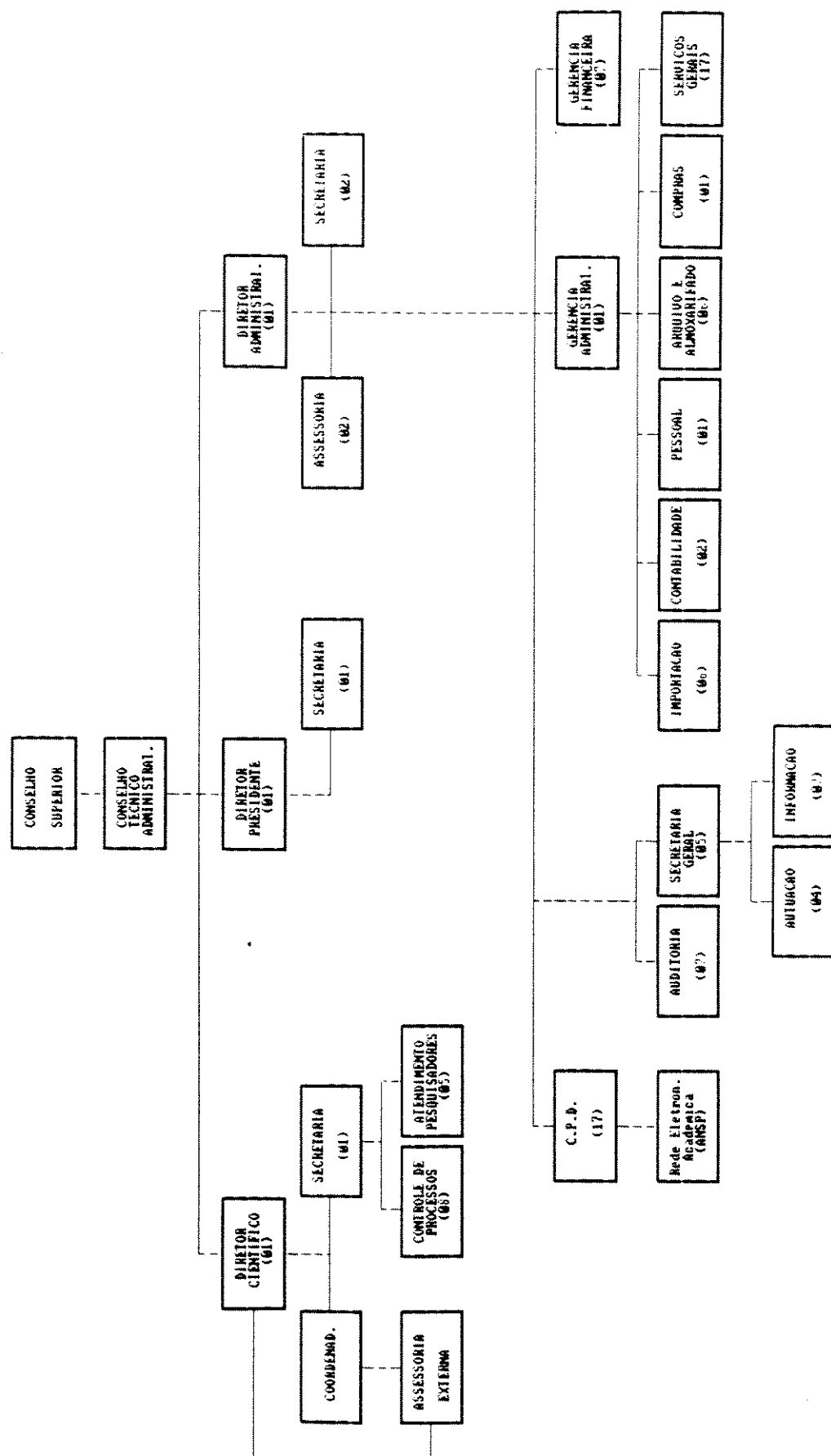
---

da Silva, Enzo Azzi, Florestan Fernandes, Paulus Aulus Pompéia e Paulo Emílio Vanzolini. Ata da reunião do Conselho Superior, de 23 de março de 1962, Livro 1, p.8.

<sup>98</sup> Em 1968 a FAPESP fica vinculada à Secretaria de Educação. Em 1975 passa a vincular-se à Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia. Com a criação, em 1979 da Secretaria de Estado da Indústria, Ciência e Tecnologia a FAPESP passa a vincular-se a ela. Finalmente em 1988 passa a vincular-se à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.(FUNDAP;1990:191-92.



# FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SAO PAULO ORGANOGRAMA



O Conselho Superior (CS) é composto por doze membros nomeados pelo governador, dos quais seis são de sua livre escolha, entre pessoas de reconhecida reputação e cultura; três escolhidos entre os indicados de listas tríplices pela USP, e três escolhidos entre os indicados em listas tríplices apresentadas conjuntamente pelos demais Institutos de Ensino Superior e de Pesquisa, oficiais ou particulares, em funcionamento no Estado de São Paulo. O mandato é de seis anos, podendo ser renovado uma única vez. A cada dois anos, um terço do Conselho é renovado, e a função de conselheiro não é remunerada.

Um aspecto a destacar é que a falta, justificada ou não, de um conselheiro a duas reuniões ordinárias implica na perda automática do seu mandato.

Embora metade dos componentes do Conselho seja de indicação do governador, tradicionalmente, esse tem privilegiado na sua escolha, cientistas ou professores da academia, com raríssimas exceções para o empresariado.<sup>99</sup>

Existe consenso entre os entrevistados no sentido de que são raros os casos de injunção política junto à FAPESP. Mesmo durante a vigência do regime militar, a FAPESP parece ter sido preservada, conforme relata William Saad Hossne: "a FAPESP tem sido respeitada na sua trajetória porque desde o começo conseguiu implantar um espírito de responsabilidade e de compromisso exclusivo com a pesquisa científica e não com outros fatores. Felizmente, isso criou uma espécie de intocabilidade da FAPESP, e isso é respeitado até hoje. Do meu conhecimento, nunca houve injunções por parte dos conselheiros nomeados pelo governador. Quando assumi a diretoria científica em dezembro de 1964, uma fase conturbada, a FAPESP estava com dois anos de vida e num período de implantação. Nesta ocasião recebi uma visita do segundo exército. A FAPESP não era muito conhecida e eles queriam informações sobre o funcionamento da Fundação. Eles me perguntaram como eram escolhidos os assessores, e eu respondi que eram as pessoas competentes da comunidade científica. Eles, então, me pediram a relação dos nomes da assessoria. Eu respondi que eram de confiança do Diretor Científico e que os nomes deveriam ser protegidos, pois era sigiloso e que somente o Diretor Científico tinha essa informação, e fazia parte do sistema o sigilo dos nomes. Um subalterno do general, que estava presente, falou que era uma ordem e que eu não havia entendido. Eu disse que havia entendido perfeitamente, que compreendia, mas não poderia, como Diretor Científico,

---

<sup>99</sup> Fez parte do primeiro Conselho da FAPESP o empresário Luis Eulálio Bueno de Vidigal, nomeado em 1961, Jorge de Souza Rezende em 1967 e em 1973 José Mindlim. Atas do Conselho Superior, de 15 de maio de 1961, livro 1, p.6. e de 31 de julho de 1973, livro 1, p.84.

abrir mão das informações. Logo depois, o general disse que concordava comigo, e que eu estava certo. Foi um momento em que, se nós tivéssemos cedido, isso talvez tivesse aberto um precedente".<sup>100</sup>

A principal atribuição do Conselho Superior é determinar a orientação geral da Fundação do ponto de vista da política científica, administrativa, financeira e patrimonial. Sua função é deliberativa, estabelecendo as decisões estratégicas, deixando para o Conselho Técnico Administrativo (CTA) a execução, ou seja, as tarefas de operacionalização e implementação da política da Fundação.

O governador Carvalho Pinto, ao possibilitar a efetiva instalação da FAPESP na década de 60, passou ao reitor da USP, Antonio Barros de Uihôa Cintra a incumbência de implantá-la. Nesse sentido foi realizada, na reitoria da USP, em 29 de dezembro de 1960, uma primeira reunião para eleição das listas tríplexes, de representantes de Institutos de Ensino Superior e de Pesquisa oficiais e particulares, em atendimento ao parágrafo 3º do artigo 7º da Lei 5618<sup>101</sup>, para serem encaminhadas ao governador. Para essa reunião foram convocadas 80 instituições, tendo comparecido e votado 50.<sup>102</sup>

Em 15 de maio de 1961 realizou-se a primeira reunião do Conselho Superior<sup>103</sup> da FAPESP, no gabinete do reitor da USP, com o objetivo de elaborar as listas tríplexes a serem encaminhadas ao governador para nomeação do presidente e vice-presidente do CS. Os mais votados foram: Antonio Barros de Uihôa Cintra (9 votos), Florestan Fernandes (5), Paulo Emílio Vanzolini (5); e para vice foram: José Ulpiano de Almeida Prado (9), Paulus Aulus Pompéia (8) e Alberto Carvalho da Silva (5) ) Diretor Presidente do CTA até agosto de 1993.

A composição do primeiro Conselho Superior da FAPESP reflete claramente uma atuação quase absoluta da comunidade científica na sua constituição, com participação predominante da USP (92%), sendo que dos 12 membros do CS, 10

---

<sup>100</sup> Entrevista já citada com William Saad Hossne.

<sup>101</sup> Este artigo se refere à composição do Conselho Superior e em seu parágrafo 3º estabelece: "três membros serão escolhidos pelo Governador do Estado dentre os indicados em listas tríplexes apresentadas conjuntamente pelos demais Institutos de Ensino Superior e de Pesquisa, oficiais ou particulares, em funcionamento no Estado de São Paulo.

<sup>102</sup> Ata de eleição dos representantes dos Institutos de Ensino Superior e de Pesquisa, do dia 29 de dezembro de 1960, livro 1, p. 1.

<sup>103</sup> O primeiro Conselho Superior da FAPESP era constituído por: Antonio Barros de Uihôa Cintra, Frederico Pimentel Gomes, Florestan Fernandes, Otávio Gaspar Ricardo, Enzo Azzi, Paulus Aulus Pompéia, Alberto Carvalho da Silva, Carlos da Silva Lacaz, José Ulpiano de Almeida Prado, Paulo Emílio Vanzolini e Luis Carlos Junqueira.

pertenciam a essa universidade.<sup>104</sup> A USP ocupou também as posições de comando da FAPESP, a presidência e a vice-presidência do Conselho e o cargo da Diretoria Científica. Os cientistas não só predominaram numericamente como também ocuparam os postos estratégicos de comando da Fundação. Esta situação se manterá constante na trajetória da FAPESP, em todos os postos, com uma pequena alteração na participação da USP no Conselho Superior na última década, conforme podemos observar nos quadros a seguir.

---

<sup>104</sup> Comparando com o primeiro Conselho Deliberativo do CNPq, verificamos que este reflete amplamente a associação de cientistas e militares. Dos 23 membros, 9 pertenciam a Academia Brasileira de Ciências, os militares ocuparam as posições de comando, ficando com a presidência e a vice-presidência e tinham ainda um representante do Estado Maior das Forças Armadas e o controle da secretaria do Conselho. Havia também representantes da alta burocracia pública federal de quatro ministérios: Relações Exteriores, Trabalho, Indústria e Comércio, Agricultura e um representante do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Embora em termos numéricos houvesse predominância de cientistas, os militares ocupavam postos estratégicos de comando junto ao órgão deliberativo máximo do CNPq (Forjaz, 1988:18).

## QUADRO II. 1

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Porcentuais de Conselheiros por instituição

| INSTITUIÇÃO                       | 1961  | 1963  | 1965  | 1967  | 1969  | 1971  | 1973  | 1975  | 1977  | 1979  | 1981  | 1983  | 1985  | 1987  | 1989  | 1991  |
|-----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| USP                               | 76,92 | 83,33 | 75,00 | 66,67 | 75,00 | 66,67 | 66,67 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 75,00 | 66,67 | 50,00 | 50,00 | 41,67 | 58,33 |
| UNICAMP                           | -     | -     | -     | -     | -     | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 8,33  | 8,33  | 8,33  | -     | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,67 |
| UNESP                             | -     | 8,33  | -     | -     | -     | -     | -     | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 16,67 | 33,33 | 25,00 | 16,67 | 25,00 | 25,00 |
| Escola Engenharia Mauá            | 7,69  | -     | 8,33  | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     |
| PUC                               | 7,69  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     |
| Empresário                        | 7,69  | -     | -     | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     |
| FFCL Rio Claro                    | -     | -     | 8,33  | 8,33  | 8,33  | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     |
| Secretaria de Educação            | -     | -     | -     | 8,33  | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     |
| Instituto de Biologia de Botucatu | -     | -     | -     | -     | 8,33  | 8,33  | 8,33  | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     |
| Instituto Agrônômico de Campinas  | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | 8,33  | 8,33  | -     | -     | -     | -     | -     | -     |
| IPT                               | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | 8,33  | 8,33  | 8,33  | -     |
| Fundação Getúlio Vargas           | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | 8,33  | 8,33  | -     |

Fonte: Atas do Conselho Superior da FAPESP

## QUADRO II. 2

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Percentuais de Conselheiros por Grande Área

| GRANDE ÁREA                | 1961  | 1963  | 1965  | 1967  | 1969  | 1971  | 1973  | 1975  | 1977  | 1979  | 1981  | 1983  | 1985  | 1987  | 1989  | 1991  |
|----------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Ciências da Saúde          | 30,77 | 41,67 | 25,00 | 25,00 | 16,67 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 33,33 | 25,00 | 33,33 | 16,67 | 16,67 | 8,33  | -     |
| Ciências Humanas           | 23,08 | 25,00 | 25,00 | 33,33 | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 0,00  | 16,67 | 25,00 | 25,00 | 16,67 | 16,67 |
| Ciências Agrárias          | 7,69  | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 16,67 | 25,00 |
| Engenharias                | 7,69  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 16,67 | 8,33  | -     | -     | 16,67 | 25,00 | 16,67 | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  |
| Ciências Exatas e da Terra | 7,69  | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 16,67 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 8,33  | 25,00 | 16,67 | 25,00 | 25,00 | 25,00 | 25,00 |
| Ciências Biológicas        | 15,38 | 8,33  | 16,67 | -     | -     | -     | -     | -     | 8,33  | 16,67 | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 8,33  |
| Ciências Sociais Aplicadas | -     | -     | 8,33  | 8,33  | 8,33  | 16,67 | 41,67 | 41,67 | 25,00 | 8,33  | 8,33  | 0,00  | 8,33  | 8,33  | 16,67 | 16,67 |
| Não Informado              | 7,69  | -     | -     | 8,33  | 8,33  | 16,67 | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     | -     |

Fonte: Atas do Conselho Superior da FAPESP

## QUADRO II. 3

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Percentuais de Conselheiros por Instituição de maio 1961 à maio 1992

| INSTITUIÇÃO                       | PERCENTUAL |
|-----------------------------------|------------|
| USP                               | 69,01      |
| Escola Engenharia Mauá            | 1,41       |
| PUC                               | 1,41       |
| Empresário                        | 5,63       |
| FFCL Rio Claro                    | 1,41       |
| Secretaria de Educação            | 0,00       |
| Instituto de Biologia de Botucatu | 0,00       |
| UNICAMP                           | 8,45       |
| Instituto Agrônômico de Campinas  | 1,41       |
| UNESP                             | 9,86       |
| IPT                               | 1,41       |
| Fundação Getúlio Vargas           | 0,00       |
|                                   |            |

Fonte : Atas do Conselho Superior da FAPESP.

## QUADRO II. 4

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Percentuais de Conselheiros por Grande Área de maio 1961 à maio 1992

| GRANDE ÁREA                | PERCENTUAL |
|----------------------------|------------|
| Ciências da Saúde          | 22,69      |
| Ciências Humanas           | 15,13      |
| Ciências Agrárias          | 6,72       |
| Engenharias                | 10,92      |
| Ciências Exatas e da Terra | 20,17      |
| Ciências Biológicas        | 5,88       |
| Ciências Sociais Aplicadas | 19,33      |
| Não Informado              | 4,20       |

Fonte: Atas do Conselho Superior da FAPESP.



A análise da participação das instituições e das áreas, no Conselho Superior - órgão máximo da FAPESP -, no período 1960/1992, mostra como se configurou a estrutura de poder interno na Fundação, neste período.

Quanto à representação das grandes áreas do conhecimento, no período de maio de 61 a maio de 92, no Conselho Superior, evidencia-se que há uma preponderância das ciências da saúde (22,69%), seguida das ciências exatas e da terra (20,17%) e das ciências sociais e aplicadas (19,33%). As ciências da saúde terão uma participação significativa no Conselho Superior até meados da década de 80, com exceção para o ano de 69, em que predominaram as ciências exatas e da terra, e para o ano de 73 e 75, em que predominaram as ciências sociais e aplicadas. Em 79, encontramos uma representação equilibrada das áreas de ciências da saúde, exatas e sociais, com uma retomada da primazia da área de saúde no final da década de 70 e início de 80. A partir de meados da década de 80 começa a haver uma leve alteração na representação, tanto das áreas como das instituições no Conselho Superior. Tais alterações resultaram em algumas mudanças na orientação da política da Fundação, conforme podemos verificar pelos fatos recentes ocorridos, relacionados ao financiamento de projetos voltados para a área tecnológica ligados às empresas, e a sistemática de indicação do diretor do CTA, em agosto de 1993.

O *locus* do processo decisório da FAPESP é o Conselho Técnico Administrativo que é constituído por um Diretor Presidente, um Diretor Científico e um Diretor Administrativo, escolhidos pelo Governador, a partir de listas triplas organizadas pelo Conselho Superior.

O Diretor Presidente participa de todas as decisões relativas ao funcionamento administrativo da Fundação; é ele que estabelece a relação entre o Conselho Superior e o Conselho Técnico-Administrativo. O Diretor Administrativo responde pelos serviços burocráticos, financeiros, pelos setores de importação, expediente geral e auditoria; conta também com uma assessoria jurídica. A Diretoria Administrativa é estruturada no sentido de dar apoio aos pesquisadores e bolsistas; a ela está subordinado, também, o Centro de Processamento de Dados, responsável pela informatização da FAPESP e sede da Rede Eletrônica Acadêmica - ANSP, que possibilita aos cientistas de São Paulo a comunicação ampla e imediata com os centros de pesquisa no exterior.

O centro das atividades da Fundação é a Diretoria Científica, que tem como função elaborar, orientar e executar os programas de amparo à pesquisa

científica, com o auxílio da Assessoria Técnico-Científica. É essa diretoria a responsável pela concessão ou não dos pedidos de bolsas ou auxílios solicitados e pelo planejamento e execução dos projetos especiais de iniciativa da Fundação.

O cargo de Diretor Científico tem sido, tradicionalmente, atribuído a um pesquisador experiente, reconhecido pela comunidade científica e que esteja em plena atividade profissional. Flávio Fava, atual Diretor Científico, admite que o poder do Diretor Científico na estrutura da FAPESP é espantoso, é muito forte. Para ele, entretanto, isso não cria problemas porque: "como o Diretor Científico, via de regra, desde o início de sua história até agora, e eu vou ter a modéstia de excluir-me, foram pessoas que tinham aceitabilidade na sua vida acadêmica de laboratório, tinham currículos compatíveis com a função, não deixando de ser a própria comunidade. Eu acho que o Diretor Científico, inclusive, é a peça que representa mais a comunidade dentro da FAPESP, do que a FAPESP para a comunidade. Ele é muito mais um interlocutor de seus colegas, perante a instituição, do que um divulgador da instituição perante seus colegas".<sup>105</sup>

O poder do Diretor Científico foi definido, desde sua institucionalização, quando da elaboração de sua Lei Orgânica. Quando elaborou a Lei da FAPESP, Vanzolini conta que procurou evitar os erros da estrutura do CNPq, onde quem resolve é um colegiado. Optou, assim, por um Diretor Científico, que, segundo ele, "é um verdadeiro czar, mas que presta contas para o Conselho Superior e publica um relatório, anualmente, com todo tostão que foi gasto". Argumenta que: "a decisão na FAPESP, não é perfeita, é lógico; é brasileira, também. Mas considero uma decisão muito mais perfeita do que a do CNPq, porque é feita por um indivíduo que tem a responsabilidade. Não dilui a responsabilidade num colegiado. Ele sabe que mora numa casa de vidro, cheia de microscópios em cima. Porque em sociedade, tudo se sabe".(Vanzolini, 1987:24-25)<sup>106</sup>

Segundo Forjaz, desde a criação da FAPESP até hoje, os cargos da Diretoria Científica foram ocupados por cientistas com perfil onde se destacam as seguintes características: alto grau de excelência científica, ligação com as instâncias

<sup>105</sup> Entrevista com o Diretor Científico da FAPESP, Flávio Fava de Moraes, concedida à autora, em São Paulo, dia 27 de julho de 1992.

<sup>106</sup> É importante ressaltar que Marchini e Meiller no documento "Ciência e Pesquisa" ao apresentarem as características que a entidade de amparo à pesquisa deveria ter quanto a sua organização para assegurar "um funcionamento ao mesmo tempo eficiente, flexível e bem controlado, destacam a necessidade da entidade ser dotada dos seguintes órgãos principais: um órgão supremo, orientador geral, coletivo e deliberativo e um órgão executivo centralizado num único chefe, com amplos poderes, responsabilidade, indicado pelo órgão deliberativo, previamente selecionado e que fosse qualificado (grifo da autora)(Marchini e Meiller, 1947a).

mais consagradas pela comunidade científica, participação nas universidades e associações mais legítimas do mundo acadêmico. A autora observa, também, que todos eles, sem exceção, se bacharelaram na Universidade de São Paulo, fato que aponta para uma grande imbricação entre essas duas instituições e que a própria história da Fundação confirma. São entidades irmãs e que sempre se desenvolveram entrelaçadas, tendo ambas sido gestadas no bojo de projeto dos mesmos grupos dirigentes de São Paulo. A FAPESP significou enormes possibilidades de ascensão, afirmação e prestígio para as novas levas de professores, pesquisadores e cientistas formados naquela universidade. Segundo a autora, apesar de que o apelido da FAPESP, nos seus primórdios, fosse FAPUSP, "os cardeais" (expressão com a qual são designados os gestores da FAPESP junto à comunidade científica em São Paulo) não querem reconhecer a existência de laços entre as duas instituições (1989:27).

A FAPESP teve, nos seus trinta anos de existência, seis Diretores Científicos, sendo que dois deles tiveram mais de um mandato, fator que tem contribuído para a estabilidade e continuidade da política desenvolvida pela Fundação desde sua implantação. Os quadros II.5. e II.6. a seguir apresentam a trajetória acadêmico-científica dos Diretores Científicos da FAPESP.

## QUADRO II.5

### TRAJETÓRIA ACADÊMICO – CIENTÍFICA DOS DIRETORES CIENTÍFICOS DA FAPESP

| DIRETORIA CIENTÍFICA                                 | NASCIMENTO                             | BACHARELADO                                                                                    | DOCTORAMENTO/<br>LIVRE – DOCÊNCIA/<br>CATEDRA                                                  |
|------------------------------------------------------|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Warwich E. Kerr<br>(1962 – 1964)                     | Santana do Parnaíba (SP)<br>09/07/1922 | Engenharia Agroeconômica<br>Escola Superior de Agricultura<br>Luiz de Queiróz (1945)           | Doutor em Genética na ESALQ<br>(1948)                                                          |
| William Saad Hosne<br>(1964 – 1967)<br>(1974 – 1980) |                                        | Medicina<br>Faculdade de Medicina da<br>USP (1951)                                             | Livre – Docente de Clínica<br>Cirúrgica na Faculdade de<br>Medicina – USP (1958)               |
| Alberto C. da Silva<br>(1968 – 1969)                 | Porto – Portugal<br>1916               | Medicina<br>Faculdade de Medicina da<br>USP (1940)<br>Química<br>Faculdade de Filosofia<br>USP | Prof. Catedrático em<br>Fisiologia – 1964<br>Faculdade de Medicina da<br>USP                   |
| Oscar Sala<br>(1969 – 1974)                          | Milão – Itália<br>26/03/1922           | Física<br>Faculdade de Filosofia<br>USP (1945)                                                 | Prof. Catedrático em Física<br>Nuclear da Faculdade de<br>Filosofia – USP<br>1962              |
| Ruy C. Carmargo Vieira<br>(1980 – 1985)              | São Carlos (SP)<br>15/06/1930          | Engenharia<br>Escola Politécnica da<br>USP – 1953                                              | Prof. Catedrático de Física –<br>Técnica na Escola de Engenharia<br>de São Carlos – USP – 1966 |
| Flávio F. de Moraes<br>(desde 1985)                  | Lins (SP)<br>23/05/1938                | Odontologia<br>Faculdade de Odontologia<br>USP – 1960                                          | Livre – Docência na Faculdade<br>de Odontologia – USP<br>1969                                  |

Fonte: M.C.S. Forjaz, "As Ciências Sociais na FAPESP", Textos Idesp, série Histórica das Ciências Sociais Nº 10.

Idesp, São Paulo, 1989, p.25.

## QUADRO II.6

### TRAJETÓRIA ACADÊMICO-CIENTÍFICA DOS DIRETORES CIENTÍFICOS DA FAPESP

| DIRETORIA CIENTÍFICA NA FAPESP                       | TREINAMENTO NO EXTERIOR                                                                                                                   | TRAJETÓRIA                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Warwirth E. Kerr<br>(1962 – 1964)                    | Prof. Visitante da Universidade da Califórnia; Pesquisador Universidade de Wisconsin; Especializado na Universidade de Columbia           | Presidente da SBPC (1969 – 1973); organizou o Depto de Biologia da Faculdade de Filosofia de Rio Claro (USP); Prof. titular de Genética na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e do Museu Emílio Goeldi (CNPq).            |
| William Saad Hosne<br>(1964 – 1967)<br>(1974 – 1980) |                                                                                                                                           | Prof. da Faculdade de Medicina da USP (1961 – 1965); Chefe do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina de Botucatu (UNESP); Assessor do CNPq (1979 – 1983) Vice-Presidente do Conselho Superior da FAPESP (1983 – 1989); Reitor da Universidade de São Carlos (1979 – 1983). |
| Alberto C. da Silva<br>(1968 – 1969)                 | Bolsista da Fundação Rockefeller na Universidade de Yale (1946 – 1947); Bolsista da Fundação Rockefeller no M.I.T. – Massachusetts – 1960 | Membro do Conselho da SBPC (1948 – 1951); representante dos Profs. – Adjuntos no Conselho Universitário da USP; membro do Conselho Superior da FAPESP (1961 – 1968) e (1983 – 1984); diretor-Presidente da FAPESP desde 1984.                                                         |
| Oscar Sala<br>(1969 – 1974)                          | Bolsista da Fundação Rockefeller na Universidade de Illinois 1946. Estágio na Universidade de Wisconsin 1948.                             | Presidente da Sociedade Brasileira de Física (1966 – 1967). Presidente da SBPC (1973 – 1979); Presidente da Academia de Ciências do Estado de São Paulo; Presidente do Conselho Superior da FAPESP; Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências (1983 – 1989).                 |
| Ruy C. Camargo Vieira<br>(1980 – 1985)               | Estágio na Universidade Central da Venezuela<br>Estágio na Iowa State University                                                          | Diretor da Academia de Ciências do Estado de São Paulo (desde 1985); Subsecretário de Política e Educação do MEC (desde 1986); Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Universitários – DAU/MEC (1976 – 1979); Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Engenharia.       |
| Flávio F. de Moraes<br>(desde 1985)                  | Prof. Visitante da Universidade de Michigan (1970 – 1971).                                                                                | Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas da USP (1982 – 1986); assessor da FINEP e da CAPES (desde 1980); Diretor Executivo da FUVES (1984).                                                                                                                                       |

Fonte: M.C.S. Forjaz, "As Ciências Sociais na FAPESP". Textos Idesp, série História das Ciências Sociais No. 10, Idesp, São Paulo, 1989, p.26.

A FAPESP teve, desde sua instituição em 60 até aos dias atuais, a mesma estrutura administrativa e decisória, com acréscimo de algumas atribuições no nível administrativo e no nível decisório, em função do crescimento da demanda nos últimos anos. Tanto no Conselho Superior como na Diretoria Científica, a FAPESP manteve, ao longo desse período, a mesma política de atuação, principalmente pela alternância nos cargos desses órgãos de um segmento da comunidade científica paulista, que está no poder desde sua criação - a elite acadêmica da USP.

Comparando com a trajetória do CNPq verificamos que, desde sua criação em 1951 até julho de 1993, ou seja, em 42 anos de existência, a instituição teve 15 presidentes.<sup>107</sup>

A estrutura administrativa do CNPq neste período foi alterada em várias oportunidades em função das diferentes missões que assumiu e das condições que lhe foram conferidas para o desempenho de suas atribuições. Na sua primeira fase, de 1951 a 1975, denominado Conselho Nacional de Pesquisas, subordinava-se diretamente ao Presidente da República, a quem cabia nomear o presidente e o vice-presidente da instituição, assim como os 23 membros do Conselho Deliberativo, que era o órgão soberano de planejamento e orientação das atividades do CNPq, constituído por expoentes da comunidade científica e representantes de vários ministérios. Nesta primeira fase, sua missão estava voltada para o domínio da tecnologia nuclear e para o atingimento de objetivos voltados para atividades de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico: concessão de bolsas para formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e auxílios à pesquisa, reuniões científicas e intercâmbio com instituições estrangeiras. Assumiu, na década de 50, a gestão de vários institutos de pesquisa, passando a desempenhar, além do papel de financiador de atividades de pesquisa e desenvolvimento, o de execução direta de pesquisas. Desta forma, desde sua origem, duas funções assumiram contornos nítidos e marcaram sua identidade e atuação: a função de fomento e a função de execução direta da pesquisa.

Na sua segunda fase, de 1975 a 1985, foi transformado em Fundação de direito privado, vinculado a SEPLAN, Secretaria de Planejamento da

---

<sup>107</sup> Relação dos presidentes do CNPq: 1951/55 Álvaro Alberto da Motta e Silva; 1955/56 José Batista Ferreira; 1956/56 Aldo Weber Vieira da Rosa; 1956/61 João Cristovão Cardoso; 1961/62 Octacílio Cunha; 1962/64 Athos da Silveira Ramos; 1964/70 Antonio Moreira Couceiro; 1970/74 Arthur Mascarenhas Façanha; 1974/79 José Dion de Mello Telles; 1980/85 Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque; 1985/86 Roberto Figueira Santos; 1986/90 Crodovaldo Pavan; 1990/91 Gerard Jacob; 1992/93 Marcos Luis de Mares Guia e Lindolfo de Carvalho 1993. Relatório Decenal de Atividades 1980/1990, CNPq, 1990, anexo II, p.91.

Presidência da República, com autonomia e flexibilidade necessárias para a missão de coordenação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/SNDCT e para atuar na elaboração dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/PBDCTs, tendo acrescentado às suas funções tradicionais de fomento e execução de pesquisa a de coordenação, em nível nacional, do desenvolvimento científico e tecnológico. O antigo Conselho Deliberativo foi extinto, tendo sido criado o Conselho Científico e Tecnológico/CCT, sob a presidência do CNPq, composto de 32 membros, com representação de vários ministérios. Em substituição ao Conselho Deliberativo foram criados os Comitês Assessores/CAs, por área do conhecimento, formados por membros da comunidade científica, que passaram a assessorar o CNPq no julgamento dos pedidos de bolsas e auxílios.

Em 1985, com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, na Nova República, a função de coordenação e planejamento do SNDCT passou para o âmbito do ministério e o CNPq voltou à sua condição de agência de fomento, preservada sua autonomia como Fundação, agora ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia. O CCT foi extinto e recriado o Conselho Deliberativo/CD, com 16 membros, com atribuição de estabelecer políticas e diretrizes para atuação do próprio CNPq. Os Comitês Assessores foram mantidos como instâncias de julgamento das solicitações individuais recebidas pelo CNPq.

Em 1990, foi recriado, no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, hoje Ministério de Ciência e Tecnologia (recriado novamente em outubro de 1992), o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia CCT, com 15 membros, sendo 6 representantes da comunidade científica, tecnológica e empresarial, e os demais, dos ministérios e outros órgãos do governo, com atribuições semelhantes ao antigo CCT.

O quadro acima exposto evidencia que a estrutura administrativa e decisória do CNPq foi alterada várias vezes, mudando sua vinculação institucional, ficando a instituição sujeita a uma série de interferências políticas e à descontinuidade administrativa - seu presidente ora era indicado pelo Presidente da República, ora pela SEPLAN, ora pelo MCT; seu órgão deliberativo máximo mudou várias vezes, tendo suas atribuições e composição alteradas, assim como suas diretorias.

A FAPESP, ao contrário, teve nesses trinta anos de existência sua estrutura decisória e administrativa inalteradas, continuidade na direção, tanto dos

membros do Conselho Superior, como na Diretoria Científica. Além disso, ressalta-se que a indicação dos membros do Conselho Superior e, principalmente, do Diretor Científico da instituição são referendadas pelo Governador do Estado, mas feitas, de fato, pela comunidade científica, enquanto que a indicação do presidente do CNPq e de sua diretoria é política.

O quadro exposto reforça a idéia de que uma das razões para o sucesso da FAPESP está na continuidade da estrutura decisória, no fato de seus dirigentes não terem sido apontados por razões políticas e, portanto, não terem de fazer concessões aos políticos que os indicaram.

O Diretor Científico da FAPESP conta com uma Assessoria Técnico-Científica constituída por especialistas de reconhecido valor, com qualificações, no mínimo, equivalentes às de doutor, que tenham experiência suficiente em atividades de pesquisa, tenham produção científica ou tecnológica reconhecida e que se disponham a colaborar com a FAPESP na tarefa de assessoramento dentro das normas vigentes. Nesta assessoria deverão estar sempre representadas as ciências humanas e sociais, biológicas, exatas e a tecnologia. Sua função é analisar os pedidos de auxílios e bolsas encaminhados pela Diretoria Científica e assessorar o Diretor na orientação de sua política.<sup>108</sup>

Observa-se no documento "Ciência e Pesquisa", que serviu de base para a criação da FAPESP na Constituinte de 1947, na sua Lei Orgânica e no seu Estatuto, uma preocupação, por parte de seus elaboradores, em privilegiar a participação da comunidade científica em todas as instâncias decisórias da Fundação.

A institucionalização de um mecanismo de participação da comunidade científica voltado para a alocação dos recursos da FAPESP deu-se desde sua implantação, em 1962, através da Diretoria Científica, com o Prof. Warwick Kerr, como Diretor Científico. Kerr definiu o modelo de funcionamento da assessoria científica a partir de experiências de outras instituições semelhantes estrangeiras, por ele visitadas, logo após assumir o cargo de Diretor Científico. "No tocante aos problemas da Assessoria Científica, vem sendo de grande valia os frutos obtidos pela viagem ao exterior realizada pelo Diretor Científico, o que conferiu à FAPESP a possibilidade de usufruir da experiência de diversas instituições análogas. As grandes fundações recorrem, via de regra, a um maior número de assessores que cooperam no

---

<sup>108</sup> SÃO PAULO. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP, Estatutos da Fundação de Amparo à Pesquisa, artigo 19, parágrafo único e artigo 20, p. 14.



julgamento dos projetos. A resolução adotada pela FAPESP, exigindo dos beneficiários de auxílios o compromisso de exagerarem, gratuitamente pareceres nos projetos concernentes ao seu campo de especialidade, resolve, sem ônus algum e com grande proveito, o problema da eficiência dos julgamentos e da ampliação do corpo de assessores. Tal é o sistema igualmente adotado pela Fundação Rockefeller".<sup>109</sup>

A história da FAPESP, as circunstâncias e os condicionantes políticos que influenciaram sua criação, instituição e evolução, evidenciam uma preocupação constante, desde 1947, em definir uma estrutura que pudesse funcionar com "flexibilidade", sem interferências e injunções políticas, onde os critérios da excelência científica pudessem se sobrepor, através da participação da comunidade científica, aos critérios meramente políticos. Ainda que a comunidade científica participe em todas as instâncias decisórias da Fundação, seu *locus* privilegiado de atuação tem sido na Assessoria Científica, que no decorrer dos anos, tem sido reestruturada e ampliada, no sentido de atender ao crescimento da demanda.

Assim, em 1973, o Diretor Científico, Oscar Sala, comunicou ao Conselho Superior que a necessidade de aperfeiçoar o sistema de concessão de bolsas e o número muito elevado de auxílios para projetos, em áreas cada vez mais complexas, determinaram uma nova estruturação da assessoria científica. A modificação consistiu na divisão da assessoria em grandes áreas, com um assessor para cada uma delas, pelo qual passariam todos os processos de sua área, e ao qual competia indicar, à Diretoria Científica, os pareceristas em melhores condições para examinar determinados projetos. Dentre os nomes indicados, o Diretor Científico escolhia dois, três ou mais assessores para os quais eram enviados os projetos para dar o parecer. Para Sala, o novo sistema permitiria à Diretoria Científica ser mais eficiente, pois o Diretor Científico, que não pode ser um especialista em todos os campos, contaria com um corpo de especialistas a auxiliá-lo diretamente. Este sistema, que foi aprovado pelo Conselho, criou a figura dos adjuntos, por área, ligados ao Diretor Científico.<sup>110</sup>

Em 1981, o Diretor Científico, Ruy C. Camargo Vieira, propôs novamente uma reestruturação da Assessoria Científica, que previa maior flexibilidade e agilidade para o atendimento à crescente demanda das solicitações de bolsas e auxílios e uma maior participação de pesquisadores das várias áreas na condução do

---

<sup>109</sup> Relatório das Atividades da FAPESP 1962, p.I.

<sup>110</sup> Ata da Reunião do Conselho Superior, de 26 de fevereiro de 1973, livro 1, p.79 e 80.

processo decisório. Foram, então, criados os coordenadores de área.<sup>111</sup> Para cada uma das doze grandes áreas do conhecimento foi criada uma Coordenação de Assessoria constituída por pesquisadores de renome, convidados pelo período de um ano. Os coordenadores deveriam manter estreito contato com os pesquisadores da área, e realizar reuniões periódicas setoriais, para a elaboração gradativa da política de atuação da FAPESP em cada área.<sup>112</sup>

Atualmente funciona a seguinte estrutura: o Diretor Científico, um grupo de adjuntos que assessoram diretamente o Diretor Científico, os coordenadores de área e as assessorias externas, que são os *ad hoc*.<sup>113</sup>

Os assessores adjuntos são quase vice-diretores científicos e de absoluta confiança do Diretor Científico, não tendo vínculo com a Fundação. São seis, sendo três para projetos individualizados e três para os projetos temáticos. Desses seis, dois são para a área de exatas, dois para a área de ciências humanas e dois para a área de biologia, agronomia e saúde. Os adjuntos têm como atribuição a compatibilização dos projetos que chegam na Diretoria Científica. Esta compatibilização consiste em evitar que ocorram discrepâncias entre os critérios adotados pelas áreas e verificar se o custo do projeto em análise é compatível com o custo de um projeto semelhante de uma área vizinha. Para Fava, o objetivo da compatibilização não é a isonomia, mas evitar disparates.<sup>114</sup>

Os adjuntos reúnem-se uma vez por semana com o Diretor Científico. "Eu e essas seis pessoas nos reunimos todas as quintas feiras para pensar como vão indo as coordenações, quais as mais rígidas, as mais claudicantes, etc... Vamos até elas e conversamos sobre os assuntos que achamos necessários".<sup>115</sup>

Os coordenadores de área são de livre escolha e responsabilidade do Diretor Científico e não têm vínculo com a Fundação. Desempenham a função de coordenação num período que varia de um ano e meio a dois, que é o prazo máximo estabelecido pelo Diretor Científico. O número de assessores em cada coordenação varia de dois a seis, dependendo do tamanho da área e do número de sub-áreas.

<sup>111</sup> Ata da Reunião do Conselho Superior, de 11 de fevereiro de 1981, livro 3, p.28. Foi coordenador de área das ciências da saúde, nessa época o professor Dr. Flávio Fava de Moraes, atual diretor científico.

<sup>112</sup> Relatório de Atividades da FAPESP, 1984, p.20.

<sup>113</sup> Na Diretoria Científica, a assessoria adjunta ao Diretor, as coordenadorias e a assessoria externa são exercidas por pesquisadores sem vínculo com a FAPESP. Atualmente a fundação tem, em média, 45 coordenadores em 13 coordenadorias e cadastrados mais de 3000 assessores em São Paulo, demais Estados e do exterior. Fonte: Diretoria Científica da FAPESP, 02 de fevereiro de 1993.

<sup>114</sup> Entrevista citada com Flávio Fava de Moraes.

<sup>115</sup> Entrevista citada com Flávio Fava de Moraes.

Segundo o professor Fava, na sua gestão, "a escolha dos coordenadores é feita a partir do critério de rodziamento. As coordenações não são fixas e têm que ser compostas por pessoas que tenham credibilidade acadêmica, um perfil de caráter aceitável, e, fundamentalmente, que tenham conduta de representantes da área e não de representantes de instituições ou de associações. As coordenações funcionam dentro de certos parâmetros, algumas diretrizes são comuns a todas as áreas, e os coordenadores têm que se adaptar a essas diretrizes. Eles não podem fazer uma coisa na química totalmente diferente da física. Eles não têm mandato. Se um coordenador não está indo bem, o Diretor Científico tem a liberdade de trocá-lo".<sup>116</sup>

Nas palavras de um coordenador de área: "nós somos convidados pela direção da FAPESP, nós não somos eleitos por nenhum colegiado. Então, nós não temos que representar nada, nem a instituição, nem a disciplina, nem a área mais geral. Temos que ser o mais isentos possível para tentar distribuir os recursos de acordo com a demanda, com a importância e relevância acadêmica dos projetos e com a verba disponível".

Os coordenadores de área reúnem-se uma vez por semana e têm como função, após leitura da síntese do projeto encaminhado para sua área, identificar um assessor de fora da FAPESP - que pode estar em qualquer lugar do Estado ou do país - para opinar sobre o projeto. É o coordenador que indica o *ad hoc* e que faz uma avaliação de seu parecer quando retorna à FAPESP. Caso não concorde com o parecer, pode enviar para outro assessor.

Quanto à questão da escolha do assessor *ad hoc*, um coordenador de área entrevistado aponta que "é necessário ao coordenador ter uma boa noção e clareza do universo em que trabalha, porque escolher assessor é uma tarefa muito delicada, que não é só acadêmica, é política também".

Existem, ainda, duas outras coordenadorias: uma relativa a insumos computacionais e outra a revistas e livros científicos. Após ser analisado pela assessoria e coordenadoria quanto ao mérito, o projeto que envolve a compra desses elementos passa por estas coordenadorias para uma análise do custo e especificação, feita por especialistas nessas áreas.

---

<sup>116</sup> Entrevista citada com Flávio Fava de Moraes.

Este sistema operacional pode sofrer alterações, caso o Diretor Científico julgue necessário, porque tanto as coordenações como os assessores adjuntos são instâncias informais, acrescentadas ao processo decisório, e não existem na estrutura legal da Fundação. Assim, as coordenações e assessorias adjuntas são, de fato, concessões de poder feitas pelo Diretor Científico que, a qualquer momento, pode alterar não só as pessoas que as ocupam como também suas decisões.

Em suma, na evolução da estrutura organizacional da FAPESP, a participação da comunidade científica no processo decisório é preponderante em todos os mecanismos operacionais e de planejamento da Fundação. Cada uma dessas instâncias possui atribuições que implicam tomada de decisão, que pode ou não ser referendada pelas instâncias superiores. A decisão, de fato, se concentra no Diretor Científico que, conforme evidenciado pelas atas do Conselho, tem enorme influência nas decisões do Conselho Superior.

## **II. 2.1. MECANISMOS OPERACIONAIS**

A FAPESP é uma instituição privilegiada em termos dos mecanismos institucionais de que dispõe, ou seja, a participação da comunidade científica em todos os níveis do processo de gestão de sua política, tanto no âmbito operacional, quanto no âmbito do planejamento.

Em relação aos mecanismos de decisão no âmbito operacional situam-se a assessoria técnico científica, cujo funcionamento se baseia no processo de "avaliação pelos pares", as coordenações de área e os adjuntos.

Num primeiro momento os pedidos de auxílios e bolsas, em diversas modalidades<sup>117</sup>, são examinados para se verificar se contém todos os dados exigidos nos respectivos formulários. A não apresentação de formulários devidamente preenchidos, a falta de documentos adicionais exigidos ou a entrega fora dos prazos estabelecidos poderão prejudicar a tramitação do processo, atrasando-a ou mesmo levando a um indeferimento liminar. Caso esteja com a documentação correta, recebe um número e é encaminhado à Diretoria Científica.

---

<sup>117</sup> Bolsas no país (de iniciação científica, aperfeiçoamento, mestrado, doutorado e pós doutorado), Bolsas no exterior (doutorado e pós-doutorado); auxílios (à pesquisa, para vinda de pesquisador visitante, para a participação de bolsistas em reuniões no país e para a participação de pesquisadores em reuniões no exterior e no país).

O julgamento das solicitações compõem-se de quatro etapas. Na Diretoria Científica o processo vai para a coordenação de área em que o pesquisador se auto identificou quando preencheu o formulário. Nesta primeira etapa, o coordenador, após a leitura da síntese do projeto, indica um assessor para analisá-lo.

Numa segunda etapa, o processo é analisado por um ou mais assessores especialistas na respectiva área, que emite(m) parecer(es); é o sistema de avaliação pelos pares *peer review*. O assessoramento dado à FAPESP é resguardado pelo caráter sigiloso dado ao parecer; entretanto, o parecerista sabe de quem é o projeto que está avaliando. O assessor tem um mês para avaliar o processo.

Na terceira etapa, o processo volta para a Coordenação. O coordenador responsável pela indicação do assessor irá avaliar o parecer que pode conceder, denegar ou vir com observações para reformular. Caso a coordenação não concorde com o parecer, poderá enviar para outro assessor *ad hoc*, começando novamente todo o processo. No caso do parecer do assessor ser no sentido de conceder, recebendo em seguida o endosso da coordenação da área, o processo é enviado para a Diretoria Científica.

A seguir, numa quarta etapa, o processo passa, primeiramente, pelos adjuntos do Diretor Científico, que fazem uma compatibilização dos projetos por grande área, antes de encaminhá-los ao Diretor Científico.

Os adjuntos e os coordenadores de área ficam com uma noção tão boa do conjunto que acabam tendo, de uma certa forma, uma grande força no aperfeiçoamento operacional da FAPESP no sentido de orientar a comunidade e de propor novas idéias.<sup>118</sup>

Após a compatibilização, o processo é encaminhado para o Diretor Científico. Todos os projetos que entram na FAPESP passam pela assessoria uma ou duas vezes, depois pela coordenação de área e pelos adjuntos chegando, finalmente, à mesa do Diretor Científico (aprovados ou denegados).

A decisão final cabe ao Diretor Científico, conforme explica uma coordenadora entrevistada: "não são todos os assessores que fazem uma análise financeira. Geralmente a Coordenação faz uma primeira análise, mas é a Diretoria

---

<sup>118</sup> Entrevista já citada com Flávio Fava de Moraes.

Científica quem decide. É o Diretor Científico quem decide, mas apoiado na nossa opinião. Eu nunca presenciei nenhum caso em que o Diretor Científico aprovasse um projeto que não tivesse sido analisado pela assessoria. Ele pode, com sua experiência, cortar recursos em projetos, mas normalmente conversa com o coordenador da área antes de qualquer decisão".

Conforme pudemos verificar, a decisão ocorre em quatro momentos: coordenação, assessor *ad hoc*, coordenação (análise disciplinar) e adjuntos e Diretor Científico (análise multidisciplinar e recursos financeiros). O Diretor Científico é o decisor final e sua decisão é referendada pelo Conselho Superior. Casos excepcionais não resolvidos nestas instâncias são encaminhados ao Conselho Técnico Administrativo e ao Conselho Superior, que decidem.

No caso de não ser aprovada a solicitação encaminhada à FAPESP, são enviadas ao pesquisador interessado as razões do indeferimento, de forma resumida. O pesquisador poderá pedir informações sobre o indeferimento, mediante entrevista com o Diretor Científico ou com a coordenação da área respectiva, podendo entrar com recurso.

Um moderno centro de processamento de dados facilita a elaboração de análise e acompanhamento do processo de "avaliação pelos pares", através do armazenamento de informações sobre todos os processos que passam pela Fundação.

A descentralização do processo decisório, em funcionamento na atual gestão da Diretoria Científica, tem encontrado críticas por parte de alguns integrantes mais antigos da Fundação. Paulo Vanzolini, um de seus fundadores, acha que a coordenação introduz mais um degrau desnecessário, e o Diretor Científico tira o dedo do pulso. Para ele, a alma da FAPESP é a assessoria; o assessor tem que ser o melhor que existe e o Diretor Científico tem que ter muito *feeling* por ciência para manter o nível alto da assessoria.<sup>119</sup>

---

<sup>119</sup> Entrevista concedida à autora por Paulo Vanzolini, em São Paulo, dia 23 de julho de 1992.

## II. 2.2. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O procedimento utilizado para análise das solicitações encaminhadas à FAPESP é o processo de avaliação pelos pares *peer review process*. Este processo é baseado no conhecimento acumulado pelos cientistas considerados em condições privilegiadas para julgar as pesquisas e instituições de sua área. Os avaliadores são, portanto, os pares profissionais dos pesquisadores. A experiência demonstra que esse é um método simples, barato, suficientemente seguro e aplicável a uma gama bastante ampla de situações.

É uma maneira de alocar recursos para a pesquisa muito utilizada pelas agências de financiamento à pesquisa científica em vários países do mundo, principalmente nos Estados Unidos.

A FAPESP utiliza os assessores *ad-hoc* que recebem os projetos a serem avaliados, com um formulário preestabelecido e uniformizado a ser respondido. De uma maneira geral, as decisões dos assessores são referendadas na íntegra pela FAPESP.<sup>120</sup>

Ao processo de avaliação pelos pares cabe um pronunciamento sobre o mérito científico e a relevância da proposta submetida à apreciação para financiamento, a competência do pesquisador solicitante e a adequabilidade do orçamento solicitado.

Nos formulários utilizados pela FAPESP para parecer da assessoria científica são identificados três conjuntos de macro-fatores que são considerados na avaliação das solicitações, com variações para bolsas e para pesquisa.

Para auxílios à pesquisa os macro-fatores considerados são: avaliação do pesquisador solicitante, avaliação do projeto de pesquisa, avaliação do orçamento proposto, deficiências notadas e avaliação final. Dentro desses macro-fatores são identificados fatores que influem na aprovação ou desaprovação do projeto.

---

<sup>120</sup> O cadastro de assessores da FAPESP é montado a partir de indicação da própria comunidade científica e pelos coordenadores de área. O parecerista não é remunerado pelo trabalho prestado à fundação.

No macro-fator avaliação do solicitante os fatores considerados são:

- experiência e competência científicas demonstradas, especialmente em pesquisas compatíveis com o tema do projeto;
- qualidade e regularidade da produção científica divulgada em publicações especializadas arbitradas;
- capacidade demonstrada de formar pesquisadores.

No macro-fator avaliação do projeto são considerados os fatores:

- avaliação científica e originalidade;
- avaliação da metodologia;
- viabilidade de execução;
- qualidade da instituição e do grupo de pesquisa;
- identificação se há participação de estudantes de pós-graduação e de iniciação científica.

No macro-fator avaliação do orçamento são verificadas:

- *a adequabilidade dos equipamentos solicitados, face às necessidades do projeto;*
- *a experiência do solicitante quanto à utilização, e a capacidade de pleno aproveitamento dos recursos solicitados;*
- *a adequabilidade do item de custeio às necessidades do projeto e a possível superposição da solicitação com outros auxílios para a mesma finalidade.*

No macro-fator deficiências notadas os fatores analisados são:

- auxílio institucional não associado a projeto de pesquisa específico;
- projeto apresentando dados imprecisos;
- projeto com objetivos excessivos ou incongruentes;
- fundamentação científica insuficiente;
- orçamento irreal;
- solicitante com produção científica insuficiente e outros.

E no macro-fator avaliação final são analisados: proposta excelente, proposta bem qualificada em todos os itens, proposta boa com reservas, proposta financiável somente em condições excepcionais e proposta não financiável.



Para as bolsas de doutorado, mestrado e aperfeiçoamento os macro-fatores e fatores considerados são:

- macro-fator avaliação do orientador - experiência e competência científicas demonstradas especialmente em pesquisas compatíveis com o tema do projeto, qualidade e regularidade da produção científica divulgada em publicações especializadas arbitradas, capacidade demonstrada de formar pesquisadores e disponibilidade para orientação considerando o regime de trabalho total e o número de estudantes sob sua orientação;
- macro-fator avaliação do projeto de pesquisa - avaliação científica e originalidade, adequação do projeto a um programa de doutoramento, mestrado ou aperfeiçoamento e viabilidade de sua execução; avaliação da metodologia e do cronograma propostos; qualidade do curso ou programa de pós-graduação (caso se trate de um candidato que já tenha iniciado o curso, avaliar o andamento do projeto de pesquisa e a viabilidade de sua execução no prazo previsto);
- macro-fator avaliação do candidato - avaliação do desempenho escolar do candidato no curso de graduação e ou mestrado e de sua adequação ao programa de curso proposto;
- macro-fator deficiências notadas - candidato com fraco desempenho na graduação e/ou na pós-graduação; orientador com experiência insuficiente, produtividade científica insuficiente e inadequado para um programa de doutorado, mestrado ou aperfeiçoamento; projeto com objetivos excessivos ou incongruentes, fundamentação científica insuficiente ou inadequado para um programa de mestrado, doutorado ou aperfeiçoamento;
- macro-fator avaliação final - proposta excelente, proposta bem qualificada em todos os itens, proposta boa com reservas, bolsa a ser concedida somente em condições excepcionais e denegar a solicitação de bolsa.

Existe uma variação nos formulários, específica para cada solicitação de auxílio ou bolsa, sendo constante a presença dos macro-fatores: avaliação do

solicitante, avaliação do orientador (para bolsas), avaliação do projeto ou proposta, deficiências notadas e avaliação final.

É importante observar que esses critérios são utilizados por todos os assessores na análise de todas as solicitações encaminhadas à FAPESP, consideradas as especificações já citadas, não havendo, portanto, outra forma de avaliação.

Quanto aos critérios de ordem orçamentária, além da avaliação do assessor, é feita também uma compatibilização (já descrita anteriormente) pelos adjuntos no sentido de eliminar disparidades entre os custos das solicitações por grandes áreas, mas não no sentido de estabelecer prioridades.

Os macro-fatores constantes dos formulários destacam, na realidade, elementos que fazem parte do "mérito científico", estabelecidos pela direção da FAPESP e de seus coordenadores de área. Os formulários foram montados a partir da experiência dos coordenadores de área atuais e dos passados.

Para Fava, o que pesa mais na análise é o projeto, que deve ser analisado juntamente com o currículo do solicitante: "um bom projeto apresentado por uma pessoa desconhecida está vinculado a quanto tempo esse desconhecido é desconhecido, se tem um doutorado há dez anos e nada publicou. E estranho, então devolvemos"<sup>121</sup>.

Para William Saad Hossne, ao analisar um projeto o que pesa "é o currículo, o projeto e a adequação da proposta, que é o que se chama de harmonia interna do pedido. Um projeto muito bom, apresentado por um pesquisador que não tem capacidade, não faz sentido; um pesquisador muito bom dificilmente apresenta um projeto que não é bom. Para ele, "mérito científico é definido pelo currículo do pesquisador, pela oportunidade do projeto bem embasado, com uma metodologia adequada à proposta e que tenha uma importância para o país, analisada sob vários ângulos".<sup>122</sup>

Para uma coordenadora de área entrevistada "o parecerista analisa o mérito científico do projeto e a qualificação do pesquisador, mas o que pesa mais é o mérito do projeto, porque às vezes, o pesquisador é altamente qualificado, mas

---

<sup>121</sup> Entrevista já citada com Flávio Fava de Moraes.

<sup>122</sup> Entrevista com William Saad Hossne já citada.

naquele projeto em particular, não se deteve muito. Neste caso, o projeto não é aprovado, embora seja de um excelente pesquisador".

Ao solicitar uma definição sobre o mérito científico junto aos membros entrevistados da comunidade científica paulista, verificamos que, embora haja alguma variação nas respostas obtidas, o que é previsível, considerando as especificidades das áreas, elas traduzem as normas e os valores que orientam a ação do cientista em relação aos aspectos intrínsecos do fazer ciência:

- *"Cada projeto tem que ser avaliado na sua especificidade e no seu grau de desenvolvimento. Um projeto de iniciação científica, um de mestrado e de doutorado, em cada um desses níveis o que se espera é uma depuração maior do projeto. No caso da iniciação científica espera-se que o aluno consiga trabalhar com corpos relativamente pequenos, que ele aprenda a fazer pesquisa bibliográfica, que assimile bem a bibliografia e saiba aplicar num determinado objeto. No caso do doutorado, espera-se que o trabalho tenha uma originalidade, que a escolha seja adequada, que o projeto exija uma pesquisa, que o candidato saiba trabalhar com essa pesquisa e que seja de interesse na área."*
- *"Mérito científico é fazer um trabalho relevante, colocando questões novas numa área que não tenha tradição de questões colocadas. Retomar essas questões, tratá-las à luz de um problema contemporâneo de uma maneira adequada e uma boa bibliografia. No fundo, um bom pesquisador é aquele que desenvolveu a sua curiosidade e transformou a sua curiosidade em alguma coisa palpável, escrita, em questões relevantes para sua disciplina, e de preferência, para a sociedade na qual a gente vive ou que possa ser relevante em qualquer momento".*
- *"Eu defino o mérito científico pelo meu colega, eu sei qual é bom e ruim. Difícil é julgar um novo, porque a gente sempre tem tendência a julgar bem demais. O mérito científico para mim é o julgamento do par".*
- *"Mérito científico começa por apresentar um projeto que atenda aos cânones científicos, o ritual da ciência, que é interno a cada área".*

- *"Os objetivos devem ser muito bem estabelecidos e ter uma boa metodologia, verificar se o projeto se insere numa linha de pesquisa, ver a experiência do pesquisador, quando for um pesquisador que está começando, deve estar associado a uma equipe científica. É difícil definir a excelência científica".*

Os membros da comunidade científica paulista quando entrevistados sobre a utilização pela FAPESP do sistema do *peer review* para avaliação dos projetos, com sucesso e sem muitas críticas nestes 30 anos - ao contrário do que vem ocorrendo no Estados Unidos, onde esse sistema tem recebido críticas (NSF) - apontaram o seguinte:

- *"Sem dúvida, o sistema de avaliação pelos pares funciona bem na FAPESP e no Estado de São Paulo. No caso do Brasil, eu não sei. Pela minha experiência como coordenadora e como assessora da Fundação, acho que funciona muito bem. Não concordo que acabe privilegiando os já privilegiados. Considero que as instituições acadêmicas têm um papel muito importante que é a reprodução do saber. Então, boas instituições tendem a formar bons pesquisadores e um bom orientador tende a ter um bom orientando. Mas também tem muita gente de talento que pode aparecer numa universidade isolada, com poucos professores disponíveis. Não acho que necessariamente as pesquisas da UNICAMP e da USP sejam as melhores. Normalmente são, mas elas não precisam ser melhores do que algumas unidades isoladas do interior do Estado. O "peer review" privilegia os melhores, mas é para isso que o sistema existe. Trata-se da qualidade acadêmica".*
- *"Acho que o sistema funciona bem. O que não temos é um grande número de assessores. A FAPESP pede indicação de nomes para avaliação, inclusive de estrangeiros. A produção científica do Brasil comparada com a dos Estados Unidos é mínima".*
- *"No Brasil não sei. No caso da FAPESP, em São Paulo, acho que funciona, porque se não forem os pares, quem é que pode avaliar? Às vezes há críticas. Por exemplo, na minha gestão como coordenadora de área, um professor da UNESP queixou que ele fazia pedidos e que em geral esses pedidos*

eram denegados e que havia uma espécie de má vontade com a sua unidade. O Diretor Científico, professor Fava, chamou-me e pediu-me para verificar o que estava acontecendo. Fizemos um levantamento e verificamos que estávamos concedendo recursos para a unidade em que o professor trabalhava e que o caso dele era particular e não dava para generalizar. Uma vez ou outra há queixas, mas acho que a avaliação pelos pares funciona. Uma outra alternativa que é utilizada pela FAPESP, no caso dos projetos temáticos, é enviar os projetos para serem analisados pelos pares de outros Estados, cuja finalidade é alcançar um grau maior de neutralidade, mas mesmo assim continuam sendo os pares que avaliam".

- "eu acho que a avaliação pelos pares cria o problema de privilegiar os já privilegiados, mas não vejo outra forma de avaliar. Os grupos que estão na vanguarda continuam sendo os proprietários, quer na FAPESP, no CNPq, ou em outra agência. A questão é como abrir espaço para novos grupos se desenvolverem com independência dos já consolidados. A questão é estimular novos grupos em início de carreira dentro do critério de mérito, mas isso não é fácil de detectar, e isso não demanda tantos recursos e acho que vale a pena estimular".

- "As áreas com dificuldades de serem atendidas pela FAPESP criaram seus próprios mecanismos como a Fipe na economia da USP e a Poli que criou sua própria Fundação. Os critérios de avaliação da FAPESP, do mérito, da excelência científica, já é uma forma de selecionar. Esta é uma instituição que só prioriza financiar idéias de gênios, ou de filhotes de gênios. Uma pessoa da FEPASA com uma idéia nova para inovar nos transportes não tem coragem de encaminhar sua proposta à FAPESP porque sabe que sua área não é considerada cientificamente importante".
- "O "peer review" funciona bem na FAPESP devido a alguns pontos: 1) pelo fato do Diretor Científico ser o responsável e poder ser cobrado, questionado, 2) porque o pesquisador que tiver seu pedido denegado pode recorrer e o processo é reaberto, 3) a comunidade não é muito grande e todo mundo

*conhece todo mundo, 4) a FAPESP tem uma assessoria muito ampla, então existe uma possibilidade muito menor de viés".*

Do relato sobre o processo decisório na FAPESP, incluindo os mecanismos operacionais e os procedimentos de análise, depreendem-se alguns pontos que merecem ser destacados.

Em primeiro lugar, ressalta-se a centralidade do papel desempenhado pela comunidade científica através do sistema de revisão por pares *peer review*. Nota-se que, ainda que os macro e micro-fatores a serem considerados na análise das propostas pelos assessores sejam explicitados pela FAPESP, sobra um espaço considerável para avaliações subjetivas. Isto se evidencia pela dificuldade expressa pelos entrevistados em definir o que se entende por "mérito científico".

Em segundo lugar, é notável o poder investido nos coordenadores de área que são os responsáveis pela seleção dos pareceristas *ad hoc* tendo, inclusive, autonomia para solicitar novo parecer caso não estejam satisfeitos com o anterior.<sup>123</sup> Da mesma maneira, a decisão final sendo remetida ao Diretor Científico transforma-o na figura de maior poder dentro da estrutura decisória da FAPESP.

O mais surpreendente no sistema decisório da FAPESP, no entanto, é que ele não tem sido submetido às críticas constantes que suas instituições congêneres têm enfrentado, tanto no país como no exterior.<sup>124</sup> A razão disto é simplesmente o fato de que na sua história, a FAPESP nunca deixou de financiar projetos por falta de recursos.<sup>125</sup>

Foi uma afirmação comum a todos os entrevistados que não há no portfólio da FAPESP projetos recusados por falta de recursos, há apenas projetos recusados por falta de mérito. Nestas condições em que o Diretor Científico da

---

<sup>123</sup> Uma das críticas mais recorrentes ao sistema de "*peer review*" adotado pela National Science Foundation dos Estados Unidos é que os diretores de programa podem pré-determinar os resultados de um parecer enviando a proposta para assessores "*ad hoc*", que eles sabem, de ante-mão, se serão favoráveis ou contrários a ela. (Ver, por exemplo, Cole et al 1977:34)

<sup>124</sup> Para uma discussão detalhada de todas as críticas a que tem sido submetido o "*peer review*" adotado na National Science Foundation e nos National Institute of Health dos Estados Unidos, ver Chubin e Hachett (1990).

<sup>125</sup> Conforme declaração do diretor científico Flávio Fava, "seguramente a quantidade de recursos disponíveis frente à demanda qualificada é um fator muito mais crítico na National Science Foundation do que na FAPESP, sem dúvida nenhuma. A prova é que os auxílios que a FAPESP tem dado para certos projetos temáticos, são maiores do que os bons grupos de pesquisa estão recebendo nos Estados Unidos. Do ponto de vista dos valores absolutos são equivalentes, mas lá eles tem que pagar telefone e outros gastos, que os grupos daqui não têm, o que vale dizer que é até um certo privilegiamento". Entrevista já citada com Flávio Fava de Moraes.

FAPESP não tem que fazer escolhas entre projetos aprovados por mérito, pois dispõe de recursos para financiar a todos, é de se esperar que o sistema funcione bem.<sup>126</sup> A grande dificuldade enfrentada pelas outras agências é com relação à escolha entre projetos que recebem parecer favorável, mas não podem ser todos apoiados por falta de recursos.

Na FAPESP a probabilidade de uma proposta ser financiada tem sido historicamente em torno de 64,7%. De 1962 a 1991, a FAPESP recebeu 75.910 pedidos (bolsas e auxílios) e aprovou 49.597. Os 35,3% foram recusados por falta de mérito (Carvalho da Silva, 1993:11).

No período de 1987/91, na linha de auxílios à pesquisa (todas as modalidades<sup>127</sup>) foram solicitados 13.559 e atendidos 8.670 projetos, ou seja, 64% de probabilidade de sucesso. Todos os projetos aprovados no mérito foram financiados e apenas 36% foram recusados por falta de mérito. Em 1991 a FAPESP recebeu 6.512 pedidos (auxílios e bolsas) e aprovou 4.111, ou seja, 63%.<sup>128</sup> Segundo o Diretor Científico Flávio Fava de Moraes, todos os projetos aprovados no mérito foram financiados. Somente não foram financiados, por falta de recursos, projetos nas modalidades de mestrado e viagens para o exterior.

Algumas áreas tem maior probabilidade de serem financiadas do que outras. Uma solicitação de auxílio à pesquisa teve no período 1987/91, 72%, de probabilidade de sucesso na FAPESP; algumas áreas como Ciências Humanas e Sociais tiveram 57,5%; Engenharias, 59%; Ciências da Saúde 70%; em outras áreas, mais de 72% foram aprovados, tais como Ciências Agrárias 77,5%, Ciências Exatas e da Terra 75,5% e Ciências Biológicas 75,5%.<sup>129</sup>

Para que se tenha uma idéia do que significa esta taxa de aprovação da FAPESP, vale uma breve comparação com outras agências do Brasil e do exterior.

O CNPq, no período de 1985/90, recebeu 47.341 solicitações na linha de financiamento para Auxílios à Pesquisa (auxílio à pesquisa, auxílio viagens, auxílio

---

<sup>126</sup> É importante lembrar que o material empírico desta pesquisa inclui apenas documentos oficiais da fundação e entrevistas com dirigentes - diretores científicos, membros do conselho superior e coordenadores de área. Para se ter uma idéia se realmente o sistema decisório da FAPESP conta com aprovação da comunidade de usuários seria necessário uma pesquisa mais ampla que incluísse entrevistas com os usuários do sistema.

<sup>127</sup> Modalidades: auxílio à pesquisa, auxílio a organização, auxílio reunião no exterior, auxílio reunião Brasil, auxílio visitante exterior, auxílio visitante Brasil e auxílio publicações.

<sup>128</sup> Fonte: Dados fornecidos pela diretoria científica da FAPESP em dezembro de 1992 e do Relatório de Atividades da fundação de 1991.

<sup>129</sup> Fonte: Diretoria Científica da FAPESP em dezembro de 1992.

pesquisador visitante e auxílio realização de eventos) e atendeu 25.147 (aprovados pela diretoria do CNPq) com uma probabilidade de sucesso de 53% neste período.<sup>130</sup>

Na modalidade auxílio à pesquisa, o CNPq recebeu no período de 1987/90, 19.181 solicitações e atendeu após aprovação pela suas diretorias, 10.749. A probabilidade de sucesso no CNPq, portanto, para uma solicitação de auxílio à pesquisa, no período 1987/90, foi de 56%. Por área do conhecimento, a probabilidade de sucesso foi: Ciências Exatas e da Terra 56,20%, Engenharias e Informática 53,50%, Ciências da Saúde 50,49%, Ciências Agrárias 55,34%, Ciências Humanas e Sociais 52,34%, com destaque para Ciências Biológicas com 63,4%.<sup>131</sup>

No National Institutes of Health dos EUA, NIH, a probabilidade de uma proposta ser financiada tem sido, historicamente, em torno de 30%. Dos projetos aprovados, 45% não puderam ser financiados por falta de recursos, e apenas 25% foram recusados por falta de mérito. Da mesma maneira, na National Science Foundation a chance de sucesso é, historicamente, 36%. Grande porcentagem das propostas submetidas tem parecer favorável e não podem ser financiadas por falta de recursos (Chubin e Hachett, 1990:26).

Em síntese, o sistema de revisão por pares, base fundamental do processo decisório da FAPESP, tem sido definido como um método organizado para avaliar o trabalho científico usado pelos cientistas para garantir a correção dos procedimentos, estabelecer a plausibilidade dos resultados e alocar recursos escassos (tais como espaço nas revistas especializadas, reconhecimento, honras especiais e fundos para a pesquisa). Quanto mais escassos os recursos, mais o sistema fica sob tensão, maiores os conflitos. No caso da FAPESP, em que os recursos não são tão escassos, o sistema pode funcionar de maneira mais eficiente do que nas agências que têm dificuldade financeira de atender a todos os projetos recomendados pela comunidade.

---

<sup>130</sup> Fonte: CNPq. Séries Históricas, p.35. Se os dados do CNPq incluíssem o ano de 1991, a situação certamente seria ainda mais desfavorável. Vale lembrar que neste ano o CNPq realizou duas reuniões de Comitês Assessores para julgamento de auxílios, aprovou uma parte deles e não liberou os recursos. Ou seja, nenhum auxílio aprovado em 1991 foi efetivamente pago pelo CNPq.

<sup>131</sup> Fonte: CNPq, Série Históricas de Demanda e Atendimento 1987/90, p. 39-40.



## II. 3. GESTÃO DOS RECURSOS - AUTONOMIA FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA

A origem da autonomia administrativa e financeira da FAPESP vem de 1947, quando Marchini e Meiller, ao elaborarem os estudos que resultariam no documento "Ciência e Pesquisa", deixaram clara a preferência por uma forma de administrar os recursos destinados à pesquisa que estivesse livre das interferências e injunções políticas e, sobretudo, que não sofresse solução de continuidade. Neste sentido, fazem opção, após apontar várias formas de administração e questionar todas, pela Fundação com administração privativa e pelos recursos vinculados.

Esta preocupação em evitar injunções políticas e garantir recursos financeiros encontra seus fundamentos na história da ciência no Brasil desde seus primórdios, onde os cientistas e suas condições de trabalho foram muito afetados por fatores externos, especialmente políticos. As formas como a ciência foi afetada pela política e por fatores econômicos estão ligadas à posição e à importância da ciência na sociedade brasileira. (Fernandes, 1990:95)

Marchini fez parte do grupo de cientistas que, em 1948, criou a SBPC, que tinha o objetivo de proteger os cientistas e suas condições de trabalho e de afirmar a importância da ciência no Brasil. Para Fernandes, "o progresso da ciência e muitos anos de atividade científica não trouxeram maior segurança e estabilidade para a ciência. O problema da ciência frente àqueles que detêm poder ilimitado, não foi solucionado pelo avanço da ciência em si mesmo. (...) Os aspectos mais criticados do relacionamento entre a comunidade científica e o Estado em assuntos científicos são: a falta de um orçamento para a ciência, a falta de compreensão da importância da ciência e a ausência de qualquer procedimento para a participação dos cientistas nas decisões do Estado sobre questões políticas" (1990,95:97).

Assim, não é surpreendente que a comunidade científica, que lutou pelo estabelecimento da FAPESP, tivesse incorporado na sua Lei Orgânica, os fundamentos da gestão administrativa e financeira que permitissem sanar os problemas apontados. A constituição do Estado estabelece a dotação e a autonomia na gestão dos recursos, e a Lei Orgânica acrescenta que parte de sua receita anual deve ser destinada à formação de um patrimônio rentável e seu uso para financiamento de projetos de pesquisa; proibição para gastar mais de 5% de seu orçamento na administração ; proibição de criar órgãos próprios, de assumir encargos

externos permanentes e de auxiliar atividades administrativas das instituições de pesquisa.

Estes fatores, que são elementos fundamentais no funcionamento administrativo e financeiro da FAPESP, tiveram, ao longo de sua história, que ser reafirmados em várias ocasiões, junto ao poder público estadual.

A questão da autonomia administrativa foi objeto de atenção do Conselho Superior em várias oportunidades. Em setembro de 68 foram tomadas medidas pelo Conselho Superior para preservar a autonomia administrativa da Fundação, devido às dificuldades em adaptar a FAPESP à Lei 10152, Lei Orgânica das autarquias e entidades paraestatais.<sup>132</sup> "Cada vez mais se evidencia a enorme desvantagem de ser a FAPESP considerada como Fundação Pública. Esta configuração como entidade pública tem envolvido a Fundação em um grande número de decretos baixados para as autarquias em geral, e que vêm lhe tirando o que a lei maior, a Constituição Estadual, lhe deu, isto é, a privatividade da administração de suas rendas e até mesmo parte do 0,5% da receita do Estado que o artigo 130 lhe atribui, como contribuição mínima. Diante de tal situação, a FAPESP solicitou ao jurista, Prof. Sylvio Marcondes, parecer sobre a situação jurídica desta entidade. Tal parecer já foi elaborado, e parece dirimir qualquer dúvida a respeito de sua natureza, dando-lhe a configuração de pessoa jurídica de direito privado. Em face disto, e de acordo com resolução do Conselho Superior, em sessão de 30 de dezembro de 1970, a Fundação vai se inscrever no Registro Civil das Pessoas Jurídicas".<sup>133</sup>

Em 1971, a FAPESP ainda encontrava dificuldade para se impor como Fundação privativa e autônoma junto aos órgãos da Secretaria da Fazenda do Estado, que continuava a dispensar à Fundação tratamento de simples repartição pública. "A situação jurídica desta entidade continua em pendência, tendo vários juristas se manifestado em favor de sua natureza pública, e outros, não menos eminentes, em favor de sua natureza privada".<sup>134</sup>

Em junho de 1983, novamente o Conselho defendeu a autonomia da Fundação ao colocar que sua natureza jurídica era um assunto que vinha se mantendo em pauta já há algum tempo, e que era inadmissível a interferência do governo nos atos da FAPESP. Neste sentido, o Conselho enviou ofício ao Secretário da Indústria,

---

<sup>132</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 25 de setembro de 1968, livro 1, p.41.

<sup>133</sup> Relatório das Atividades da FAPESP 1970, p.5, 1971.

<sup>134</sup> Relatório das Atividades da FAPESP 1971, p.1, 1972.

Ciência e Tecnologia informando o entendimento do Conselho Superior de que a FAPESP era pessoa jurídica de direito privado e solicitou a manifestação daquele órgão sobre o assunto, para a posterior aprovação pela Fundação, das providências necessárias ao reconhecimento de sua natureza jurídica.<sup>135</sup>

Como pudemos observar, os fatos demonstram que os dirigentes da Fundação sempre lutaram para defender a liberdade de administrá-la sem interferências governamentais, assim como defenderam também, ao longo desses 30 anos, não só a manutenção dos recursos vinculados na Constituição Estadual, assim como o aumento da sua dotação.

Em setembro de 1971, o deputado estadual Welson Gasparini, apresentou ao Legislativo um projeto de emenda à Constituição, pleiteando o aumento de 0,5% para 1% da contribuição anual do Estado à Fundação. Embora não tenha sido aprovada em plenário, a matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa. O Diretor Presidente do Conselho Técnico Administrativo da Fundação, Jayme Cavalcanti, declarou sobre essa questão: "acreditamos que, para o futuro, convém renovar os esforços neste sentido, eis que a dotação é realmente pequena em relação aos grandes planos governamentais de desenvolvimento científico e tecnológico do nosso Estado".<sup>136</sup>

Os recursos vinculados e o aumento da dotação da FAPESP foram objeto de defesa de seus dirigentes e da comunidade científica paulista em várias ocasiões, principalmente, e, mais recentemente, quando da elaboração da Constituição Estadual de 1989, conforme já apresentado no capítulo anterior.

São os recursos vinculados e a determinação no artigo 3º de sua Lei Orgânica de aplicar recursos na formação de um patrimônio rentável, juntamente com a administração privativa, os fatores essenciais que possibilitam à FAPESP a liberdade de gerenciar seus próprios recursos, sem interferências e injunções políticas, cumprir seus compromissos assumidos e, acima de tudo, garantir a autonomia decisória da comunidade científica sobre os rumos da pesquisa e priorizar uma política de excelência científica.

"A Fundação de Amparo à Pesquisa conseguiu vencer galhardamente, no ano de 1971, algumas dificuldades financeiras com que se

---

<sup>135</sup> Ata da reunião do Conselho Superior, de 8 de julho de 1983, livro 3, p. 63.

<sup>136</sup> Relatório das Atividades da FAPESP 1971, p.1, 1972.

defrontou para a realização de seus objetivos. Estes, aliás, nunca sofreram qualquer interrupção, quer no que tange ao pagamento de bolsas, quer no que tange ao pagamento de auxílios para a realização de pesquisas. Esta constância em saldar seus compromissos deve-se naturalmente ao estabelecimento, pela Constituição do Estado, da contribuição anual de 0,5% da receita de impostos estaduais, bem como à formação de um patrimônio próprio, sabiamente determinada pela Lei Orgânica da FAPESP".<sup>137</sup>

Um dado importante a destacar é que a FAPESP, em 1964, recorreu junto ao Governo do Estado no sentido de receber as dotações atrasadas relativas ao período de 1947 a 1960. Embora não tenha recebido o total, recebeu algumas dotações até a década de 50. Este recurso foi importante para formar o patrimônio rentável da Fundação." Houve momentos, durante a minha gestão, em que as rendas do patrimônio cobriram o atendimento porque o governo não havia liberado a dotação. Por lei, a FAPESP é obrigada a formar seu patrimônio. Graças a uma política de aplicação feita pelo Conselho Superior, bem assessorado pelo Conselho Técnico Administrativo, a FAPESP tem um patrimônio bastante razoável e são esses recursos que ela tem aplicado em projetos de sua iniciativa, como os especiais e os temáticos".<sup>138</sup>

Nos primeiros anos de seu funcionamento, entretanto, alguns administradores de Instituições de pesquisa e não pesquisadores, desconhecendo este aspecto da lei da FAPESP, julgavam que a verba científica estaria sendo poupada, em detrimento da pesquisa, afim de ser investida em lucros patrimoniais.<sup>139</sup>

Diferentemente das outras agências nacionais de fomento, como o CNPq, a CAPES, a FINEP - que dependem ano a ano de recursos a serem definidos pelo Governo Federal para o seus orçamentos, subordinadas e vulneráveis às mudanças e constrangimentos políticos - como o que vem ocorrendo atualmente quanto à queda do Fundo Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e do orçamento do CNPq - a FAPESP possui autonomia financeira e liberdade para administrar seus próprios recursos, apesar de serem oriundos do poder público. Esta é, portanto, a razão pela qual a FAPESP consegue cumprir seus compromissos com os bolsistas e pesquisadores, sem nenhum atraso, ao contrário do CNPq que está

---

<sup>137</sup> Relatório das atividades da FAPESP 1971, p.1, 1972.

<sup>138</sup> Entrevista com William Saad Hossne, já citada.

<sup>139</sup> Relatório das Atividades da FAPESP 1967, p. 14.

constantemente subordinado às flutuações dos repasses dos recursos do tesouro nacional, apesar de já estarem previstos em seu orçamento. A FAPESP conta com instrumentos legais apropriados que lhe possibilitam "eficiência" e determinação, ao contrário do CNPq que não os possui.

A FAPESP, embora com um orçamento menor que o do CNPq (vide quadros a seguir), tem conseguido cumprir seus compromissos e tem garantido uma imagem positiva junto à comunidade científica. Entretanto, é importante destacar que alguns elementos fundamentais contribuem para isso:

- 1) *a FAPESP tem seus recursos garantidos, sendo a maior parte oriundos de seu patrimônio. O CNPq, ao contrário, depende ano a ano dos recursos a serem definidos pelo governo federal;*
- 2) *a FAPESP tem autonomia para gerir seus recursos, o que possibilita, por exemplo, usar como quer os recursos para bolsas ou para auxílios. Um dos problemas enfrentados pelo CNPq nos últimos anos é que ele só tem garantido recursos para bolsas. No ano de 92, devido ao contingenciamento de recursos imposto pela área econômica, o CNPq não financiou nenhum projeto na modalidade auxílio. Anualmente o Conselho Superior da FAPESP aloca recursos para os programas de "bolsas e auxílios individuais", e um fato importante da política da FAPESP é que ela nunca aplicou mais do que 50% do seu orçamento em bolsas: "o limite era sempre um por um, ou seja, um cruzeiro aplicado em bolsa deveria corresponder no mínimo a um cruzeiro aplicado em pesquisa, o que equivale dizer que dividindo em duas partes o orçamento, se tivesse saldo em bolsas automaticamente passava para pesquisa, mas se tivesse saldo na pesquisa ele nunca passava automaticamente para bolsas". <sup>140</sup>*
- 3) *a atuação da FAPESP quanto a bolsas tem sido complementar a das agências federais, que garantem as bolsa e "aliviam" a FAPESP. "Nos últimos anos o incremento do número de bolsas pelo sistema federal - CNPq e CAPES - ajudou a FAPESP, porque o número de cursos de pós graduação com alto grau de excelência (A e B) estão muito*

---

<sup>140</sup> Entrevista com o Diretor Científico da FAPESP, Flávio Fava de Moraes, já citada.

*concentrados no Estado de São Paulo. Como estes cursos começaram a ter quotas de bolsas do CNPq e da CAPES, com o aumento dessas bolsas federais, diminuiu a demanda de bolsas na FAPESP, que priorizou a alocação dos seus recursos em pesquisa, tendo em 1991 aplicado 82% dos recursos do seu orçamento em pesquisa, 1,2% em administração e o restante em bolsas".<sup>141</sup>*

- 4) *conforme se depreende de uma comparação entre os orçamentos da FAPESP e do CNPq, a primeira depende muito menos dos recursos do tesouro, visto que obtém rendimentos do seu patrimônio. Em 1980 o orçamento do CNPq foi dez vezes maior do que o da FAPESP. Esta diferença foi diminuindo ao ponto que, dez anos depois, chegava a apenas duas vezes. Isto, graças às receitas próprias da FAPESP que, desde 1987 têm sido maiores que os recursos do tesouro (quadros II.7 e II.8 a seguir).*

---

<sup>141</sup> Entrevista com Flávio Fava de Moraes, já citada.

# QUADRO II.7

CNPq e FAPESP – ORÇAMENTO POR FONTE DE RECURSOS 1980/91

CNPq – Valores em US\$ 1.000 médios de 1981

| Fonte/Ano        | 1980    | 1981    | 1982    | 1983    | 1984    | 1985    | 1986    | 1987    | 1988    | 1989    | 1990    | 1991    |
|------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Tesouro          | 84.815  | 113.694 | 130.434 | 114.447 | 104.497 | 145.055 | 150.229 | 243.017 | 304.378 | 379.886 | 398.578 | 281.239 |
| Tesouro/Destaque | 17.843  | 1.182   | 3.356   | 10.093  | 6.969   | 6.913   | 10.051  | -       | -       | -       | -       | -       |
| Convênios        | 25.583  | 18.589  | 9.165   | 3.346   | 6.358   | 4.335   | 15.484  | 15.327  | 23.447  | 6.090   | 9.972   | 1.807   |
| Outras           | 15.000  | 12.260  | 10.817  | 9.517   | 12.043  | 7.170   | 16.209  | 10.173  | 11.981  | 3.154   | 15.088  | 26.319  |
| Emprestimos      | 27      | -       | 129     | 7.492   | 6.363   | 11.960  | 9.308   | 13.621  | 6.560   | 2.388   | 591     | 3.067   |
| TOTAL            | 143.268 | 145.725 | 153.901 | 144.897 | 136.230 | 175.433 | 201.281 | 282.138 | 346.366 | 391.518 | 415.229 | 312.292 |

Fonte: SCT/PR – "Relatório Estatístico 1980 a 1990" para a série de 1980 a 1990. SIAFI, CNPq e DEPLACOIP/DAE para 1991

FAPESP – US\$ 1.000 médio anual FGV

| Fonte/Ano        | 1980   | 1981   | 1982   | 1983  | 1984   | 1985   | 1986   | 1987   | 1988    | 1989    | 1990    | 1991    |
|------------------|--------|--------|--------|-------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|
| Tesouro          | 7.208  | 6.591  | 7.831  | 6.033 | 6.437  | 11.043 | 20.186 | 21.882 | 20.518  | 26.217  | 90.627  | 67.179  |
| Tesouro/Destaque | 4.314  | 4.037  | 5.781  | 3.536 | 5.883  | 16.336 | 7.168  | 36.054 | 82.517  | 134.274 | 111.061 | 219.034 |
| Convênios        | -      | -      | -      | -     | -      | -      | -      | -      | -       | -       | -       | -       |
| Outras           | -      | -      | -      | -     | -      | -      | -      | -      | -       | -       | -       | -       |
| Emprestimos      | -      | -      | -      | -     | -      | -      | -      | -      | -       | -       | -       | -       |
| TOTAL            | 11.552 | 10.628 | 13.613 | 9.569 | 12.330 | 27.379 | 27.354 | 57.937 | 103.036 | 160.492 | 201.689 | 286.213 |

Fonte: Diretoria Científica da FAPESP – 1993

## QUADRO II.8

CNPq E FAPESP – ORÇAMENTO TOTAL

1980/1991

Em US\$ 1.000 médios

| ANO  | CNPq *  | FAPESP ** |
|------|---------|-----------|
| 1980 | 143.843 | 11.522    |
| 1981 | 145.725 | 10.628    |
| 1982 | 153.901 | 13.613    |
| 1983 | 144.897 | 9.569     |
| 1984 | 136.230 | 12.320    |
| 1985 | 175.433 | 27.379    |
| 1986 | 201.281 | 27.354    |
| 1987 | 282.138 | 57.937    |
| 1988 | 346.366 | 103.036   |
| 1989 | 391.518 | 160.492   |
| 1990 | 415.229 | 201.689   |
| 1991 | 312.232 | 286.213   |
| 1992 | –       | 463.970   |

Fonte: CNPq – Relatório Estatístico 1991 da

Secretaria da Ciência e Tecnologia/PR

FAPESP – Diretoria Científica da FAPESP

\* – valores em US\$ 1.000 médios de 1991

\*\* – valores em US\$ 1.000 médio do ano –

Fonte FGV



A limitação dos gastos administrativos, da FAPESP, inclusive com ordenados e salários, a 5% do seu orçamento, definida no artigo 28 de sua Lei Orgânica, com o objetivo de evitar a excessiva burocratização constatada em outras agências de fomento, é outro elemento que caracteriza a administração da FAPESP. Historicamente, a Fundação tem gasto menos de 5% de seu orçamento com administração. A média nos dez primeiros anos, de 1962 a 1971, foi de 3,74%.<sup>142</sup>

Havia, desde sua implantação, da parte de seus dirigentes uma preocupação em racionalizar o trabalho através da contratação de pessoal qualificado e de equipamentos para agilização dos serviços: "no tocante à escolha do pessoal para preenchimento das diversas funções imprescindíveis à perfeita execução dos trabalhos e cometimentos administrativos, procedeu-se com rigoroso escrúpulo, não só na seleção dos servidores, cujos currículos serviram como critério da admissão, mas ainda no zelo em restringir o quadro, através da organização racional do trabalho e mecanização dos serviços".<sup>143</sup>

Nos relatórios de 1964 e de 1970 também verificamos esta afirmativa: a quota de 5% destinada à administração no orçamento de 1964, foi rigorosamente observada. Outras fundações análogas, tanto nacionais como estrangeiras, mantêm, para administração, uma taxa consideravelmente maior, sendo que a manutenção dos gastos da Fundação somente pode ser atribuída à alta mecanização adotada para os serviços e ao elevado padrão de seus funcionários.(1964:4). Os trabalhos administrativos têm se desenvolvido com muita eficiência, devendo-se isto, em grande parte, à alta qualidade do material humano de que dispomos. Tem dado ótimo resultado o sistema de só admitir novos elementos na Fundação, depois de rigorosos concursos. Tem havido uma automatização cada vez maior dos serviços para fazer face ao dispositivo estatutário que determina que não mais de 5% do orçamento da Fundação seja destinado à parte administrativa (1970:5).

Nos últimos anos a tendência dos gastos com administração na FAPESP tem sido decrescente, chegando em 1991 em 1,21%.<sup>144</sup> Entretanto, é importante destacar que os gastos com os coordenadores de área e com os adjuntos (que não têm vinculação com a Fundação) são computados no projeto de avaliação e não nos gastos com administração. O trabalho desenvolvido pelos coordenadores e

---

<sup>142</sup> Relatório das Atividades da FAPESP 1971, p. 1, 1972.

<sup>143</sup> Relatório do Conselho Técnico Administrativo, in Relatório de Atividades da FAPESP 1962, p. IV.

<sup>144</sup> Segundo Fava, os gastos com administração nos últimos anos foram: em 1984, 4,24%; em 1985, 2,60%; em 1986, 3,28%; em 1987, 2,08%; em 1988, 1,64%; em 1989, 1,56%; em 1990, 1,88% e em 1991, 1,21%.

pelos adjuntos na FAPESP é semelhante ao dos coordenadores e superintendentes de áreas do CNPq. Os custos desse pessoal, no CNPq, entram nos custos com administração porque eles são contratados pela instituição.

Sempre se faz uma comparação desfavorável entre as duas instituições por conta dos gastos administrativos do CNPq. Segundo Conforto, (s.d., p.2-5) não se pode comparar o orçamento da FAPESP com o do CNPq sem uma análise mais profunda de seus desdobramentos, destinações específicas e retribuição de serviços prestados à respectiva clientela, bem como sem levar em conta suas respectivas dimensões. Para ele, não se pode comparar as atribuições da FAPESP, como agência de fomento, com as do CNPq, que além das atribuições de fomento para todo o país, desempenha as de execução de pesquisa através de seus institutos, de administração e de difusão e informação em ciência e tecnologia. A concessão de cerca de 35000 bolsas e auxílios por ano, constitui apenas uma das vertentes do complexo de atividades desenvolvidas pelo CNPq, sendo que o orçamento do CNPq, que se procura comparar com o da FAPESP, principalmente quanto aos percentuais nas rubricas consignadas às atividades de administração, reflete o atendimento de todo os seus encargos. O volume e a extensão do atendimento do CNPq é imensamente maior que o da FAPESP. A FAPESP aprovou no período de 1962/91, 49.597 pedidos de bolsas e auxílios enquanto que o CNPq, somente no ano de 1992 concedeu um total de 44.623 bolsas no exterior e no país, sem contar com os outros programas desenvolvidos pela instituição.<sup>145</sup> Se retirarmos do orçamento do CNPq os encargos com a manutenção de seus institutos e centros de pesquisa, e o desembolso com pessoal à disposição de outros órgãos federais, isto é, pessoal que não participa diretamente das suas atividades de fomento à pesquisa, (resultado da política geral do governo) a participação dos custos administrativos no CNPq seria de 10,2%. Conforto vai além e coloca que para uma comparação mais adequada com os orçamentos da FAPESP é preciso que se promova uma avaliação dos custos administrativos relacionados com o fomento tradicional, isto é, com a concessão de bolsas e auxílios, excluindo-se aqueles destinados a atividades não desempenhadas pela FAPESP. Esta é a parcela do orçamento do CNPq possível de ser comparada com a da FAPESP, pois é destinada apenas à concessão de bolsas e auxílios. Nesse caso, as despesas administrativas do CNPq cairiam para 5,7%, o que dá às atividades de fomento direto à pesquisa desenvolvidas pelo CNPq e à sua equipe que dela se encarrega uma eficiência bastante semelhante à que é obtida pela FAPESP.

---

<sup>145</sup> Fonte: Carvalho da Silva, 1993:11 e Relatório de Atividades do CNPq 1992, p. 5.

Grande parte dos dirigentes de entidades ligadas à pesquisa, ciência e tecnologia têm apenas elogios à FAPESP, seja por sua agilidade administrativa, seja pela rapidez com que libera as verbas, seja por seu papel quanto ao desenvolvimento da carreira de pesquisadores e do intercâmbio científico mantido com outros países.<sup>146</sup>

Nas entrevistas realizadas com membros da comunidade científica é unânime a aprovação à eficiência e à qualidade de seus serviços administrativos:

- *"a FAPESP é exemplar em termos de burocracia, pouca gente que sabe muito bem o serviço e, portanto, as coisas caminham. Eu acho que várias burocracias, inclusive das universidades deveriam se espelhar na FAPESP. Não é quantidade de funcionários, é gente qualificada. Ela foi criada para prestar serviço, é uma instituição que, desde o início, foi pensada nesses moldes. Criou-se uma "cultura da instituição", porque a FAPESP tem orgulho disso. É mencionada como uma instituição modelo, e em termos de instituição de financiamento à pesquisa eu acho que ela é modelo".*
- *"a FAPESP é uma ilha no Brasil. Tudo funciona. Tudo o que se pede, qualquer informação sobre os processos, sobre pesquisa, se tem resposta na hora. E não é porque tem um sistema computadorizado. Porque tem instituições que têm sistemas computadorizados, mas não se tem a informação na hora necessária; lá tudo funciona".*

Destaca-se que a FAPESP tem sido escolhida e procurada como estrutura modelo de funcionamento desde a primeira década de sua existência, não só por estados brasileiros como por outros países, principalmente a partir de 1989, quando a maioria dos estados brasileiros estabeleceram em suas Constituições percentuais destinados à Ciência e à Tecnologia e começaram a definir uma estrutura para administrá-los.<sup>147</sup>

Seus aspectos legais e sua estrutura, definidos a partir de uma análise dos aspectos positivos e negativos de instituições com atribuições similares em outros países, acabou resultando num modelo único, do qual não se tem conhecimento em outra parte do mundo - uma fundação de amparo à pesquisa, com

<sup>146</sup> A esse respeito consultar Jornal da Unesp, ano 3(21), nov., São Paulo, Unesp 1987.

<sup>147</sup> Sobre este assunto ver Fioravante 1989 e Relatório das Atividades da FAPESP 1964, p. 8.

autonomia, administração privativa e recursos vinculados pela Constituição Estadual. A sua congênere americana National Science Foundation, NSF, com a qual é freqüentemente comparada, ano a ano precisa brigar por recursos, o que não ocorre com a FAPESP. Recentemente o atual Diretor da NSF, Walter Massey, em entrevista concedida ao editor da Physics Today coloca que sua popularidade junto à comunidade científica pode subir ou descer, dependendo do que acontecer com o pedido de orçamento da NSF para 1993. (Physics Today, august 1992.52:53) Frequentemente a NSF tem problemas com os projetos de longo prazo aprovados por ela, porque seu orçamento é aprovado ano a ano. A FAPESP não enfrenta, esse problema, por exemplo, em relação aos projetos temáticos recentemente financiados por ela e que são de longo prazo, porque tem seu orçamento assegurado.

### **CAPÍTULO III**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que se pretendeu neste trabalho foi fazer uma análise da trajetória institucional da FAPESP desde sua criação em 1947 até o presente, traçar um panorama de como se formulou sua política, mostrar como se organizou, como ocorre seu processo decisório, enfim, apresentar a dinâmica da instituição nesse período. Este trabalho se fez através de um estudo das atas do Conselho Superior, dos seus relatórios anuais e de um conjunto de entrevistas com seus dirigentes e coordenadores de área, base representativa do processo decisório e da política da FAPESP. Foram também, entrevistados parlamentares ligados ao governo do Estado de São Paulo, que participaram de momentos importantes da trajetória da Fundação.

A partir, então, desta base empírica, chegamos a algumas constatações, que em parte já foram ditas nos capítulos anteriores e que destacaremos a seguir.

A FAPESP foi criada em 47, depois da Segunda Grande Guerra, na mesma época em que a política de ciência e tecnologia e os organismos responsáveis pela sua formulação, coordenação, implementação e financiamento foram realmente institucionalizados nos países mais avançados - o que demonstra a contemporaneidade da proposta, em termos do debate internacional que se realizava naquela época. Evidencia também a visão e a ligação de um grupo da comunidade científica paulista com a ciência e com os objetivos de institucionalização de um organismo de política científica para o país.

Embora somente instituída na década de 60 - período de surgimento dos organismos de política científica e tecnológica na América Latina - destaca-se a especificidade da FAPESP quanto a sua lógica de funcionamento e seu formato em relação à onda de estímulo - realizada pelos organismos internacionais - à formação de conselhos de pesquisa nos anos 60.

Nestes dois momentos - 1947, de criação, e 1960, de instalação - um grupo de cientistas e professores, em sua maioria da USP, teve papel fundamental, definindo as "possibilidades" da instituição.

As regras de funcionamento da FAPESP foram estabelecidas desde a sua criação e em sua instalação. Tanto as explícitas - o Dispositivo Constitucional de 47, sua Lei e seu Estatuto - como as implícitas - a centralidade do *peer review* e a participação da comunidade científica no processo decisório da Fundação - e continuam em vigência até os dias atuais. Estas regras refletem a *ideologia* do grupo que as definiu, implantou e legitimou, que é a elite acadêmica da USP. Este grupo de cientistas conseguiu imprimir sua concepção de ciência, a sua lógica e a utilização de mecanismos para o reconhecimento do mérito científico no funcionamento da Fundação.

Fruto da vanguarda da comunidade científica brasileira, a FAPESP conseguiu implantar, desde sua criação, uma estrutura que garantisse a seus dirigentes relativa independência.

A FAPESP, em seus 30 anos de atuação, tem sido considerada dentro e fora do país como uma instituição bem sucedida no cumprimento de suas atribuições. Conforme pudemos constatar, seu êxito pode ser atribuído a fatores de ordem institucional e legal, presentes na Constituição Estadual Paulista, em sua Lei Orgânica e em seu Estatuto, e também a fatores contextuais.

Os fatores institucionais, definidos desde sua origem, caracterizaram sua forma de atuação e sua política, que não se alteraram ao longo de sua história. Foram identificados e analisados os seguintes:

1) fatores de ordem institucional que se referem à garantia e autonomia da FAPESP na gestão de seus recursos:

- a) *garantia orçamentária, definida por um percentual fixo sobre a arrecadação tributária do Estado de São Paulo, explicitamente determinada na Constituição Estadual;*

- b) *garantia de transferência mensal dos recursos do Estado para a Fundação;*
- c) *autonomia na gestão dos recursos, que podem e devem ser empregados na formação de seu patrimônio;*
- d) *limitação de seus gastos administrativos ao máximo de 5% de seu orçamento.*

2) fatores de ordem institucional que se referem às especificidades do processo de tomada de decisão:

- a) *autonomia dos órgãos dirigentes - Conselho Superior e Conselho Técnico Administrativo;*
- b) *Diretoria Científica dirigida por um pesquisador em plena atividade, experiente e indicado pelo Conselho Superior;*
- c) *decisões da Diretoria Científica baseada em pareceres e assessores "ad hoc";*
- d) *garantia da autonomia decisória da comunidade científica sobre os rumos da pesquisa.*

3) fatores de ordem institucional referentes aos mecanismos de destinação de recursos:

- a) *proibição de criar instituições de pesquisa próprias;*
- b) *proibição de assumir compromissos externos permanentes;*
- c) *proibição de conceder financiamento a atividades administrativas das instituições de pesquisa;*
- d) *destinação dos recursos financeiros diretamente aos pesquisadores e não para as instituições (trabalha preferencialmente com o pesquisador e, em menor escala com equipes, e, quando em equipe, o responsável pelos recursos é o coordenador da equipe e não a instituição);*
- e) *definição de um percentual máximo dos recursos de fomento que podem ser empregados para a formação de recursos humanos - 50%.*

Além desses fatores de ordem institucional e legal, outros, de natureza contextual foram identificados como contribuindo para o êxito da FAPESP. São eles:

- a) *o Estado de São Paulo é responsável por 43% do PIB do país;*

- b) a arrecadação tributária do Estado de São Paulo é da ordem de US\$ 15000 milhões/ano;
- c) a FAPESP atua exclusivamente no Estado de São Paulo que concentra a maior parte dos pesquisadores qualificados e que é responsável por mais de 50% da produção científica do país;
- d) a FAPESP, historicamente, tem representado, para a comunidade científica paulista, uma fonte de recursos complementar aos recursos das agências federais(CNPq, FINEP e CAPES) para o financiamento de atividades de pesquisa e, principalmente, no apoio à formação de recursos humanos.

O contexto sócio-econômico, político e cultural do Estado de São Paulo oferece condições favoráveis para que a comunidade científica paulista funcione como um sistema social fechado em si, independente, com valores próprios e regras específicas que se materializaram na FAPESP, e defenda o "ethos" da ciência, muito embora esteja localizada num país de terceiro mundo.

A política de atuação da FAPESP, ao longo dos seus 30 anos, tem sido no sentido de evitar estabelecer áreas científicas prioritárias, guiando-se principalmente pelo "mérito científico" das propostas e dos pesquisadores. Esse tem sido o critério fundamental adotado por todos os seus dirigentes para alocação dos recursos. Existem evidências de que, ao priorizar critérios de excelência científica na sua política de atuação, a FAPESP tem privilegiado as áreas do conhecimento, instituições e pesquisadores mais qualificados em detrimento das novas instituições, das áreas menos consolidadas e equipes de pesquisa em formação. De acordo com seus dirigentes, os poucos programas especiais implementados a partir de iniciativas da Fundação, no sentido de atender a áreas emergentes, foram, geralmente, poucos efetivos, reforçando, desta forma a tendência da agência de responder à demanda qualificada.

A ausência de uma política é uma política que no caso da FAPESP foi conscientemente adotada pelos dirigentes, a julgar pelas atas do Conselho Superior nestes 30 anos. Vários fatores contribuíram para essa opção de política feita pela FAPESP. Em primeiro lugar, vale ressaltar que o Estado de São Paulo nunca definiu uma política clara de ciência e tecnologia. O mais importante entretanto, é que o setor produtivo, dado o caminho de industrialização adotado (importação de tecnologia) não



exerce qualquer demanda sobre o setor científico dificultando, assim, a identificação de prioridades. Além disso, durante muitos anos, dominou a concepção de um modelo linear de inovação tecnológica que preconizava o estabelecimento de um setor científico forte e qualificado, resultando numa política de ciência e tecnologia tipicamente *ofertista*. Finalmente, mas não menos importante, é o fato de que a comunidade científica paulista tinha na FAPESP um *locus* ideal onde concretizar sua *República da Ciência*, o que significa, entre outras coisas, não definir prioridades por critérios outros que não o mérito científico.

A estrutura da FAPESP, montada para o desenvolvimento de sua função de fomento, é simples e evoluiu a partir do crescimento da demanda da comunidade científica paulista. Seu funcionamento, resultou numa cultura institucional de eficiência, baseada numa burocracia mínima e na participação da comunidade científica nas diversas instâncias do seu processo decisório. O que caracteriza a participação da comunidade científica e os mecanismos que viabilizam essa participação na FAPESP é a natureza da atividade de pesquisa que ela financia, ou seja, a atividade de pesquisa sob a primazia da ciência.<sup>148</sup>

Outra constatação que chama atenção é que, muito embora a motivação para criação do CNPq e da FAPESP tivessem sido semelhantes - guerra, segurança nacional e pressão da comunidade científica - as duas instituições seguiram trajetórias e modelos institucionais diferentes. Entretanto as comparações freqüentemente feitas entre essas duas instituições não levam em consideração que elas têm histórias, objetivos e realidades diferentes. O CNPq é um modelo misto voltado para o fomento à pesquisa em todo território nacional, desenvolve pesquisa, através de seus institutos, além de programas de interesse nacional. Tem limitada autonomia administrativa, orçamentária e financeira, estando sujeito às restrições impostas pelo processo orçamentário federal, às oscilações da política governamental e às pressões político-partidárias. A FAPESP, ao contrário, é um modelo descentralizado e tem como responsabilidade o fomento à pesquisa no Estado de São Paulo. Atende preferencialmente à pesquisa que se desenvolve no âmbito da academia e, como destacamos anteriormente, atende à parcela mais desenvolvida da comunidade científica brasileira. Além disso, possui autonomia administrativa,

---

<sup>148</sup> A partir da primazia da ciência a participação da comunidade científica pode ser caracterizada enquanto um conjunto de especialistas nas diversas áreas do conhecimento, com condições de avaliar a correção e relevância desse conhecimento sob a ótica do mérito interno em áreas disciplinares específicas. (Nicoletti, 1988:38)

financeira e política. Essa diferença de conteúdo explica uma diferença de percepção quanto aos desafios das políticas de ciência e tecnologia.

Destaca-se, também, o fato da FAPESP ter sido considerada como modelo para outras instituições, principalmente para os estados brasileiros que, em sua maioria, incluiu nas suas constituições de 1989, um dispositivo que garante a destinação de um percentual sobre a arrecadação tributária para o fomento das atividades de ciência e tecnologia. Entretanto, é importante ressaltar que as novas fundações, assim como algumas mais antigas que procuraram reproduzir o "modelo" FAPESP, não lograram, na mesma amplitude, a autonomia política, financeira e administrativa. O modelo vem se implantando com mudanças importantes quanto à programação e o modo de articulação com os governos estaduais. Essas fundações, por conta da sobrevivência, tomaram outros caminhos. Ao invés do modelo de atendimento à demanda da comunidade científica como a FAPESP, foram obrigadas a se voltarem para programas de desenvolvimento regional. Uma das razões é que a grande maioria dessas unidades federadas não possuem uma comunidade científica consolidada e nos mesmos padrões de desenvolvimento que o Estado de São Paulo. Além disso, a FAPESP atende à demanda das universidades estaduais, ao contrário das outras fundações que atendem demandas de universidades federais. O volume de recursos é muito variado nas diversas fundações e, ao que se sabe, apenas São Paulo e Maranhão estão repassando o total de recursos devidos às fundações e em duodécimos mensais (Neves, A. e Candiota, L. 1993).

Quanto ao futuro da FAPESP, alguns pontos importantes merecem destaque. O primeiro diz respeito à atual crise orçamentária da união e a conseqüente redução drástica dos orçamentos das agências federais de fomento à pesquisa (CNPq, FINEP E CAPES) nos últimos anos. Essa situação vem demandando uma maior participação das agências estaduais de fomento, cujos recursos vêm substituindo os federais. A atuação da FAPESP sempre foi complementar às das agências federais. Com o decréscimo desses recursos, as demandas à FAPESP têm aumentado muito. Caso esta situação venha a persistir, irá exigir um maior investimento da Fundação para cobrir parte da atuação das agências federais. Será possível manter os mesmos procedimentos adotados até então? Vai chegar o momento em que a Fundação terá que fazer escolhas entre projetos com parecer favorável quanto ao mérito (situação em que o CNPq e as demais agências federais se deparam constantemente quando da alocação de seus recursos)? Que critérios usará? Estará preparada para isso? Frente a essa situação, será possível à FAPESP manter sua *histórica neutralidade* com

relação ao estabelecimento de prioridades de alocação de recursos e com relação a seus mecanismos e critérios centrados unicamente na *excelência científica*?

O segundo ponto importante diz respeito à atribuição que a FAPESP passou a ter também, a partir da Constituição de 1989, de atender ao fomento da pesquisa tecnológica. Existe, desde essa época, uma certa expectativa do governo do Estado no sentido da FAPESP amparar a pesquisa tecnológica, visando ao desenvolvimento de capacitação neste setor. Acontece que a Fundação não tem experiência de atuação na área tecnológica, que exige critérios de avaliação e estrutura de funcionamento diferentes além de envolver a participação de outros atores - empresários, bancos, usuários, etc. Somam-se a isso os custos muito mais altos da pesquisa tecnológica e a preocupação de que o orçamento disponível não seja suficiente para atendê-los, sem colocar em risco o que a Fundação vem fazendo com competência ao longo desses 30 anos - o apoio à pesquisa científica.

Para atender às expectativas do governo do Estado, a FAPESP tem se indisposto com seus históricos aliados - os pesquisadores. Em março de 93, o Conselho Superior da Fundação aprovou um programa de apoio à pesquisa tecnológica. Esta decisão provocou uma reação por parte da comunidade científica que publicou, no Jornal da Ciência Hoje, de 12 de março, (ano VII n. 270) uma matéria com o título "FAPESP SAI DA ROTA". Nesta matéria expressam uma preocupação quanto ao fato da Fundação ter aprovado um programa de auxílio a empresas, a fundo perdido e com retorno, em conjunto com o Banespa. Argumentam ser este "um grave desvio de rota, cujo programa poderá usar o fundo estabilizador da FAPESP, criado para enfrentar as flutuações dos repasses oficiais." Destacam, também, que "a interferência do Banespa pode vir a desvirtuar os procedimentos tradicionais da instituição, assim como que os investimentos de risco são importantes, mas exigem uma estrutura própria".

A FAPESP, em carta do Diretor Presidente do CTA, Dr. Alberto Carvalho da Silva, publicada no Jornal da Ciência Hoje, de 4 de junho de 93, presta esclarecimentos à comunidade científica a respeito das preocupações sobre os novos rumos da instituição. Aponta que a FAPESP, por meio do seu Conselho Superior, "vem desde a promulgação da Constituição do Estado de São Paulo debatendo formas de ampliar o apoio à pesquisa tecnológica, em conformidade com entendimentos mantidos com os poderes executivo e legislativo quando da alteração do Dispositivo Constitucional que aumentou a dotação orçamentária de 0,5% para 1% da receita tributária do Estado". Acrescenta, também, que "após três anos de debate, o Conselho

Superior, recentemente, determinou à Diretoria Científica que procedesse a estudos sobre as formas de emprestar apoio ao setor privado, sem prejuízo da manutenção intransigente da qualidade do projeto e da excelência do currículo do solicitante". Esses estudos, segundo o Dr. Alberto, têm envolvido a consulta de mais de 60 membros da comunidade científica sobre as formas mais adequadas de financiamento com as indispensáveis salvaguardas. Ressalta, ainda, que a FAPESP "cautelosamente tem podido experimentar ações inovadoras graças ao mandamento de sua Lei que a obriga a manter patrimônio rentável e que a renda de seu patrimônio tem permitido novas iniciativas como, por exemplo, os projetos temáticos, (onde metade dos recursos alocados foi em apoio a projetos de pesquisa aplicada com forte conteúdo tecnológico) o programa de aquisição de 60 mil livros para as instituições do Estado e a aquisição de novo computador que permitiu a implantação da rede ANSP, utilizada por todo o sistema científico e tecnológico do país, incluindo as empresas privadas.<sup>149</sup> Informa, também, que a FAPESP, assim como a National Science Foundation dos EUA e outras fundações estaduais, no momento está estudando a possibilidade de investir uma pequena parte das suas rendas patrimoniais<sup>150</sup> para estimular empresas a desenvolverem projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, que esse auxílio funcionará como um tipo de aplicação financeira restituível e que, bem sucedido, trará significativo retorno social".

Esta decisão da FAPESP de investir em pesquisa tecnológica, e a recente indicação do Professor Nelson de Jesus Parada pelo Conselho Superior para Diretor-Presidente do Conselho Técnico Administrativo, têm provocado uma série de protestos por parte da comunidade científica, junto ao governador, ao secretário de Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e através da imprensa.

Estes fatos nos levam a uma reflexão maior sobre o futuro da FAPESP a partir de sua trajetória nesses 30 anos, remetendo-nos a um fato semelhante que ocorreu nos anos 70, quando da indicação para Diretor Científico de nomes do Conselho Superior. A alegação da comunidade científica, nos anos 70,

---

<sup>149</sup> Em abril de 1993, foi assinado um convênio Uniemp-FAPESP-IBM-GSI com o objetivo de ligar as empresas brasileiras às universidades e aos centros de pesquisa da área de ciência e tecnologia do país e do mundo. Através deste convênio a Uniemp estará ligada às redes de bancos de dados científicos de instituições acadêmicas e de pesquisas nacionais e internacionais situadas em 400 cidades de 90 países conectadas à FAPESP. As empresas terão acesso a este sistema através da GSI (Gerdau Serviços de Informática). A interligação final entre os lados acadêmicos e empresarial será realizada pela Uniemp através de equipamentos cedidos em regime de comodato pela IBM. (Folha de São Paulo de 6 de abril de 1993)

<sup>150</sup> Em 91 e 92 a FAPESP aplicou em pesquisa e formação de recursos humanos o equivalente a 220 milhões de dólares, sendo que mais da metade desse valor proveio de rendas patrimoniais. Nesse sentido, a FAPESP decidiu, através de seu Conselho Superior, destinar para o fomento à pesquisa tecnológica a quantia de até 5 milhões de dólares. (Jornal da Ciência Hoje, ano VII, número 276, p.2)

contrária a indicação de membros do Conselho Superior para a Diretoria Científica, é a mesma que vem sendo feita atualmente quanto à indicação para Diretor Presidente do Conselho Técnico Administrativo - que este procedimento sempre foi rejeitado porque pode instaurar o indesejável controle da estrutura executiva da FAPESP pelo Conselho Superior e que os indicados na lista tríplice não têm representatividade na comunidade científica. Alegavam, ainda, em 70, que havia nomes na lista tríplice "com uma visão da atividade científica ligada aos lucros e que não se identificavam com os ideais da comunidade científica e com a política científica que esta recomenda", assim como, atualmente, alegam que "há um movimento no sentido de utilização da FAPESP para fins político partidários e que, se preservar essa tendência, não será surpresa se os fundos da FAPESP, que não são poucos, sejam desviados por pretensão desenvolvimento tecnológico e acabem virando capital de giro" (Jornal da Ciência Hoje, de 03/08/93, ano VIII, número 208).

A atual situação por que passa a FAPESP reflete um processo de mudança que vem ocorrendo nos últimos anos na estrutura de poder interno do Conselho Superior. Conforme apresentamos anteriormente, até meados da década de 80, havia uma predominância da área de ciências da saúde e da USP na representação do Conselho Superior. A partir deste período, começa a haver uma leve alteração, tanto quanto à representatividade das áreas, como das instituições no Conselho Superior, que culminaram com a lista tríplice do Conselho Superior para a presidência do Conselho Técnico Administrativo, cuja composição mostram a predominância das áreas ligadas à engenharia, assim como a divisão do poder entre as instituições, com a indicação de professores das três universidades, mais ligados à administração do que à realização da ciência propriamente dita. Por esta razão a SPBC alega que os indicados têm pouca representatividade junto à comunidade científica.<sup>151</sup> Estes fatos demonstram que está ocorrendo uma renovação nos quadros decisores da FAPESP.

As razões do desconforto e apreensão, assim como o desencontro da comunidade científica frente aos fatos recentes relativos à FAPESP, foram muito bem sintetizados por Silvio R. Salinas, professor titular do Instituto de Física da USP (Jornal da Ciência Hoje, número 283 de 24/09/93) e confirmados pela história e trajetória da FAPESP apresentadas neste trabalho. Salinas aponta que "os *founding fathers*

---

<sup>151</sup> Nelson de Jesus Parada é engenheiro, formado pelo ITA, doutor em física pelo MIT, foi diretor geral do Inpe, diretor da Embraer e hoje é professor titular da UNICAMP. Francisco Romeu Landi é diretor do Instituto Politécnico da USP e logi Ariqui é da Escola de Veterinária de Jaboticabal da UNESP. (Jornal da Ciência Hoje, número 279 e 280)

responsáveis pela implantação da FAPESP durante muitos anos, estão naturalmente se afastando, sem uma linha clara de sucessores à vista. A designação de Parada é só um sintoma da crise". Destaca que, muito embora Parada tenha se doutorado em física pelo MIT e seja professor da UNICAMP, assumiu atividades administrativas muito cedo, nunca participou de reuniões de trabalho da Sociedade Brasileira de Física e não é membro de Sociedades Científicas como a SBPC e as Academias Paulista e Brasileira de Ciência, e destaca que, até mesmo sua experiência administrativa, passa ao largo das instituições universitárias. Para ele, a questão hoje na FAPESP decorre, em parte do volume de recursos disponíveis para o financiamento da pesquisa em universidades e institutos de pesquisa, e na recente resolução do Conselho Superior em abrir crédito especial para projetos de empresa. O problema, segundo ele, está em compatibilizar, numa mesma agência, financiamento para empresas privadas e para instituições acadêmicas.

Na realidade, os fatos ocorridos na década de 70, a proposta de alteração da estrutura das atribuições da FAPESP em 89, por ocasião da Constituinte Estadual e os fatos mais recentes relativos à decisão da Fundação de apoiar o fomento à pesquisa tecnológica e à indicação de Parada para Diretor Presidente do Conselho Técnico Administrativo, têm a ver não como uma disputa entre ciência pura e aplicada mas sim com a "desconexão" entre a atuação do fomento à ciência e às necessidades sociais e produtivas do país.

A FAPESP tem tido uma postura conservadora frente ao novo contexto político, social e econômico que vem se delineando, e ao surgimento de novos marcos institucionais para o financiamento da política tecnológica, que se diferencia do sistema tradicional. Esta tem sido tratada nos países capitalistas avançados e nos NICs do sudoeste asiático, através de uma "política de inovação" que visa a um fomento diretamente orientado ao fortalecimento da capacidade de inovação da empresa e a integração entre ciência e tecnologia.<sup>152</sup>

Neste quadro pode-se indicar que à FAPESP, talvez, caiba uma ação mais significativa no campo do fomento ao desenvolvimento tecnológico. Esta nova atribuição deve ser entendida como uma ampliação das atribuições que muito bem tem desenvolvido quanto à formação de recursos humanos e o apoio à pesquisa científica. É importante que esta nova forma de atuação restrinja-se ao fomento de projetos

---

<sup>152</sup> Uma política de inovação pressupõe mecanismos de fomento voltados para o apoio às atividades em empresas e em universidades e instituições de pesquisa, com vistas à pesquisa, reprojetoamento, adaptação e transferência de tecnologia, assim como outras mais próximas do mercado capazes de promover a imediata aplicação de seus resultados. Sobre esse assunto ver Salomon, Jean Jacques, 1986, "Le gaulois, le cow-boy e le samurai la politique française de la technologie", Economica, Paris.

consorciados entre universidade e institutos de pesquisa e a empresa (preferencialmente nacional). A trajetória de atuação da FAPESP mostra ser ela uma instituição mais apropriada a fomentar projetos voltados para a relação universidade-empresa.

As outras formas de apoio ao desenvolvimento tecnológico poderiam ser atribuídas a uma agência, como a FINEP, que financiaria as iniciativas empresariais. Esta agência a ser criada, poderia receber, como a FAPESP, 1% da arrecadação tributária do Estado, que estaria, desta forma -como fez e vem fazendo em relação à capacitação científica - criando um mecanismo para a consolidação de sua capacitação tecnológica. Esta iniciativa, fortaleceria seu sistema estadual de ciência e tecnologia e se justificaria em função do maior peso relativo que possui São Paulo neste setor.

Com a proximidade da revisão Constitucional, talvez seja esta a melhor solução para o Estado de São Paulo e para a FAPESP. Acreditamos que, mesmo que o Dispositivo Constitucional que permite a vinculação de recursos na Constituição Federal de 88 seja eliminado, nada acontecerá ao dispositivo estadual relativo à FAPESP. Este já existia antes mesmo de ser regulamentado pela Constituição Federal de 88 - o que mostra o pioneirismo do Estado de São Paulo. Sobre este assunto, o atual Diretor Presidente do Conselho Técnico Administrativo da FAPESP, Professor Nelson de Jesus Parada, "acredita que não existe temor algum nesse sentido, porque, na realidade, o legislador paulista já entendeu a importância que o financiamento da pesquisa no Estado de São Paulo tem para o desenvolvimento social e econômico do país. Estamos absolutamente certos de que os deputados paulistas e o próprio governador compreendem o papel da Fundação.(...) é possível que esse movimento, que existe em nível federal, retire da Constituição do país esse dispositivo. Mesmo assim, isso não quer dizer que a Constituição de São Paulo não possa mantê-lo." 153

A história e a trajetória da FAPESP têm demonstrado que os elementos constantes do Dispositivo Constitucional são determinantes da atuação da Fundação, e a diferencia das demais agências de fomento à pesquisa do país e do mundo. A comunidade científica paulista e o Estado de São Paulo devem isso a dois grandes visionários - Adriano Marchini e João Luis Meiller que foram os idealizadores e realizadores da FAPESP, assim como à Assembléia Estadual Constituinte de 1947 que acatou e aprovou o dispositivo.

---

153 Jornal da UNICAMP, Campinas, setembro de 1993, p.3.

A FAPESP refletiu, nesses 30 anos o projeto institucional concebido deste sua origem em 47, a partir de demandas da comunidade científica . A formulação deste projeto passou, sempre e decisivamente, pela ação da comunidade científica em todas as instâncias decisórias da Fundação, refletindo a concepção de ciência desta comunidade, principalmente do grupo da Universidade de São Paulo - sua elite acadêmica - que esteve no controle do poder da instituição. A consolidação e legitimidade da FAPESP deve-se ao trabalho e vigilância deste grupo, que defendeu ao longo destes 30 anos, a autonomia política, financeira e administrativa assim como a participação da comunidade científica na definição da política da Fundação.

O ex-Diretor Presidente do Conselho Técnico Administrativo da FAPESP, Dr. Alberto Carvalho da Silva, ex-membro do Conselho Superior e da Diretoria Científica da Fundação, professor aposentado da USP, que ajudou a criar a Fundação e acompanhou sua trajetória até hoje, sintetiza bem os motivos pelos quais a FAPESP é considerada " eficiente ": "o primeiro é o Dispositivo Constitucional que assegura à Fundação uma dotação mínima de 1% na arrecadação dos impostos do Estado. (..) o segundo é a formação de um patrimônio que vem crescendo continuamente. Esse patrimônio é usado sempre que a dotação não é suficiente para atender todos os pedidos aprovados, o que já ocorreu várias vezes. Outro aspecto importante é que a administração é feita por um pesquisador em atividade, que conhece bem o meio acadêmico, as dificuldades enfrentadas e tem portanto, as condições de tomar as decisões adequadas. A Diretoria Científica é autônoma e completamente livre em suas decisões. 'Não há jogo político. O parecer aos projetos apresentados é unicamente baseado no mérito científico".<sup>154</sup>

---

<sup>154</sup> Jornal da UNICAMP, Campinas, outubro de 1992, p.7.



## BIBLIOGRAFIA

- ALBAGLI, S. - 1988. Ciência e Estado no Brasil Moderno: um estudo sobre o CNPq, tese de mestrado COPPE, Rio de Janeiro.
- BARNES, B. et al. - 1980. Estudios sobre Sociologia de la Ciencia, Madrid, Alianza Ed. S. A.
- BARNES, B. s D. EDGE - 1982. Science in Context Milton Keynes: The Open University Press
- BEN - DAVID, J. - 1974: O papel do Cientista na Sociedade: um estudo comparativo, Pioneira, Edusp, São Paulo.
- BRASIL. SÃO PAULO. Lei Organica nº 5918 de 18 de outubro de 1960, que autoriza o Poder executivo a instituir a "Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
- BRAVERMAN, J. y GONZALEZ, S. N. S. - 1980. Los Organismos de Política Científica y Tecnológica en América Latina, OEA, Washington, D.C.
- CARDOSO, I. A. R. - 1982. A universidade da comunhão paulista: o projeto de criação da USP. São Paulo, Cortez.
- CASAS, R. - 1985. El Estado y la Política de la Ciencia en México (1935-1970). Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autonoma de México, Cuadernos de Investigación Social num. 11.
- CASSIOLATO, J. E. - Notas sobre a evolução da idéia de planejamento e política científica e tecnológica na América Latina. s.d., s.l., mimeo.

- CHUBIN, D. E. s HACKETT, E.J. - 1990. Peerlees Science. Peer review and US Science Policy. Albany: State University of New York Press.
- CIÊNCIA E CULTURA. - 1951. "Fundação de Amparo à Pesquisa", junho, volume III, nº 3, p. 85-86.
- CIÊNCIA E CULTURA. - 1951. "Conselho Nacional de Pesquisas", março, vol. III, nº 1, p.1-2.
- CIÊNCIA E CULTURA. - 1961. "O Amparo à Pesquisa Científica", volume 13, nº 1, p.47.
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Relatório Decenal 1980/90. Brasília, 27 de maio de 1990. mimeo.
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Relatório de Atividades-1992. Brasília, 01 de fevereiro de 1993. mimeo.
- COLE, S. L. Rubin s J. Cole. - 1977. "Peer Review and the Support of Science", Scientific American, vol 237, no 4, october, pp. 34-41.
- COLLI, W. - 1989. "A ciência em São Paulo corre perigo". Folha de São Paulo, 26 de junho, p. A3, "Tendências e Debates".
- CONFORTO, G. - Mitos e Ditos sobre o orçamento do CNPq. GOAG/SCA/CNPq. s.d., s.l. mimeo.
- CONFRONTO entre o Projeto de Lincol Feliciano - Fundos Universitários de Pesquisa - e o projeto do Governo do Estado - Fundação de Amparo à Pesquisa. Data provável, 1948.
- DI BIAGGIO, R. - 1989. "C & T aparece pela 1ª vez na Carta", Jornal da UNESP, novembro, nº 42, p. 5.
- DIAZ, E. TEXERA, Y. VESSURI, H. - 1983. (eds) La Ciencia Periférica, Monte Avila Editores, Coleccion estudios, CENDES, Caracas.

- FERNANDES, A. M. - 1990. A construção da ciência no Brasil e a SBPC. Brasília: Editora Universidade de Brasília, ANPOCS, CNPq.
- FIORAVANTE, C. - 1989. "Dinheiro Garantido". Revista Brasileira de Tecnologia, volume 19, nº 12, out.
- FOLHA DE SÃO PAULO. - 1978. " Sucessão na Fapesp provoca protestos", 31 de maio.
- FOLHA DE SÃO PAULO. - 1978. "Assessor defende Fapesp contra o envolvimento", 2 de junho.
- FOLHA DE SÃO PAULO. - 1978. "Fapesp: Feffer apóia mudanças na estrutura, 1º de junho.
- FOLHA DE SÃO PAULO. - 1989. "Ameaça à pesquisa", 18 de junho, Opinião, A-2.
- FOLHA DE SÃO PAULO. - 1989. "Constituinte quer mudar verba para pesquisa", 4 de setembro, p. D.5. Cidades.
- FOLHA DE SÃO PAULO. - 1989. "Legislativo discute o futuro da ciência em São Paulo". 16 de junho, p. 4, "Ciência".
- FOLHA DE SÃO PAULO. - 1993. "Convênio vai ligar empresa a universidade e centro de pesquisa", 6 de abril, Tecnologia.
- FOLHA DE SÃO PAULO. - 1993. "Indicação de diretor gera crise na Fapesp", 11 de agosto, p 3-6, Educação.
- FORJAZ, M. C. S. - 1988. Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq, 1950 - 1985. Textos Idesp, série História das Ciências Sociais nº 4, São Paulo, Idesp.
- FORJAZ, M. C. S. - 1989. As Ciências Sociais na FAPESP. Textos Idesp, série História das Ciências sociais nº 10, São Paulo, Idesp.
- FRANKEN, T. - 1978. "A inutilidade da ciência útil (um paradoxo brasileiro)". in Cadernos de Tecnologia e Ciência, ano 1, nº Petrópolis, Editora Vozes Ltda.

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. - Atas do Conselho Superior, livro 2, período de 20 de novembro de 1974 à 24 de março de 1980.

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. - 1963. Relatório de Atividades de 1962. São Paulo.

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. - 1964. Relatório de Atividades de 1963. São Paulo.

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. - 1966. Relatório de Atividades de 1965. São Paulo

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. - 1973. Pesquisa & Desenvolvimento. São Paulo.

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. - Atas do Conselho Superior, livro 1, período de 29 de dezembro de 1960 a 20 de novembro de 1974.

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. - Atas do Conselho Superior, livro 3, período de 30 de abril de 1980 à 24 de junho de 1985.

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. - Atas do Conselho Superior, livro 4, período de 24 de junho de 1985 à 4 de junho 1990.

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. - Atas do Conselho Superior, livro 5, período de 4 de junho de 1990 à março de 1992.

FUNDAP. - 1990. Fundação do Desenvolvimento Administrativo. Perfil da Administração Pública Paulista. 5 ed. São Paulo, novembro.

GORDINHO, M. - 1991. (org.) Assembléia Legislativa de São Paulo um exercício de democracia. São Paulo, Editora Marca D'água.

HAGSTROM, W. - 1979. " O Controle Social dos Cientistas". In: J.D.Deus (org.), A Crítica da Ciência. Rio de Janeiro:Zahar Editores, p. 81-106.

- HERRERA, A. O. - 1971. Ciência y Política en América Latina, México: Siglo XXI Editores.
- HERRERA, A. O. - 1983. "O Planejamento da Ciência e Tecnologia na América Latina: elementos para um novo marco de referência" In: Ciência Tecnologia e Desenvolvimento 2. Brasília: CNPq, Coordenação Editorial, pp.11-28.
- IPT. - 1989. IPT 90 anos de Tecnologia. São Paulo.
- JORNAL DA CIÊNCIA HOJE. - 1993. "Fapesp sai da rota", 12 de março, Ano VIII, nº 270, p.1.
- JORNAL DA CIÊNCIA HOJE. - 1993. "Fapesp: Conselho invade executivo?", 30 de julho, Ano VIII, número 279, p.1.
- JORNAL DA CIÊNCIA HOJE. - 1993. "Novos rumos na Fapesp preocupam", 13 de agosto, Ano VIII, número 280, p.1.
- JORNAL DA CIÊNCIA HOJE.- 1993. "Fapesp presta esclarecimentos", 4 de junho, Ano VIII, número 276, p.2.
- JORNAL DA TARDE - 1989. "A Fapesp está correndo o risco de ser destruída", 27 de junho, p.4.
- JORNAL DA UNICAMP. - 1992. "O Estado cumpre o seu papel", entrevista com Dr. Alberto Carvalho da Silva, Campinas, outubro de 1992, p.7.
- JORNAL DA UNICAMP. - 1993. "No Comando da FAPESP", entrevista com Nelson de Jesus Parada, Campinas, setembro de 1993, p.3.
- KERR, W. - 1977. Entrevista. Projeto sobre História da Ciência, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, mimeo. 20 de julho.
- KOK, E. A. - 1989. "Um exemplo: a Fapesp". O Estado de São Paulo, 21 de setembro, Economia, p. 2
- LAKOFF, S. A. 1977. "Scientists, Technologists and Political Power", In: I. Spiegel-Rosing s Solla Price (eds): Science, Technology and Society A Cross

Disciplinary Perspective. London s Beverly Hills: SAGE Publications, pp.355-391.

LINDBLOM, C. - 1981. O Processo de decisao Política. Editora Universidade de Brasília, Brasília.

MARCHINI, A. e MEILLER, J. L. - 1947 a. Ciência e Pesquisa, São Paulo. mimeo.

MARCHINI, A. e MEILLER, J. L. - 1947 b. Considerações em torno da projetada criação da Fundação Paulista de Pesquisas Científicas, São Paulo. mimeo.

MARI, M. - 1982. Evolucion de las Concepciones de Política y Planificacion Científica y Tecnológica, Washington, D:C, OEA.

MEMORIAL da Associação dos Auxiliares de Ensino da USP entregue ao Governador do Estado de São Paulo, em 25 de fevereiro de 1959, pelo seu presidente Alberto Carvalho da Silva.

MENSAGEM nº 394, do Governador Carvalho Pinto que encaminha o projeto de lei de criação da Fundação de Amparo à Pesquisa em 24 de novembro de 1959.

MERTON, R. K. - [1938] 1977. "La Ciencia y el Orden Social". In: R.K. Merton, La Sociologia de la Ciencia vol 2. Madrid: Alianza Editorial S. A., cap. 12, p.339-354.

MERTON, R. K. - 1974. "Os Imperativos Institucionais da Ciência". In: J.D. Deus (org.), A Crítica da Ciência. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

MERTON, R. K. - 1977. "El Efecto Mateo en la Ciencia". In: R.K. Merton, La Sociologia de la Ciencia vol 2. Madrid: Alianza Editorial S.A., pp.554-578.

MOREL, R. L. M. - 1978. Ciência e Estado: a política científica no Brasil. São Paulo, Símbolo.

NEVES, A. A. B. e CANDIOTA, L. F. - 1993. "As Entidades Estaduais de Fomento à Pesquisa". mimeo.

- NICOLETTI, L. - 1988. Participação da Comunidade Científica na Política de Ciência e tecnologia: o CNPq, in Série Estudos para o Planejamento da Ciência e Tecnologia, nº 1. Brasília, MCT/CNPQ/CPCT.
- NICOLETTI, L. e BASTOS, M. I. - 1984. "Política de C & T, e o Uso de Indicadores de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a América Latina". in Textos em Política Científica e Tecnológica. CPCT/ CNPq, Brasília, julho/84.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. - 1989. " Abicomp quer manter a autonomia da Fapesp", 28 de junho, p. 12 - "Ciência e Tecnologia".
- O ESTADO DE SÃO PAULO. - 1989. "Fapesp terá verba dobrada e autonomia", 5 de julho, p. 10 - "Ciência e Tecnologia".
- OLIVEIRA, J. B. A. - 1985. Ilhas de Competência, Carreiras Científicas no Brasil. Editora Brasiliense/CNPq, São Paulo.
- PASTORE, J. - 1978. Tendências dos dispêndios em pesquisa na FAPESP. São Paulo. mimeo.
- PHYSICS TODAY. - 1992. "Conversation with NSF S Walter Massey: leaner times, meaner times for science". August, pp. 51-58.
- PICARD, J. F. - 1990. La Republique des savants - la recherche française et le CNRS. Flammarion, Paris, France.
- POLANYI, M. - 1968. The republic of science. In: E. Shils (eds) Criteria for Scientific Development. Cambridge: MIT Press.
- REIS, J. - 1954. "Fundação de Amparo à Pesquisa". Ciência e Cultura, 6(4):157-158.
- REIS, J. - 1955. "Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo", Revista Anhembi, ano V, nº 50, volume XVII, janeiro.
- REIS, J. - 1977. Entrevista. Projeto sobre História da Ciência, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, mimeo, 18 de janeiro.
- REIS, J. - 1978. "É preciso preservar a FAPESP". Folha de Sao Paulo, 28 de maio.

- SALINAS, S. R. A. - 1993. "Preservar conquistas da Fapesp". Jornal da Ciência Hoje, 24 de setembro, Ano VIII, número 283.
- SALOMON, J. J. - 1977. "Science Policy Studies and the Development of Science Policy", In: I. Spiegel - Rosings D.Solla Price (eds): Science, Technology and Society A Cross Disciplinary Perspective. London s Beverly Hills: SAGE Publications, pp. 43-70.
- SALOMON, J. J. - 1986. "Le gaulois, le cow-boy e le samurai. La politique française de la technologie" Economica. Paris.
- SÃO PAULO. - 1959. Fundação de Amparo à Pesquisa Científica -Proposta substitutiva e sua justificação. mimeo.
- SÃO PAULO. - 1978. Memorial da comunidade científica paulista ao Conselho Superior da FAPESP. 30 de maio. mimeo.
- SÃO PAULO. - 1978. Memorial da comunidade científica paulista ao Exmo. Sr. Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo. 30 de maio. mimeo.
- SCHWARTZMAN, S. - 1979. Formação da comunidade científica no Brasil. São Paulo, Editora Nacional/Rio de Janeiro, Finep.
- SCHWARTZMAN, S. e MOURA CASTRO, C. - 1986. (org.) Pesquisa universitária em questao. Campinas, Unicamp/Icone e São Paulo, CNPq.
- SCT/CNPq/DCT. - 1991.Fomento Básico - Série históricas de Demanda e Atendimento - 1987/1990. Brasília. mimeo.
- SCT/PR. - 1991. Secretaria da Ciência e Tecnologia. Relatório Estatístico. Brasília.
- SILVA, A. C. - 1993. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. São Paulo. março, mimeo.
- UMA HISTORIA - 1987. Uma história de consagração e dignidade: 25 anos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Jornal da UNESP, ano 3 (21) novembro, São Paulo, UNESP.



- VELHO, L. - 1985. "Como Medir a Ciência?". Revista Brasileira de Tecnologia, volume 16, nº1, pp.35-41.
- VELHO, L. - 1989. Indicadores Científicos: em busca de uma teoria. mimeo, University of Edinburg, Escócia.
- VESSURI, H. M. C. - 1987 b. (comp.) Las Instituciones científicas en la historia de la ciencia en Venezuela. Caracas, Fundacion fondo ed. Acta Cientifica Venezolana
- VESSURI, H. M. C. - 1986. La publicacion científica latinoamericana como vehiculo de fortalecimiento de la capacidade científica regional. CENDES-UCV, Caracas.
- VESSURI, H. M. C. - 1987 a. "The Social Study of Science in Latin America", Social Studies of Science vol 17, pp.519-54
- VESSURI, H. M. C. - 1989. Sociologia de la Ciencia. Textos DPCT/IG/UNICAMP nº4, Campinas.
- VILLEGAS, R. - 1983. "Os Governos e os Conselhos Nacionais de Pesquisa". In: Interciencia, jan-feb, volume 8, nº 1.
- ZARUR, G. C. L. - 1987. Família e Mérito: processo de formação de grupos na cultura e na ciência brasileiras, Textos em política Científica e Tecnológica CPCT/CNPq, nº 37, outubro, Brasília.

## ANEXO

Quadros sobre a composição do Conselho Superior da FAPESP.

## QUADRO 1

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Primeira reunião realizada na Reitoria da USP em 15 de maio 1961

| CONSELHEIROS                                    | INSTITUIÇÃO            | ÁREA        | GRANDE ÁREA                |
|-------------------------------------------------|------------------------|-------------|----------------------------|
| Antônio Barros de Ulhôa Cintra - Presidente     | USP                    | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| José Ulpiano de Almeida Prado - Vice-Presidente | USP                    | Arqueologia | Ciências Humanas           |
| Frederico Pimentel Gomes                        | USP                    | Agronomia   | Ciências Agrárias          |
| Florestan Fernandes                             | USP                    | Sociologia  | Ciências Humanas           |
| Paulus Aulus Pompéia                            | USP                    | Física      | Ciências Exatas e da Terra |
| Alberto Carvalho da Silva                       | USP                    | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| Carlos da Silva Lacaz                           | USP                    | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| Paulo Emilio Vanzolini                          | USP                    | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| Luis Carlos Junqueira *                         | USP                    | Zoologia    | Ciências da Saúde          |
| * substituído em 26/10/81 por                   |                        |             |                            |
| Crodowaldo Pavan                                | USP                    | Engenharia  | Ciências Biológicas        |
| Otávio Gaspar de Souza Ricardo                  | Escola Engenharia Mauá | Engenharia  | Engenharias                |
| Enzo Azzi                                       | PUC                    | Psicologia  | Ciências Humanas           |
| Luis Eulálio Bueno Vidigal                      | empresário             | -           | -                          |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 1 dezembro de 1960/novembro 1974.

## QUADRO 2

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Composição ano de 1963

| CONSELHEIROS                                    | INSTITUIÇÃO               | ÁREA        | GRANDE ÁREA                |
|-------------------------------------------------|---------------------------|-------------|----------------------------|
| Antônio Barros de Ulhôa Cintra - Presidente     | USP                       | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| José Ulpiano de Almeida Prado - Vice-Presidente | USP                       | Arqueologia | Ciências Humanas           |
| Alberto Carvalho da Silva                       | USP                       | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| Jairo Conselheiro Dias                          | USP                       | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| Paulus Aulus Pompéia                            | USP                       | Física      | Ciências Exatas e da Terra |
| Paulo Emílio Vinzolini                          | USP                       | Astronomia  | Ciências Biológicas        |
| Eurípedes Simões de Paula                       | USP                       | Psicologia  | Ciências Humanas           |
| Abirão de Moraes                                | USP                       | Astronomia  | Ciências Exatas e da Terra |
| Enzo Azzi                                       | USP                       | Psicologia  | Ciências Humanas           |
| Carlos da Silva Lacaz                           | UNESP                     | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| Otávio Gaspar de Souza Ricardo                  | Escola Engenharia<br>Mauá | Engenharia  | Engenharias                |
| Paulo de Toledo Artigas                         | PUC                       | Medicina    | Ciências da Saúde          |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 1, dezembro de 1960/novembro 1974.

**QUADRO 3**  
**CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP**  
Composição ano de 1965

| CONSELHEIROS                                    | INSTITUIÇÃO               | ÁREA                   | GRANDE ÁREA                |
|-------------------------------------------------|---------------------------|------------------------|----------------------------|
| Antônio Barros de Uliã Cintra - Presidente      | USP                       | Medicina               | Ciências da Saúde          |
| José Ulpiano de Almeida Prado - Vice-Presidente | USP                       | Arqueologia            | Ciências Humanas           |
| Paulo Emílio Vanzolini                          | USP                       | Zoologia               | Ciências Biológicas        |
| Euripedes Simões de Paula                       | USP                       | História               | Ciências Humanas           |
| Alberto Carvalho da Silva                       | USP                       | Medicina               | Ciências da Saúde          |
| Jairo Cavaleiro Dias                            | USP                       | Medicina               | Ciências da Saúde          |
| Abraão de Moraes                                | USP                       | Astronomia             | Ciências Exatas e da Terra |
| Paulo de Toledo Artigas                         | USP                       | Medicina/Parasitologia | Ciências Biológicas        |
| Vicente Marotta Rangel                          | USP                       | Direito                | Ciências Sociais Aplicadas |
| Enzo Azzi                                       | PUC                       | Psicologia             | Ciências Humanas           |
| Otávio Gaspar de Souza Ricardo                  | Escola de Engenharia Mauá | Engenharia             | Engenharias                |
| Alcides Serzedello                              | FFCL Rio Claro            | Ouímica                | Ciências Exatas e da Terra |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 1 dezembro de 1960/novembro 1974.

## QUADRO 4

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Composição ano de 1967

| CONSELHEIROS                                    | INSTITUIÇÃO            | ÁREA        | GRANDE ÁREA                |
|-------------------------------------------------|------------------------|-------------|----------------------------|
| Antônio Barros de Ulhôa Cintra - Presidente     | USP                    | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| Alberto Carvalho da Silva                       | USP                    | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| José Ulpiano de Almeida Prado - Vice-Presidente | USP                    | Arqueologia | Ciências Humanas           |
| Eurípedes Simões de Paula                       | USP                    | História    | Ciências Humanas           |
| Vicente Marotta Rangel                          | USP                    | Direito     | Ciências Sociais Aplicadas |
| Oscar Sala                                      | USP                    | Física      | Ciências Exatas e da Terra |
| Vicente Chaverini                               | USP                    | Engenharia  | Engenharias                |
| Paulo de Toledo Artigas                         | USP                    | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| Enzo Azzi                                       | USP                    | Psicologia  | Ciências Humanas           |
| Alcides Serzedello                              | PUC                    | Química     | Ciências Exatas e da Terra |
| Jorge de Souza Rezende                          | FFCL Rio Claro         |             |                            |
| Paulo Ernesto Tolle                             | empresário             |             |                            |
|                                                 | Secretaria de Educação | Educação    | Ciências Humanas           |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 1 dezembro de 1960/novembro 1974.

**QUADRO 5**  
**CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP**  
Composição ano de 1969

| CONSELHEIROS                                | INSTITUIÇÃO                       | ÁREA       | GRANDE ÁREA                |
|---------------------------------------------|-----------------------------------|------------|----------------------------|
| Antônio Barros de Uhlôa Cindra - Presidente | USP                               | Medicina   | Ciências da Saúde          |
| Eurípedes Simões de Paula                   | USP                               | História   | Ciências Humanas           |
| Hélio Dias de Moura                         | USP                               | Direito    | Ciências Sociais Aplicadas |
| Paschoal Américo Senize                     | USP                               | Química    | Ciências Exatas e da Terra |
| Vicente Marotta Rangel                      | USP                               | Direito    | Ciências Sociais Aplicadas |
| Walter Borzani - Vice-Presidente            | USP                               | Química    | Ciências Exatas e da Terra |
| Eduardo Marcondes Machado                   | USP                               | Medicina   | Ciências Exatas e da Terra |
| Vicente Chaverini                           | USP                               | Engenharia | Engenharias                |
| Oswaldo Fadigas Fontes Torres               | USP                               | Engenharia | Engenharias                |
| Jorge de Souza Rezende                      | empresário                        | -          | -                          |
| Alcides Serzedello                          | FFCL Rio Claro                    | Química    | Ciências Exatas e da Terra |
| Fernando A. M. Azevedo Corrêa               | Instituto de Biologia de Botucatu | Medicina   | Ciências da Saúde          |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 1 dezembro de 1960/novembro 1974.

**QUADRO 6**  
**CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP**  
Composição ano de 1971

| CONSELHEIROS                                | INSTITUIÇÃO                       | ÁREA       | GRANDE ÁREA                |
|---------------------------------------------|-----------------------------------|------------|----------------------------|
| Antônio Barros de Uihôa Cindra - Presidente | USP                               | Medicina   | Ciências da Saúde          |
| Walter Borzani - Vice-Presidente            | USP                               | Química    | Ciências Exatas e da Terra |
| Eduardo Marcondes Machado                   | USP                               | Medicina   | Ciências da Saúde          |
| Hélio Helene                                | USP                               | Direito    | Ciências Sociais Aplicadas |
| José Teófilo do Amaral Gurgel               | USP                               | Genética   | -                          |
| Oswaldo Fadigas Torres                      | USP                               | Engenharia | Engenharias                |
| Lenita Correa Camargo                       | USP                               | Economia   | Ciências Sociais Aplicadas |
| Euripedes Simões de Paula                   | USP                               | História   | Ciências Humanas           |
| João Manoel Cardoso de Mello                | UNICAMP                           | Economia   | Ciências Sociais Aplicadas |
| Nelson de Jesus Parada                      | UNICAMP                           | Física     | Ciências Exatas e da Terra |
| Fernando Azevedo Correa                     | Instituto de Biologia de Botucatu | Medicina   | Ciências da Saúde          |
| Jorge Souza Rezende                         | empresário                        | -          | -                          |

FONTE: Atlas do Conselho Superior da FAPESP, livro 1, dezembro de 1960/1974.



**QUADRO 7**  
**CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP**  
 Composição ano de 1973

| CONSELHEIROS                                | INSTITUIÇÃO                       | ÁREA     | GRANDE ÁREA                |
|---------------------------------------------|-----------------------------------|----------|----------------------------|
| Walter Borzani - Presidente                 | USP                               | Química  | Ciências Exatas e da Terra |
| Emílio Mattar                               | USP                               | Medicina | Ciências da Saúde          |
| José Francisco Camargo                      | USP                               | Economia | Ciências Sociais Aplicadas |
| Osmar Sinelli                               | USP                               | Geologia | Ciências Exatas e da Terra |
| Lenita Camargo                              | USP                               | Economia | Ciências Sociais Aplicadas |
| Eduardo Marcondes Machado - Vice-Presidente | USP                               | Medicina | Ciências da Saúde          |
| Hélio Helene                                | USP                               | Direito  | Ciências Sociais Aplicadas |
| Euripedes Simões de Paula                   | UNICAMP                           | História | Ciências Humanas           |
| Nelson de Jesus Parada                      | UNICAMP                           | Física   | Ciências Exatas e da Terra |
| João Manuel Cardoso de Mello                | UNICAMP                           | Economia | Ciências Sociais Aplicadas |
| Hosé Mindlin                                | empresário                        | Direito  | Ciências Sociais Aplicadas |
| Fernando Azevedo Correa                     | Instituto de Biologia de Botucatu | Medicina | Ciências da Saúde          |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 1 dezembro de 1960/novembro 1974.

## QUADRO 8

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Composição ano de 1975

| CONSELHEIROS                                | INSTITUIÇÃO | ÁREA     | GRANDE ÁREA                |
|---------------------------------------------|-------------|----------|----------------------------|
| Walter Borzani - Presidente                 | USP         | Química  | Ciências Exatas e da Terra |
| José Francisco de Camargo - Vice-Presidente | USP         | Economia | Ciências Sociais Aplicadas |
| Eduardo Marcondes Machado                   | USP         | Medicina | Ciências da Saúde          |
| Emílio Mattar                               | USP         | Medicina | Ciências da Saúde          |
| Euripedes Simões de Paula                   | USP         | História | Ciências Humanas           |
| Hélio Helene                                | USP         | Direito  | Ciências Sociais Aplicadas |
| Osmar Sinelli                               | USP         | Geologia | Ciências Exatas e da Terra |
| José Pastore                                | USP         | Economia | Ciências Sociais Aplicadas |
| Lenita Correa Camargo                       | USP         | Economia | Ciências Sociais Aplicadas |
| Nelson de Jesus Parada                      | UNICAMP     | Física   | Ciências Exatas e da Terra |
| João Manoel Cardoso de Mello                | UNICAMP     | Economia | Ciências Sociais Aplicadas |
| Fernando Azevedo Correa                     | UNESP       | Medicina | Ciências da Saúde          |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 2, novembro de 1974/março 1980.

## QUADRO 9

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Composição ano de 1977

| CONSELHEIROS                           | INSTITUIÇÃO                      | ÁREA         | GRANDE ÁREA                |
|----------------------------------------|----------------------------------|--------------|----------------------------|
| José Francisco de Camargo - Presidente | USP                              | Economia     | Ciências Sociais Aplicadas |
| Lauro Bastos Birkholz                  | USP                              | Arquitetura  | Ciências Sociais Aplicadas |
| Osmar Sinelli                          | USP                              | Geologia     | Ciências Exatas e da Terra |
| Oswaldo Paulo Fotattini                | USP                              | Medicina     | Ciências da Saúde          |
| Paulo Emílio Vanzolini                 | USP                              | Zoologia     | Ciências Biológicas        |
| Ulpiano Toledo de Bezerra Menezes      | USP                              | Antropologia | Ciências Humanas           |
| Waldir Muniz Oliva - Vice-Presidente   | USP                              | Matemática   | Ciências Exatas e da Terra |
| Emílio Mattar                          | USP                              | Medicina     | Ciências da Saúde          |
| José Pastore                           | USP                              | Economia     | Ciências Sociais Aplicadas |
| Rogério César de Cerqueira Leite       | UNICAMP                          | Física       | Ciências Exatas e da Terra |
| Lourival Carmo Mônaco                  | Instituto Agronômico de Campinas | Agronomia    | Ciências Agrárias          |
| Mario Roberto Leonardo                 | UNESP                            | Odontologia  | Ciências da Saúde          |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 2 novembro de 1974/março 1980.

**QUADRO 10**  
**CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP**  
 Composição ano de 1979

| CONSELHEIROS                      | INSTITUIÇÃO                      | ÁREA         | GRANDE ÁREA                |
|-----------------------------------|----------------------------------|--------------|----------------------------|
| Waldir Muniz Oliva                | USP                              | Medicina     | Ciências da Saúde          |
| José Augusto Martins              | USP                              | Engenharia   | Engenharias                |
| Antônio Hélio Guerra Vieira       | USP                              | Engenharia   | Engenharias                |
| Oswaldo Paulo Forattini           | USP                              | Medicina     | Ciências da Saúde          |
| Lauro Bastos Birkholz             | USP                              | Arquitetura  | Ciências Sociais Aplicadas |
| Luiz Dino Vizotto                 | USP                              | Zoologia     | Ciências Biológicas        |
| Emílio Mattar                     | USP                              | Medicina     | Ciências da Saúde          |
| Ulpiano Toledo de Bezerra Menezes | USP                              | Antropologia | Ciências Humanas           |
| Paulo Vanzolini                   | USP                              | Zoologia     | Ciências Biológicas        |
| Rogério César de Cerqueira Leite  | UNICAMP                          | Física       | Ciências Exatas e da Terra |
| Lourival Carmo Mônaco             | Instituto Agronômico de Campinas | Agronomia    | Ciências Agrárias          |
| Mário Roberto Leonardo            | UNESP                            | Odontologia  | Ciências da Saúde          |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 2 novembro de 1974/março 1980.

## QUADRO 11

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Composição ano de 1981

| CONSELHEIROS                         | INSTITUIÇÃO | ÁREA        | GRANDE ÁREA                |
|--------------------------------------|-------------|-------------|----------------------------|
| Antônio Guerra Vieira - Presidente   | USP         | Engenharia  | Engenharias                |
| Waldir Muniz Oliva - Vice-Presidente | USP         | Matemática  | Ciências Exatas e da Terra |
| Dante Martinelli                     | USP         | Engenharia  | Engenharias                |
| Emílio Mattar                        | USP         | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| José Augusto Martins                 | USP         | Engenharia  | Engenharias                |
| Lauro Birkholz                       | USP         | Arquitetura | Ciências Sociais Aplicadas |
| Oswaldo Paulo Forattini              | USP         | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| Salim Simão                          | USP         | Agronomia   | Ciências Agrárias          |
| Sylvio Ferraz Mello                  | USP         | Astronomia  | Ciências Exatas e da Terra |
| Rogério Cesar de Cerqueira Leite     | UNICAMP     | Física      | Ciências Exatas e da Terra |
| Luis Dino Vizotto                    | UNESP       | Zoologia    | Ciências Biológicas        |
| Mário Roberto Leonardo               | UNESP       | Odontologia | Ciências da Saúde          |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 3 abril de 1980/junho 1985.

**QUADRO 12**  
**CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP**  
 Composição ano de 1983

| CONSELHEIROS                                | INSTITUIÇÃO | ÁREA       | GRANDE ÁREA                |
|---------------------------------------------|-------------|------------|----------------------------|
| Antônio Guerra Vieira - Presidente          | USP         | Engenharia | Engenharias                |
| Alberto Carvalho da Silva - Vice-Presidente | USP         | Medicina   | Ciências da Saúde          |
| Eduardo Oliveira França                     | USP         | História   | Ciências Humanas           |
| Emílio Mattar                               | USP         | Medicina   | Ciências da Saúde          |
| José Augusto Martins                        | USP         | Engenharia | Engenharias                |
| Oswaldo Paulo Forattini                     | USP         | Medicina   | Ciências da Saúde          |
| Oscar Sala                                  | USP         | Física     | Ciências Exatas e da Terra |
| Sylvio Ferraz Mello                         | USP         | Astronomia | Ciências Exatas e da Terra |
| Jorge Nagle                                 | UNESP       | Educação   | Ciências Humanas           |
| Luiz Dino Vizotto                           | UNESP       | Zoologia   | Ciências Biológicas        |
| William Saad Hossne                         | UNESP       | Medicina   | Ciências da Saúde          |
| Carlos Amadeo Leite de Oliveira             | UNESP       | Agronomia  | Ciências Agrárias          |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 3, abril de 1980/junho 1985.

**QUADRO 13**  
**CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP**  
 Composição ano de 1985

| CONSELHEIROS                          | INSTITUIÇÃO | ÁREA                              | GRANDE ÁREA                |
|---------------------------------------|-------------|-----------------------------------|----------------------------|
| Oscar Sala - Presidente               | USP         | Física                            | Ciências Exatas e da Terra |
| Oswaldo Paulo Forattini               | USP         | Medicina                          | Ciências da Saúde          |
| Sylvio Ferraz Mello                   | USP         | Astronomia                        | Ciências Exatas e da Terra |
| Eduardo D'Oliveira França             | USP         | História                          | Ciências Humanas           |
| Fernando Bento Homem de Mello         | USP         | Economia                          | Ciências Sociais Aplicadas |
| Paulo Emílio Vanzolini                | USP         | Zoologia                          | Ciências Biológicas        |
| Nelson de Jesus Parada                | UNICAMP     | Física                            | Ciências Exatas e da Terra |
| Amílcar Oscar Herrera                 | UNICAMP     | Política Científica e Tecnológica | Ciências Humanas           |
| William Saad Hossne - Vice-Presidente | UNESP       | Medicina                          | Ciências da Saúde          |
| Jorge Nagle                           | UNESP       | Educação                          | Ciências Humanas           |
| Carlos Amadeu Leite Oliveira          | UNESP       | Agronomia                         | Ciências Agrárias          |
| Alberto Pereira de Castro             | IPT         | Engenharia                        | Engenharias                |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 4 junho de 1985/junho 1990.

**QUADRO 14**  
**CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP**  
Composição ano de 1987

| CONSELHEIROS                            | INSTITUIÇÃO             | ÁREA                              | GRANDE ÁREA                |
|-----------------------------------------|-------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
| Oscar Sala - Presidente                 | USP                     | Física                            | Ciências Exatas e da Terra |
| William Saad - Hossne - Vice-Presidente | USP                     | Medicina                          | Ciências da Saúde          |
| Paulo Emílio Vanzolini                  | USP                     | Zoologia                          | Ciências Biológicas        |
| Eduardo D'Oliveira França               | USP                     | História                          | Ciências Humanas           |
| Roberto Leal Lobo e Silva               | USP                     | Física                            | Ciências Exatas e da Terra |
| Oswaldo Paulo Forattini                 | USP                     | Medicina                          | Ciências da Saúde          |
| Amílcar Oscar Herrera                   | UNICAMP                 | Política Científica e Tecnológica | Ciências Humanas           |
| Nelson de Jesus Parada                  | UNICAMP                 | Física                            | Ciências Exatas e da Terra |
| Carlos Osmar Bertero                    | Fundação Getúlio Vargas | Administração                     | Ciências Sociais Aplicadas |
| Alberto Pereira de Castro               | IPT                     | Engenharia                        | Engenharias                |
| Jorge Nagle                             | UNESP                   | Educação                          | Ciências Humanas           |
| Carlos Amadeo Leite de Oliveira         | UNESP                   | Agronomia                         | Ciências Agrárias          |

FONTE: Atlas do Conselho Superior da FAPESP, livro 4, junho de 1985/junho 1990.



**QUADRO 15**  
**CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP**  
 Composição ano de 1989

| CONSELHEIROS                          | INSTITUIÇÃO             | ÁREA                              | GRANDE ÁREA                |
|---------------------------------------|-------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
| Oscar Sala - Presidente               | USP                     | Física                            | Ciências Exatas e da Terra |
| Joaquim José Camargo Engler           | USP                     | Agronomia                         | Ciências Agrárias          |
| Rui Aguiar da Silva Leme              | USP                     | Economia                          | Ciências Sociais Aplicadas |
| Walter Colli                          | USP                     | Química                           | Ciências Exatas e da Terra |
| Paulo Emílio Vanzolini                | USP                     | Zoologia                          | Ciências Biológicas        |
| Amílcar Oscar Herrera                 | UNICAMP                 | Política Científica e Tecnológica | Ciências Humanas           |
| Nelson de Jesus Parada                | UNICAMP                 | Física                            | Ciências Exatas e da Terra |
| William Saad Hossne - Vice-Presidente | UNESP                   | Medicina                          | Ciências da Saúde          |
| Jorge Nagle                           | UNESP                   | Educação                          | Ciências Humanas           |
| Newton Castagnoli                     | UNESP                   | Agronomia                         | Ciências Agrárias          |
| Alberto Ferreira de Castro            | IPT                     | Engenharia                        | Engenharias                |
| Carlos Bertero                        | Fundação Getúlio Vargas | Administração                     | Ciências Sociais Aplicadas |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 4 junho de 1985/junho 1990.

**QUADRO 16**  
**CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP**  
 Composição ano de 1991

| CONSELHEIROS                  | INSTITUIÇÃO | ÁREA        | GRANDE ÁREA                |
|-------------------------------|-------------|-------------|----------------------------|
| Oscar Sala - Presidente       | USP         | Física      | Ciências Exatas e da Terra |
| Ruy Aguiar da Silva Leme      | USP         | Economia    | Ciências Sociais Aplicadas |
| Joaquim José Camargo Engler   | USP         | Agronomia   | Ciências Agrárias          |
| Paulo Vanzolini               | USP         | Zoologia    | Ciências Biológicas        |
| Walter Colli                  | USP         | Química     | Ciências Exatas e da Terra |
| José Jobson de Andrada Arruda | USP         | História    | Ciências Humanas           |
| Francisco Romeu Landi         | USP         | Engenharia  | Engenharias                |
| Nelson de Jesus Parada        | UNICAMP     | Física      | Ciências Exatas e da Terra |
| Wilson Cano                   | UNICAMP     | Economia    | Ciências Sociais Aplicadas |
| Jorge Nagle - Vice-Presidente | UNESP       | Educação    | Ciências Humanas           |
| Newton Castagnoli             | UNESP       | Agronomia   | Ciências Agrárias          |
| Joji Aiki                     | UNESP       | Veterinária | Ciências Agrárias          |

FONTE: Atas do Conselho Superior da FAPESP, livro 5 junho 1990/março 1992.

## QUADRO 17

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Conselheiros - Período de maio de 1961 à maio de 1992

| CONSELHEIROS                       | INSTITUIÇÃO            | ÁREA        | GRANDE ÁREA                |
|------------------------------------|------------------------|-------------|----------------------------|
| 1 - Antônio Barros de Ufha Cintra  | USP                    | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| 2 - José Ulpiano de Almeida Prado  | USP                    | Arqueologia | Ciências Humanas           |
| 3 - Frederico Pimentel Gomes       | USP                    | Agronomia   | Ciências Agrárias          |
| 4 - Otávio Gaspar de Souza Ricardo | Escola Engenharia Mauá | Engenharia  | Engenharias                |
| 5 - Florestan Fernandes            | USP                    | Sociologia  | Ciências Humanas           |
| 6 - Enzo Azzi                      | USP                    | Psicologia  | Ciências Humanas           |
| 7 - Paulus Aulus Pompéia           | PUC                    | Física      | Ciências Exatas e da Terra |
| 8 - Alberto Carvalho da Silva      | USP                    | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| 9 - Carlos da Silva Lacaz          | USP                    | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| 10 - Paulo Emílio Vanzolini        | USP                    | Zoologia    | Ciências Biológicas        |
| 11 - Luis Eulálio Bueno Vidigal    | empresário             | -           | -                          |
| 12 - Luis Carlos Junqueira         | USP                    | Medicina    | Ciências da Saúde          |
| 13 - Crodowaldo Pavan              | USP                    | História    | Ciências Biológicas        |
| 14 - Eurípedes Simões de Paula     | USP                    | Astronomia  | Ciências Humanas           |
| 15 - Abraão de Moraes              | USP                    | Medicina    | Ciências Exatas e da Terra |
| 16 - Jairo Conselheiro Dias        | USP                    | Genética    | Ciências da Saúde          |
| 17 - José Teófilo de A. Gurgel     | USP                    | Física      | Ciências Biológicas        |
| 18 - Nelson de Jesus Parada        | UNICAMP                | Economia    | Ciências Exatas e da Terra |
| 19 - Lenita Correa Camargo         | USP                    | -           | Ciências Sociais Aplicadas |
| 20 - Jorge de Souza Rezende        | empresário             | Medicina    | -                          |
| 21 - Emílio Mattar                 | USP                    | Direito     | Ciências da Saúde          |
| 22 - José Mindlin                  | empresário             | Economia    | Ciências Sociais Aplicadas |
| 23 - José Francisco Camargo        | USP                    | Geologia    | Ciências Exatas e da Terra |
| 24 - Osmar Sinelli                 | USP                    | Economia    | Ciências Sociais Aplicadas |
| 25 - José Pastore                  | USP                    | -           | -                          |

## QUADRO 17

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Conselheiros - Período de maio de 1961 à maio de 1992

| CONSELHEIROS                         | INSTITUIÇÃO                      | ÁREA                              | GRANDE ÁREA                |
|--------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
| 26 - Oswaldo Paulo Forattini         | USP                              | Medicina                          | Ciências da Saúde          |
| 27 - Roque Spencer M. de Barros      | USP                              |                                   | Ciências Humanas           |
| 28 - Waldir Muniz Oliva              | USP                              | Matemática                        | Ciências Exatas e da Terra |
| 29 - Lauro Bastos Birkholz           | USP                              | Arquitetura                       | Ciências Sociais Aplicadas |
| 30 - Lourival Mônaco                 | Instituto Agronômico de Campinas | Agronomia                         | Ciências Agrárias          |
| 31 - Mario Roberto Leonardo          | UNESP                            | Odontologia                       | Ciências da Saúde          |
| 32 - Rogério Cesar de Cerveira Leite | UNICAMP                          | Física                            | Ciências Exatas e da Terra |
| 33 - Ulpiano Toledo de B. Menezes    | USP                              | Antropologia                      | Ciências Humanas           |
| 34 - José Augusto Martins            | USP                              | Engenharia                        | Engenharias                |
| 35 - Antônio H. Guerra Vieira        | USP                              | Engenharia                        | Engenharias                |
| 36 - Luis Dino Vizotto               | USP                              | Zoologia                          | Ciências Biológicas        |
| 37 - Dante O. Martinelli             | USP                              | Engenharia                        | Engenharias                |
| 38 - Salim Simão                     | USP                              | Agronomia                         | Ciências Agrárias          |
| 39 - Sylvio Ferraz Mello             | USP                              | Astronomia                        | Ciências Exatas e da Terra |
| 40 - Carlos Amadeo L. Oliveira       | UNESP                            | Agronomia                         | Ciências Agrárias          |
| 41 - Eduardo Oliveira França         | USP                              | História                          | Ciências Humanas           |
| 42 - Michel Temer                    | USP                              | Direito                           | Ciências Sociais Aplicadas |
| 43 - Jorge Nagle                     | UNESP                            | Educação                          | Ciências Humanas           |
| 44 - William Saad Hossne             | UNESP                            | Medicina                          | Ciências da Saúde          |
| 45 - Alberto Pereira de Castro       | IPT                              | Engenharia                        | Engenharias                |
| 46 - Arnílcar Oscar Herrera          | UNICAMP                          | Política Científica e tecnológica | Ciências Humanas           |
| 47 - Fernando Bento H. de Mello      | USP                              | Economia                          | Ciências Sociais Aplicadas |
| 48 - Roberto Leal Lobo               | USP                              | Física                            | Ciências Exatas e da Terra |
| 49 - Joaquim José C. Engler          | USP                              | Agronomia                         | Ciências Agrárias          |

## QUADRO 17

### CONSELHO SUPERIOR DA FAPESP

Conselheiros - Período de maio de 1961 a maio de 1992

| CONSELHEIROS                        | INSTITUIÇÃO             | ÁREA          | GRANDE ÁREA                |
|-------------------------------------|-------------------------|---------------|----------------------------|
| 50 - Rui Aguiar da Silva Leme       | USP                     | Economia      | Ciências Sociais Aplicadas |
| 51 - Alcides Serzedello             | FFCL Rio Claro          | Química       | Ciências Exatas e da Terra |
| 52 - Vicente Marotta Rangel         | USP                     | Direito       | Ciências Sociais Aplicadas |
| 53 - Jorge de Souza Rezende         | empresário              |               |                            |
| 54 - Paulo Ernesto Tolle            | Secretaria Educação     | Educação      |                            |
| 55 - Oscar Sala                     | USP                     | Física        | Ciências Humanas           |
| 56 - Vicente Chiaverini             | USP                     | Engenharia    | Ciências Exatas e da Terra |
| 57 - Paulo Toledo Artigas           | USP                     | Medicina      | Engenharias                |
| 58 - Hélio Dias de Moura            | USP                     | Direito       | Ciências da Saúde          |
| 59 - Paschoal Américo Senise        | USP                     | Química       | Ciências Sociais Aplicadas |
| 60 - Walter Borzani                 | USP                     | Química       | Ciências Exatas e da Terra |
| 61 - Eduardo Marcondes Machado      | USP                     | Medicina      | Ciências Exatas e da Terra |
| 62 - Oswaldo Fadigas Torres         | USP                     | Engenharia    | Ciências da Saúde          |
| 63 - Fernando Azevedo Correa        | UNESP                   | Engenharia    | Engenharias                |
| 64 - Hélio Helene                   | USP                     | Medicina      | Ciências da Saúde          |
| 65 - João Manuel Cardoso de Mello   | UNICAMP                 | Direito       | Ciências Sociais Aplicadas |
| 66 - Walter Colli                   | USP                     | Economia      | Ciências Sociais Aplicadas |
| 67 - Carlos O. Bertero              | Fundação Getúlio Vargas | Química       | Ciências Exatas e da Terra |
| 68 - Newton Castagnoli              | UNESP                   | Administração | Ciências Sociais Aplicadas |
| 69 - Wilson Cano                    | UNICAMP                 | Agronomia     | Ciências Agrárias          |
| 70 - José Jobson de Andrade         | USP                     | Economia      | Ciências Sociais Aplicadas |
| 71 - Joji Ariki                     | UNESP                   | História      | Ciências Humanas           |
|                                     |                         | Veterinária   | Ciências Agrárias          |
|                                     |                         | e Zootecnia   |                            |
| 72 - Francisco Romeu Landi          | USP                     | Engenharia    | Engenharias                |
| 73 - Luis Gonzaga de Mello Belluzzo | UNICAMP                 | Economia      | Ciências Sociais Aplicadas |